

Cátia Faria

Revolucionários, Bandidos e Marginais

Presos políticos e comuns sob a ditadura militar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho – orientador.

Prof. Dr. Michel Misse

Prof. Dr. Jorge Ferreira

Prof^a Dr^a Denise Rollemberg

Niterói
2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Daniel Aarão Reis Filho, meu orientador, as valiosas críticas e sugestões, a dedicação, o incentivo, a paciência e a amizade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde fiz meu Mestrado, pela contribuição em minha vida acadêmica.

Agradeço também aos professores que compuseram minha banca de defesa da dissertação. À professora Denise Rollemberg (UFF) o carinho, o apoio, o exemplo e, sobretudo, a amizade, ao professor Jorge Ferreira (UFF) a pronta aceitação do convite, e, ao professor Michel Misse (UFRJ) as aulas ministradas na disciplina “Tópicos Especiais em Sociologia: Sociologia do Crime e da Violência” e, o acesso às entrevistas por ele realizadas e que constam do acervo do Núcleo de Violência Urbana (NECVU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, material que muito contribuiu para a elaboração de minha dissertação. A todos agradeço a leitura atenta e as críticas valiosas.

Ao Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense, particularmente a Marises, pelo acesso às fitas das entrevistas realizadas pela professora Denise Rollemberg que estão em seu acervo.

Um agradecimento especial a todos os meus entrevistados, por dividirem comigo um pouco de suas vidas. Sem seus depoimentos esse trabalho não se realizaria.

Aos funcionários da secretaria de Pós-Graduação da UFF, Mário, Estela e Joceli, pela simpatia e presteza no atendimento. Sempre com um sorriso no rosto, eles conseguem suavizar os caminhos burocráticos inerentes a qualquer programa de pós-graduação. Agradeço também a Juraci, irmã gêmea da Joceli a quem fui apresentada por meu filho, a gargalhada gostosa.

Agradeço à querida Graça por seu carinho e amizade.

Aos membros do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) da UFF o suporte técnico – biblioteca, computadores e impressora – e, a todos do extinto grupo de discussão sobre ditaduras as sugestões e as amizades feitas.

O meu mais sincero agradecimento à minha mãe pela torcida, amor e compreensão e a Vladmir, meu filho, porque sua existência basta para que eu siga em frente.

Desejo ainda agradecer a Avelina Addor por ter se tornado “quase minha irmã”.

A Mirna, Júlia, Andreza, Lívia, Albina, Carlos e Alexandre o carinho, a amizade e as catarses principalmente, as feitas na “Tasca do Renato” após as aulas.

A Laurinha, Álvaro, Almir, Carol, Celta, Fábio, Sérgio, Manuela, Daiana e Rafael meus companheiros de graduação na UERJ e da “maldita”, obrigatória às sextas-feiras, a amizade, o incentivo e o carinho.

DIAPASÃO

A nossa sinfonia

Tem andado em ré maior.

São muitos sis sustentidos,

Com intervalos em dó.

São poucos sóis percebidos

E todos em tom menor.

Cláudio Gurgel
Presídio de Itamaracá - PE

SUMÁRIO

<i>Alo, alo Realengo, aquele abraço</i>	6
Capítulo 1 A Luta pelo Reconhecimento dos presos políticos no Brasil	12
1.1 - Não há presos políticos no Brasil	16
1.2 - A reforma da LSN-69	26
Capítulo 2 Bandidos e Revolucionários	36
Capítulo 3 O Navio Vai Passar	58
Capítulo 4 Purgatório	75
4.1 – Os quartéis e a Fortaleza de Santa Cruz	76
4.2 - O DOPS-RJ	90
4.3 - A Ilha Grande	95
4.4 - O Esmeraldino Bandeira e o Milton Dias Moreira	96
Capítulo 5 O Mito	114
5.1 Metamorfose	125
Fontes	127
Bibliografia	130

Alo, alo Realengo, aquele Abraço

Este estudo pretende refletir sobre duas grandes questões. A primeira é a afirmação da imprensa, principalmente a carioca, de que a organização criminosa Comando Vermelho (CV) surgiu do convívio e das relações estabelecidas entre presos políticos e comuns durante o período em que estiveram na Colônia Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande. É importante frisar que realmente houve um amplo entrelaçamento entre bandidos e revolucionários, porém não da forma apresentada pela mídia.

A comprovação ou não de que o Comando Vermelho tenha surgido graças ao convívio de seus membros com os integrantes das organizações de vanguarda ocorrido no cárcere durante a ditadura, é importante na medida em que esclarece o processo vivido por estes homens que lutaram contra o regime e cujo projeto político foi derrotado.

Repensar a incorporação da versão da imprensa por boa parte da sociedade brasileira sem maiores questionamentos, assim como havia também ocorrido quando da instauração da ditadura, é importante na medida em que contribui para a melhor compreensão das relações entre a sociedade brasileira e o regime civil-militar. Nesse sentido, este estudo foi desenvolvido com base na análise das complexas relações entre a sociedade e a ditadura civil-militar no Brasil, que se encontram nas obras e palestras de alguns professores tais como René Dreifuss, Daniel Aarão Reis, Denise Rollemberg, Jorge Ferreira e Beatriz Kushnir. Eles analisam o comportamento da sociedade brasileira durante a ditadura instaurada em 1964 e enfatizam a passividade, a participação, e até mesmo a colaboração de importantes segmentos sociais no processo de instauração e evolução da ditadura em nosso país.

Interessa-me resgatar a história recente do país e compreender de que maneira a memória desses anos foi sendo construída e está permanentemente sendo reconstruída. Durante muito tempo foi impossível fazer e divulgar trabalhos sobre os anos 60 e 70 cujo conteúdo divergisse da história oficial. Por isso, após a Abertura, houve um aumento na produção e no consumo de obras a respeito deste período tão conturbado.

A segunda questão é discutir a recusa da ditadura em admitir a existência de presos políticos. Ao fazê-lo possibilitou que assaltantes de bancos sem engajamento

político-partidário fossem enquadrados junto com os guerrilheiros na Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1969. Ou seja, diferente da ditadura Vargas, os presos políticos desse período conviveram apenas com um tipo de presos comuns, os chamados Leis de Segurança ou LSNs, aqueles cujos crimes se assemelhavam aos praticados pelos guerrilheiros que estavam empenhados na luta armada.

Não admitindo a existência de presos políticos no Brasil a ditadura também não reconhecia o caráter político de sua prisão. À legislação que descaracterizava as ações armadas praticadas pelos guerrilheiros somava-se o total desprezo pela condição dos presos políticos obrigando-os a travar uma série de lutas dentro das cadeias para terem sua identidade de presos políticos reconhecida.

Em 1978, quando a anistia estava na ordem do dia, foi necessário reformar novamente a Lei de Segurança Nacional para readequar as penas dos chamados “terroristas” – aqueles que escolheram ingressar na luta armada e cometeram “crimes de sangue” – já que não havia intenção do governo brasileiro em anistiá-los. E realmente, eles foram excluídos da lei de anistia promulgada em agosto de 1979. A Lei de Segurança Nacional de 1978 teve ainda uma outra finalidade: ao diferenciar em seu texto crimes políticos de crimes comuns evitou que os presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional de 1969 recebessem quaisquer benefícios que viessem a ser concedidos aos presos políticos.

Entretanto, bandidos, revolucionários e marginais não interagiram apenas no Brasil. Na Rússia czarista, na região da Geórgia, os revolucionários fizeram uma série de expropriações sem o consentimento do partido e com a ajuda de “bandidos” locais. Pancho Villa, um outro exemplo famoso de bandido herói, chegou ao posto de general do exército revolucionário mexicano. Na China revolucionária Mao sempre foi a favor da participação de “bandidos” e contou com o apoio deles na Revolução Chinesa. Durante a guerra de independência argelina, marginais e bandidos eram recrutados na cadeia. Cuba contava com a presença de marginais e até de um plantador de maconha entre os revolucionários. E, no Brasil, tentativas de “conversão” de presos ao comunismo aconteceram bem antes de 1964.

Para estudar as duas grandes questões que norteiam esse trabalho - a tese da imprensa de que o Comando Vermelho teria nascido da troca de experiências entre presos

comuns e políticos durante o convívio na Ilha Grande, durante a ditadura - e a luta pelo reconhecimento da existência de presos políticos no Brasil nesse mesmo período, é necessário estudar a legislação relativa a Segurança Nacional porque ela foi responsável pelo entrelaçamento entre presos políticos e comuns e pelo desrespeito ao caráter político da prisão dos primeiros. Todas as agruras vividas pelos presos políticos nas celas estavam no contexto do desprezo pela condição de preso político. Por essa razão, optamos por iniciar esta Dissertação tratando exatamente dessa legislação cujos desdobramentos permeiam todo o trabalho.

O que me levou a eleger esse tema em particular foi o fato de pertencer a uma geração, nasci em 1961 em uma família a-política, que cresceu sob um regime autoritário que tratava a história pós Getúlio como tabu. Lembro-me de que quando era criança achava muito natural ver tanques nas ruas e, foi com grande surpresa, que mais tarde descobri que a música *Aquele Abraço* de Gilberto Gil, de que eu tanto gostava citava Realengo, o bairro onde cresci, por ele ter ficado preso em um quartel localizado a uma quadra da minha casa. Portanto, todo o processo que vivi ao descobrir este e outros fatos formaram a minha identidade e, foi graças a eles, que optei por tornar-me uma historiadora. Por isso, este trabalho é direcionado às pessoas da minha geração que tenham algum interesse pela história de que fizemos parte sem nos apercebermos e, para todas as pessoas, que por quaisquer outros motivos, tiverem interesse na história recente do Brasil.

Cada vez mais nos apercebemos da tênue linha que separa os diversos campos da História. Por isso, sendo necessário situar este trabalho, diria que ele se remete ao campo da Nova História Política na medida em que serão estudadas as organizações de vanguarda oriundas de partidos políticos, que surgiram a partir de 1961 em oposição à linha política e à prática do PCB (Partido Comunista Brasileiro), e pelo fato de refletir sobre a ditadura civil-militar que se instaurou no Brasil no ano de 1964. Diria também, que o trabalho se insere no campo da História Social por analisar tanto o perfil dos homens que criaram o Comando Vermelho, o da sociedade que os produziu e, mais ainda, a relação que se estabeleceu nos cárceres entre presos políticos e comuns.

O uso da História Oral tem se firmado, cada vez mais, como uma metodologia que recupera fatos cujas fontes escritas e/ou documentais não estão disponíveis por serem ainda recentes - há que ser respeitar os prazos legais para a abertura de arquivos -, revelando assim uma parte inestimável da história recente que, sem o uso dessa metodologia permaneceria obscura.

Entretanto, a utilização da História Oral como metodologia tem sido alvo de críticas de alguns setores mais ortodoxos da historiografia. As críticas mais contumazes focam-se no fato de sua principal fonte ser a memória, algo tão subjetivo. Como checar a veracidade de um depoimento oral sabendo-se que pessoas, as quais vivenciaram a mesma situação, formulam versões diferentes? Realmente, a memória tem uma dimensão subjetiva, porém, os historiadores que optaram por fazer uso dessa metodologia percebem a subjetividade como algo inerente ao ser humano, logo, mesmo manuseando uma fonte objetiva a análise feita pelo pesquisador é influenciada por sua subjetividade. Contudo, esse tipo de afirmação, de que não existe subjetividade na produção historiográfica, só é possível para aqueles que acreditam na existência de uma “verdade histórica”, e não compartilham com a visão da história como um processo em permanente (re)construção. Para o historiador do tempo presente a subjetividade da memória está longe de ser um fator negativo, mas é preciso, sem dúvida, que ele mantenha a crítica dos relatos.

Muitas são as pesquisas cuja temática está ligada à chamada História do Tempo Presente e, muitos são os debates estabelecidos sobre a objetividade ou o distanciamento necessário ao pesquisador com relação ao seu objeto de estudo. A reflexão feita acima, sobre o uso da História Oral, também pode ser aplicada ao estudo do tempo presente. Porém, ao estudar o passado recente, o historiador precisa estar atento ao fato de que estará sempre interagindo com o objeto e, mais ainda, contribuindo na sua construção, visto que sujeito e objeto são contemporâneos e compartilham entre si as mesmas referências políticas, sociais, econômicas, culturais e temporais. Como afirma René Remond, o historiador é antes de mais nada, um indivíduo pertencente a um tempo e definitivamente influenciado pelos postulados de sua época.

O capítulo um estuda a legislação da Ditadura, com ênfase no que se convencionou chamar de Doutrina de Segurança Nacional, conjunto de leis do qual faziam parte a Lei de Imprensa, o AI-5, o AI – 13, que instituiu o banimento, o AI-14, que instituiu a pena de morte para os crimes de “terrorismo”, e, em 1969, uma nova Lei de Segurança Nacional (LSN) que regulamentou melhor a pena de morte e determinou que crimes contra o patrimônio, principalmente assaltos a banco, e os atentados pessoais seriam considerados atentatórios à segurança nacional e julgados por tribunais militares não importando se esses crimes tivessem sido praticados com fins políticos ou não.

Não diferenciando um assalto a banco, feito para lucro pessoal, de uma expropriação, na qual o produto auferido é utilizado para estruturar revoluções, a ditadura se recusava a admitir a existência de presos políticos no Brasil.

O objetivo do segundo capítulo é demonstrar que bandidos, revolucionários e marginais não interagiram apenas no Brasil pós 1964.

Na Rússia czarista, na região da Geórgia, os revolucionários fizeram uma série de expropriações sem o consentimento do partido e com a ajuda de ladrões locais. Pancho Villa, um exemplo de bandido herói, aderiu à Revolução Mexicana, alfabetizou-se e chegou ao posto de general do exército revolucionário mexicano. Mao sempre foi a favor da participação de bandidos e contou com o apoio deles na Revolução Chinesa. Durante a guerra de independência argelina, marginais e bandidos eram recrutados na cadeia. Cuba contava com a presença de marginais e até de um plantador de maconha entre os revolucionários. No Brasil, tentativas de “conversão” de presos ao socialismo aconteceram bem antes de 1964 - durante o governo Vargas comunistas tentaram politizar presos comuns e guardas prisionais.

O terceiro capítulo apresenta um caso exemplar de trânsito entre bandidos e revolucionários. Dentro do Complexo Penitenciário da Frei Caneca é criado o Movimento de Ação Revolucionária (MAR) que conta com quatro presos comuns em sua formação. Em 1969 acontece a fuga de nove membros do MAR, seis presos políticos e três presos comuns e, já em liberdade, os presos comuns aderem à luta armada.

O capítulo quatro retoma a questão do não reconhecimento da existência de presos políticos no Brasil, já abordado no primeiro capítulo, dando ênfase não mais à legislação, mas sim, à luta dos presos políticos para que a ditadura admitisse o caráter

político de sua prisão. Eles fizeram muitas greves de fome até que sua condição de presos políticos fosse reconhecida e lhes fosse destinado um presídio político.

Este capítulo também objetiva demonstrar que o convívio entre presos políticos e comuns não aconteceu só na Ilha Grande.

O quinto, e último, capítulo aborda a tese da imprensa, apresenta argumentos de seus defensores, particularmente os jornalistas Carlos Amorim e Olavo de Carvalho, e a desconstrói.

CAPÍTULO 1

A Luta pelo Reconhecimento dos Presos Políticos no Brasil

“Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”
Artigo III da Declaração Universal dos Direitos do
Homem

A relação entre bandidos e revolucionários é bastante complexa e tem sido trabalhada por vários autores, Hobsbawm entre outros, e, no caso brasileiro, a legislação elaborada durante a ditadura civil-militar complexificou ainda mais essa relação. Por essa razão, esse trabalho inicia-se apresentando e refletindo sobre a legislação criada na época da ditadura, principalmente aquela cujo objetivo principal era o de garantir a segurança nacional.

Segundo Hobsbawm, legalmente, qualquer um que pratique roubos, não importando se o produto destes servir para obtenção de benefícios próprios ou para fins ideológicos, é um bandido. Assim, o Direito não diferenciaria assaltos de expropriações ou ladrões comuns de guerrilheiros.¹

Embora essa definição seja considerada muito vaga ou até mesmo simplista por historiadores e sociólogos, ela foi utilizada pelo governo ditatorial brasileiro para colocar sob o mesmo fórum legal, a Justiça Militar, aqueles cujos crimes estivessem previstos no texto do Decreto Lei Nº 898, de 29 de setembro de 1969 - mais conhecido como nova Lei de Segurança Nacional ou nova LSN -, não importando se a ação fosse expropriatória ou para lucro pessoal. Não diferenciando crimes políticos de crimes comuns, os militares não admitiam haver luta armada no Brasil, ou seja, procurando legitimar-se, o governo negava existirem presos políticos e resistência interna à ditadura e, para corroborar o discurso oficial, os presos políticos eram tratados como criminosos comuns.

¹ HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1976. p. 10. Expropriações, segundo os revolucionários, são ações armadas contra instituições financeiras com o objetivo de angariar fundos para a revolução.

A descaracterização das ações armadas das esquerdas não ficou restrita à legislação. O Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), produziu um documento em 1971, e o enviou para vários órgãos de informação (civis e militares), no qual sugeria a esses órgãos uma série de táticas a serem adotadas para desqualificar a luta armada.

“A imprensa noticia e os Órgãos de Informação costumam referir-se aos bandos terroristas e subversivos que agem no território nacional, como ‘ORGANIZAÇÃO’. É comum ler-se que a Organização VPR [Vanguarda Popular Revolucionária], a Organização ALN [Ação Libertadora Nacional] etc., realizou essa ou aquela AÇÃO. (...) A conotação que o termo ‘Organização’ sugere é o de uma verdadeira ‘Instituição’, algo assim como a Organização das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos etc., dando ao público uma visão distorcida e permitindo que o bando terrorista se apresente ao público como coisa organizada, bem estruturada, solidificada, baseada em filosofia, doutrina e propósitos profundamente fundamentados, como se fosse uma Instituição de Amparo à Infância ou Associação dos Pais de Família. (...) Por outro lado, a notícia do cometimento de uma AÇÃO apresenta um conotativo de força, energia, batalha. (...) Parece-nos que é inteligente substituir a palavra ‘Organização’ pela palavra ‘bando’, cuja conotação sugere ‘quadilha de ladrões’, ‘banditismo’, dando a idéia de ilegalidade, amoralidade, falta de civilidade. (...) A palavra ‘AÇÃO’ substituída por ‘assalto’, ‘crime’, ‘roubo’, ‘chantagem’, ‘assassinato’ etc., dará ao público a idéia depreciativa do acontecido, despida de conotação de força, energia, batalha, ressaltando o sentido de injustiça, arbitrariedade, desespero, brutalidade, mesquinhez. (...) Este Centro a partir de 1º de abril próximo passará a utilizar em seus documentos essas palavras (...) e sugere que o SNI [Serviço Nacional de Informações] e o MJ [Ministério da Justiça], em seus relacionamentos com os diversos órgãos de imprensa, busquem a cooperação desses veículos no sentido de evitar as palavras ‘ORGANIZAÇÃO’ e ‘AÇÃO’.”²

Fica evidente o objetivo de fazer com que o cidadão comum associasse os revolucionários brasileiros a “bandidos, malfeitores, marginais, terroristas. Pessoas extremamente perigosas que precisavam ser evitadas, afastadas e, se necessário, eliminadas.”³ E foi justamente durante o mandato do presidente Emílio Garrastazu Médici, período em que esse documento foi produzido, que se intensificou a repressão aos membros das organizações de vanguarda.

² Informação n.º 156 – CISA/RJ. 19/03/1971 – Ministério da Aeronáutica/Gabinete do Ministro, p. 01. Apud COIMBRA, Cecília *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/Niterói: Intertexto, 2001, p. 54. Aspas no original.

³ Idem, p. 55.

Analisando a questão sob o prisma da ditadura cuja intenção era perseguir e eliminar o “inimigo interno” - a ameaça externa não é física, isto é, a nação não teme invasões de outros países, o perigo é de que seus cidadãos sejam afetados por doutrinas estrangeiras e se insurjam contra o próprio regime, provocando assim, um conflito interno e, no limite, uma guerra civil –, parece um paradoxo que o aparato legal e coercitivo criado para eliminá-lo também servisse para negá-lo. Interessante seria uma reflexão sobre essa atitude adotada pelo governo. Seria apenas uma questão de “máscaras”, ou um tributo pago a seu próprio ideário? Algo apenas para propaganda, ou algo mais profundo?

Dentro do país as notícias de prisões arbitrárias, tortura e morte dos revolucionários, graças à censura, vazaram muito pouco, tanto que a maioria da população afirma até hoje que “nada sabia”. Porém, se internamente não ocorreram reações mais enfáticas a esses fatos foi por que em 1964, houve apoio de segmentos civis da sociedade ao golpe. A “tão falada” resistência ao regime limitou-se a parcelas muito minoritárias. A luta armada nunca despertou simpatias e a abertura “lenta, segura e gradual”, foi feita por iniciativa do próprio governo, ou seja, de cima para baixo. Este jamais perdeu o controle do processo e, mais, imprimiu nele a sua marca.⁴

No exterior as notícias sobre a repressão começaram a chegar com os exilados. Até então a tática de “ocultamento” da ditadura funcionara razoavelmente bem - sempre que surgiam indagações de países estrangeiros sobre o assunto a máquina governamental funcionava e “produzia” documentos desmentindo os “boatos”. Como observou Annina Alcântara de Carvalho:

“Os militares tentaram manter (sobretudo para a opinião pública internacional) uma aparência de legalidade. O estudo das leis da época permite entender não só o aspecto de ‘legalidade’ alegado como também o mecanismo de não respeito dessas próprias leis e dos direitos humanos fundamentais dos presos políticos.”⁵

⁴ Cf. Rollemberg, op. cit. _____, *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2001. Também REIS FILHO, Daniel A. “Um Passado Imprevisível: a construção da memória na esquerda nos anos 60”, “Versões e Ficções” a luta pela apropriação da memória e À Maneira de um Balanço: epílogo ou prólogo”, in: *Versões e Ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.

⁵ Grifos no original. Annina de Carvalho era advogada de presos políticos que se exilou voluntariamente por sentir-se ameaçada. CARVALHO, Annina A. “A lei, ora a lei”. In: FREIRE, Alípio et alli *Tiradentes, um presidio da ditadura*. São Paulo: Ed. Scipione, 1987, p.406.

Para a denúncia de todas as práticas coercitivas e dos abusos cometidos pelo regime de exceção brasileiro, foi fundamental o apoio das Organizações Não Governamentais, ONGs, internacionais.

A Anistia Internacional (AI) – organização mundial fundada em 1961 pelo britânico Peter Benenson e alguns juristas para atuar “na defesa dos direitos individuais fundamentais, independentemente de todo governo, partido político ou religião”⁶ – demonstrou, pela primeira vez, interesse pelo desrespeito do governo brasileiro aos Direitos Humanos na publicação de seu Relatório Anual relativo ao período 1966/1967. A partir de então, esse interesse não só tornou-se permanente como foi crescendo ao longo dos anos seguintes, conforme se confirmavam as “suspeitas” da existência de torturas, não só pelas denúncias feitas pelos brasileiros banidos – os primeiros chegaram no exterior em 1969 –, mas também pelo resultado de pesquisas que a própria Anistia Internacional implementou no Brasil. Entretanto, a Anistia Internacional só “confirmou” a existência de tortura no Brasil em um relatório específico, em outubro de 1972.⁷

Além da Anistia Internacional outras organizações não governamentais estrangeiras tais como: a Associação dos Juristas Democratas, Associação dos Juristas Católicos, France-Amérique Latine (ligada ao Partido Comunista Francês, PCF), Liga Comunista, Partido Socialista Unitário, etc. desempenharam um importante papel na divulgação das arbitrariedades cometidas pela ditadura brasileira, acobertadas pela legislação descrita acima. A maneira encontrada por essas ONGs para colaborar nas campanhas pela defesa dos Direitos Humanos e, mais tarde, na luta pela anistia, se fazia de várias maneiras: publicação das denúncias nos Relatórios Anuais, dossiês e relatórios específicos sobre o Brasil e “adoção”⁸ de presos, divulgação de denúncias através da mídia internacional, pressão sobre o governo brasileiro, envio de correspondência para autoridades brasileiras, palestras, manifestações e passeatas de protesto, criação de comitês em diversos países e cessão de material para as três sessões do Tribunal Bertrand

⁶ Cf. ROLLEMBERG, op. cit., p.229/259 para maiores detalhes sobre a Anistia Internacional e as outras organizações nacionais e internacionais que denunciaram a existência de tortura no Brasil e que promoveram campanhas pela anistia.

⁷ Cf. AMNESTY INTERNATIONAL. *Rapport sur des accusations de torture au Brésil*. 1972.

⁸ Estas eram práticas específicas da AI. Alguns presos cujos processos sensibilizavam mais a opinião pública ou alcançavam maior repercussão na mídias recebiam um tratamento especial, ou seja, eram “adotados”, conforme denominação da AI.

Russell II.⁹ Este tribunal, sem filiação a qualquer governo ou partido político, tinha como objetivo julgar, a princípio, a ditadura brasileira e, posteriormente, as ditaduras latino-americanas.

Os exilados brasileiros também tomaram parte nas campanhas, denunciando através da mídia e do tribunal Bertrand Russel II, as torturas e as prisões arbitrárias que aconteciam no Brasil, além de fundarem e/ou atuarem nos vários comitês que reivindicavam a anistia.

Apesar da Anistia Internacional se interessar pelo caso brasileiro desde 1966, por princípio, a instituição se limitava à defesa de “presos de opinião”, segundo denominação própria. Aqueles que tivessem usado a violência não seriam contemplados. Na prática, no entanto, este princípio, em alguns casos conhecidos - e até de “adoção” -, foi deixado de lado, e a AI assumiu a defesa de diversos militantes da luta armada.

Foi a partir de denúncias sobre a prática de tortura em presos políticos que os presos comuns puderam, posteriormente, ser beneficiados por campanhas internacionais. Na medida em que o número de presos políticos diminuía, a Anistia Internacional foi deslocando seu interesse para as denúncias de tortura em presos comuns.¹⁰ Este trabalho teve desdobramentos. A AI continua emitindo relatórios sobre o assunto e, em 2001, a ONU, Organização das Nações Unidas, em Genebra, e a OEA, Organização dos Estados Americanos, publicaram um relatório denunciando o governo brasileiro pelo fato de persistir tortura no país, pela promiscuidade e pela disseminação da AIDS e de outras doenças infecto-contagiosas nas prisões brasileiras, e pelas péssimas condições aí encontradas, incluindo a superlotação.¹¹

2.1- Dura Lex Sed Lex

A preocupação com a segurança nacional e o aparecimento de uma legislação que viesse a garanti-la datam, no Brasil, do governo Getúlio Vargas, e foi nesse contexto que surgiu a Lei Nº 38, de 4 de abril de 1935, a primeira Lei de Segurança Nacional (LSN). A

⁹ As sessões ocorreram em mar./abr. de 1974, jan. de 1975 e jan. de 1976. Cf. ROLLEMBERG, op. cit., p. 233.

¹⁰ Cf. AMNESTY INTERNATIONAL, *Campagne pour l'abolition de la torture*, Bulletin mensuel, Paris, maio de 1981 (BDIC).

partir desta, outras foram criadas com o objetivo de atender às demandas políticas e de segurança do Estado. Ou seja, sempre que o projeto de governo ou o regime se modificaram, a lei foi alterada.

Embora alguns autores só identifiquem a preocupação com o “inimigo interno” durante a ditadura¹², tais ameaças já estavam presentes desde a década de 1930, ou seja, a “ameaça vermelha” já existia e motivava salvaguardas legais. Os anarquistas, com forte atuação nos sindicatos e/ou associações profissionais, além dos comunistas poderiam “seduzir” os brasileiros com uma ideologia considerada estrangeira e perigosa.

Logo, a LSN de 1935, a primeira deste gênero a ser editada, demonstra que o governo de Vargas e alguns segmentos da sociedade¹³ desejavam prevenir-se contra o ódio e a luta violenta entre as classes sociais; contra atentados a pessoas ou bens com motivação ideológica; contra a existência de partidos, sindicatos, associações profissionais e agremiações que exercessem atividades subversivas da ordem política e social; e contra os estrangeiros com atividades políticas nocivas ao interesse nacional.

O fórum escolhido para julgar os crimes previstos pela lei foi a Justiça Federal e seus praticantes eram sujeitos a julgamento singular¹⁴, ou seja, havia distinção entre crimes políticos e comuns.

A ESG, Escola Superior de Guerra, foi criada em 1949, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, nos moldes dos centros para treinamentos de militares já existentes nos Estados Unidos, objetivando estabelecer um intercâmbio entre o exército brasileiro e o estadunidense e absorver suas táticas e teorias -, a mais importante delas foi a da intervenção militar em nome da segurança nacional e da ordem interna. Após 1964 inicia-se um processo de gradual decadência na ESG, entretanto, nesse período, a doutrina ou ideologia de segurança nacional estava estruturada - embora tenham existido

¹¹ Cf. *O Globo*, 10/06/2001, p. 8/9.

¹² Cf. PADRÓS, Enrique Serra, MARÇAL, Fábio Azambuja “Terror de Estado e Doutrina Nacional: os ‘anos de chumbo’ no Brasil e na América Latina” in: *Ciências & Letras*. n. 28 (jul./dez. 2000), Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, p.55-90; Cf. CAVAGNARI FILHO, Geraldo L. “Autonomia Militar e Construção da Potência”. In: DREIFUSS, René A. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1998.

¹³ Não podemos esquecer que a lei foi aprovada pelo Congresso Nacional e que não houve protestos da imprensa ou da sociedade.

¹⁴ Cf. no site www.senado.gov.br Lei N. 38 - de 04/04/1935, artigos 14, 15, 17, 30, 31, 37 e 44.

“momentos e/ou grupos em que certos aspectos da “doutrina” sobrepuseram-se a outros”.¹⁵

A Lei de Segurança Nacional instituída em 5 de janeiro de 1953, durante o segundo governo Vargas, tem poucas diferenças em relação à anterior.¹⁶ Em plena Guerra Fria, o “perigo vermelho” mantinha o Ocidente em estado de alerta constante. Talvez por isso ela tenha permanecido em vigor até 1967.

Esses exemplos demonstram que, a preocupação e a perseguição aos cidadãos brasileiros que aderiram à ideologia marxista já existiam antes da ditadura militar. Na verdade, o que houve nas décadas de 1960-1970 foi um dimensionamento exacerbado da teoria do “inimigo interno”. Em outras palavras, após o golpe civil-militar de 1964, o governo passou a ver os próprios brasileiros que lutavam pelas reformas sociais e pelo fim da ditadura como seus opositores e potenciais inimigos. Ou seja, todo aquele que discordasse da política estabelecida era considerado inimigo nacional.

“(…) as ações no interior dos países são contra um inimigo interno, cada vez mais preparado, capaz de ganhar espaço para seus padrões alienígenas, evitando os engajamentos diretos (...). A estratégia direta, subversiva, insidiosa, lenta e contínua, mas sempre violenta, faz-se cada vez mais presente no interior do Estado moderno.”¹⁷

No pós-64 a tese do inimigo interno ganhou mais força. A Revolução Cubana foi interpretada como um sinal de que a ideologia socialista não ficaria confinada ao Leste Europeu e à Ásia. Cuba tornou-se um exemplo e uma ameaça para todo o continente americano. Os Estados Unidos aumentaram a vigilância não só no Brasil, mas em toda a América Latina, pois, se Cuba, que ficava no “quintal” deles, sucumbira à “escalada do movimento comunista internacional”, qualquer um podia ser influenciado e tornar-se um subversivo da “ordem política e social do governo”. Para que o novo regime cubano não se espalhasse pelo continente, os norte-americanos, através de uma estratégia que combinava desenvolvimento e segurança, passaram a combater com rigor as demonstrações de nacionalismo e manifestações de soberania, por um lado, enquanto, por

¹⁵ FICO, Carlos *Como Eles Agiam*. Ed. Record: Rio de Janeiro, 2001, p. 42. Grifo do autor.

¹⁶ Cf. Lei Nº 1.802, de 05/01/1953 no site do Senado, op. cit.

outro lado, implementavam a Aliança para o Progresso – concessão de verbas para ajudar a modernização dos países latino-americanos em troca de uma maior subordinação dessas nações aos interesses da potência hegemônica. Porém, o binômio desenvolvimento e segurança foi sendo abandonado pouco a pouco e substituído pela intervenção militar onde houvesse ameaça de se repetir o exemplo cubano.

“(…) a “doutrina” supunha que o Brasil integrava-se ao contexto internacional da Guerra Fria considerando (a) sua grande população e extensão territorial; (b) seu posicionamento geopolítico, que lhe confere importância estratégica no âmbito das relações políticas internacionais e (c) sua vulnerabilidade ao comunismo, à luz de supostas fragilidades internas (população “despreparada” e políticos “corruptíveis”). Desse diagnóstico, decorria que (a) o Brasil tinha condições de se tornar uma das grandes potências mundiais e (b) era necessário precaver-se contra a “ameaça comunista”. Em consequência a ESG elaborou caminhos brasileiros possíveis para (a) hipóteses de guerra entre os países capitalistas e comunistas; (b) mecanismos internos de combate ao comunismo e (c) um desenvolvimento econômico que reforçasse o destino brasileiro de “grande potência”, isto é, de país superiormente desenvolvido do ponto de vista industrial e, também, estratégico quanto à interlocução política internacional.”¹⁸

Na verdade, mais do que uma simples lei que garantisse a segurança nacional, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada basicamente pela ESG, “aperfeiçoada” com a criação dos órgãos de informação e repressão da ditadura brasileira e compartilhada com os outros regimes ditatoriais estabelecidos na América Latina –, ou seja, as leis foram sendo criadas na medida em que o regime se consolidava. Isso não quer dizer que a legislação fosse alterada em resposta aos atos da oposição, várias vezes as leis os antecederam.

Adotaremos nesse trabalho a reflexão de Carlos Fico de que os militares tinham um projeto de segurança e que, mesmo com avanços e recuos, este foi colocado em prática. E se houve a impressão de “abrandamento” ou “endurecimento” da linha governamental, isso ocorreu porque os governos enfatizaram mais alguns aspectos, em detrimento de outros, da Doutrina.¹⁹ Entretanto, observando sob uma perspectiva mais geral, percebe-se que a DSN, em sua ânsia por terminar a chamada “guerra interna”,

¹⁷ Documento do Sistema de Segurança Interna, SISSEGIN, apud FICO, Carlos *Como Eles Agiam*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2001, p. 136.

¹⁸ Idem, p. 41-42. Grifos no original.

institucionalizou a tortura e criou um aparato legal para garantir o estado de exceção. Dela derivam os expurgos, as cassações de parlamentares e partidos políticos, o fechamento do Congresso e dos sindicatos, os banimentos, os decretos secretos, o fim do *habeas corpus*, os mortos e os “desaparecidos”, além da censura e do estímulo à delação.

A politização da sociedade brasileira havia atingido seu ápice, do ponto de vista da história republicana, no período 1961-1964. O golpe civil-militar foi uma ruptura neste processo de organização política e social. Em nome da “ordem”, os militares, com o apoio de parcelas importantes da sociedade civil, pretenderam atuar no sentido de conter, desmobilizar ou reprimir os movimentos sociais.

O primeiro Ato Institucional (AI) foi decretado, em 2 de abril de 1964, pelo automeado Supremo Comando da Revolução e atribuía ao Executivo poderes para expurgar as principais instituições do país, enquanto o presidente da Câmara, o deputado Ranieri Mazzilli assumia interinamente a presidência do país. Como resultado do Ato, entre abril e novembro, aconteceu “uma onda” de prisões de líderes políticos, sindicais e camponeses e, oficiais do Exército, Marinha e da Aeronáutica foram transferidos para a reserva. Os ex-presidentes Juscelino Kubtschek, Jânio Quadros e João Goulart, seis governadores, vários deputados federais e senadores, líderes estudantis, intelectuais e funcionários públicos tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos. Em novembro do mesmo ano, setores do governo já falavam da necessidade de um segundo ato institucional para a ampliação do processo punitivo.²⁰

O AI-2, porém só foi editado em 27 de outubro de 1965. Através dele os partidos existentes foram extintos e instituíram-se a Arena (Aliança Renovadora Nacional), representante do *status quo*, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), no qual a oposição se agregaria - interessante notar que a palavra partido não podia compor a sigla dos novos movimentos políticos. Além disso, tornaram-se indiretas as eleições para os cargos de presidente da República e vice-presidente, reinstituindo-se os poderes do executivo para dar continuidade às cassações. Quanto aos governadores de estado e seus respectivos vices, também passaram a ser eleitos indiretamente com o AI-3, decretado em 5 de fevereiro de 1966.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem, p. 46.

A nova Constituição, promulgada em 24 de janeiro de 1967, incorporou as medidas político-administrativas centralizadoras implantadas até o momento, apesar de alterar o nome do país de *Estados Unidos do Brasil* para *República Federativa do Brasil*.²¹ Neste ano foram também sancionadas uma nova Lei de Imprensa, em 9 de fevereiro, e outra Lei de Segurança Nacional²², em 13 de março, institucionalizando as medidas coercitivas do regime. Sobre essa legislação noticiou-se a seguinte matéria:

“O presidente Castelo Branco assinou, ontem, (...) a nova LSN, cujo texto lhe foi levado pelo ministro da Justiça, Sr. Carlos Medeiros da Silva. (...) Fontes chegadas ao governo, que haviam anunciado a assinatura do novo diploma legal, observaram que este completa o conjunto de leis que o atual presidente da República deixa ao seu sucessor, marechal Costa e Silva, dentre os objetivos da revolução de 31 de abril (sic) de 1964. (...) Com a nova Lei de Imprensa, a Constituição votada pelo Congresso [expurgado] e, agora, a nova LSN, estão institucionalizados, disseram ainda as mesmas fontes, os princípios do movimento iniciado pelas Forças Armadas no sentido de reformar o país. (...) Ao assumir o governo, no próximo dia 15, o presidente Costa e Silva contará, assim concluíram as fontes oficiais, com instrumentos adequados para impedir que o Brasil volte a cair na subversão e na corrupção.”²³

O AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, foi o ponto culminante do processo de restrição aos direitos civis iniciado em 1964. Conferia poderes quase absolutos ao governo. Através dele, o presidente podia decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em estado de sítio ou fora dele; no “interesse nacional”, tinha liberdade para intervir nos estados e municípios; com o apoio do Conselho de Segurança Nacional, os direitos políticos de qualquer cidadão poderiam ser suspensos por até dez anos e mandatos eletivos federais, estaduais e municipais poderiam ser cassados; ficava suspensa a garantia de *habeas corpus*; e o estado de sítio poderia ser instituído e prorrogado à luz da conveniência presidencial. Enfim, o governo, particularmente o poder Executivo, assumia o controle integral da sociedade brasileira.²⁴

²¹ VIZENTINI, Paulo G. F. “O Brasil contemporâneo: autoritarismo e desenvolvimento (1961-1990)”, in: *Ciências & Letras*, op. cit., p. 13-42. Grifo meu.

²² Cf. Decreto-Lei Nº 314, de 13/03/1967 publicada no site do Senado op. cit.

²³ Cf. *O Dia*, 12 e 13/03/1967, p. 2. Obs. O mês de abril tem trinta dias.

²⁴ *Nosso Século 1960-1980*, São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1980, p. 160.

Mesmo tendo em mãos um instrumento coercitivo como o AI-5, a ditadura, em 20 de março de 1969, editou o Decreto-Lei Nº 510 que alterava alguns dispositivos da Lei de Segurança Nacional de 1967. O *Jornal do Brasil* publicou o decreto na íntegra, comparou-o com a LSN-67 e teceu comentários sobre alguns artigos para que os leitores melhor compreendessem o texto. Assim a população carioca foi informada que:

“O presidente Costa e Silva baixou ontem decreto-lei que altera vários dispositivos da LSN, com o objetivo de reforçar e aperfeiçoar o sistema em vigor, eliminar dúvidas e impropriedades e aumentar a maioria das penas cominadas. (...) Os ladrões de bancos foram enquadrados, pelo novo decreto, na LSN. É punido o incitamento contra a ordem estabelecida, mesmo que não seja público, com pena que varia de um a três anos de detenção. Antes a lei só falava em incitamento público. O decreto inova a parte que trata dos meios de comunicação, estabelecendo como delito a divulgação “truncada” de notícias. (...) Juntamente com os ladrões de bancos, são punidos com reclusão de dois a seis anos os que praticarem devastação, saque, roubo, seqüestro, incêndio ou depredação, ato de sabotagem ou terrorismo, massacre, atentado pessoal ou que impedirem ou dificultarem o funcionamento dos serviços essenciais. (...) O decreto traz uma série de inovações na parte que trata do processo e do julgamento das pessoas que infringirem a Lei de Segurança. Durante as investigações policiais, o indiciado poderá ficar preso trinta dias, prazo que poderá ser prorrogado uma vez. Até dez dias o preso poderá ser mantido incomunicável.”²⁵

O decreto-lei 510, promulgado em março de 1969, já colocava os assaltos a banco e seqüestros no âmbito dos crimes contra a segurança nacional, embora com sentenças mais brandas e sem a pena de morte. Ou seja, era uma prévia da nova Lei de Segurança Nacional que seria editada em setembro daquele mesmo ano. Após o seqüestro do embaixador Charles Burke Elbrick – ação realizada em setembro de 1969 por duas organizações de vanguarda: ALN (Ação Libertadora Nacional) e o MR – 8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro)²⁶, a Junta Militar que governava o país interinamente, devido à doença do presidente Costa e Silva, decidiu ainda tornar mais “eficazes” as punições para os referidos crimes de seqüestro e assalto a banco já que as modificações feitas na LSN-67 através do Decreto-Lei Nº 510 não “havam endurecido” o suficiente as

²⁵ Cf. *Jornal do Brasil*, 22/03/1969, p. 1. O texto integral do Decreto-Lei Nº 510 está disponível no site do senado op. cit.

²⁶ Essa organização originalmente chamava-se Dissidência Universitária da Guanabara (DI-GB), porém, a partir desse acontecimento adotou o nome de uma organização de Niterói recém desbaratada pelos órgãos de repressão do governo, o MR-8, referência a data da morte de Che Guevara).

penas para os atos “terroristas” praticados pelo conjunto de organizações de vanguarda oriundas de dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Assim, em 29 de setembro de 1969, foi assinado o Decreto-Lei Nº 898, conhecido como a nova Lei de Segurança Nacional ou a nova LSN, cujo artigo 27 dizia o seguinte:

“Assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento, qualquer que seja sua motivação:
Pena: reclusão, de 10 a 24 anos.
Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte:
Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.”

E, cujo artigo 28 estabelecia o seguinte:

“Devastar, saquear, assaltar, roubar, seqüestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, ato de massacre, sabotagem ou terrorismo:
Pena: reclusão, de 12 a 30 anos.
Parágrafo único. Se, da prática do ato, resultar morte:
Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.”²⁷

Do texto desses dois artigos podemos apreender que estava instalada a pena de morte no Brasil e que os crimes descritos nos artigos podiam ou não serem praticados com objetivos políticos. Logo, ao enquadrar qualquer ato praticado, tivesse ele conotações políticas ou não, dentro desses artigos, seus praticantes respondiam ao mesmo tipo de processo e as penas resultantes dos julgamentos eram cumpridas em presídios e celas comuns. Ao contrário das Leis de Segurança anteriores, o fórum eleito para julgar os inclusos na nova lei não era civil. Após a prisão estabelecia-se um IPM, Inquérito Policial Militar, e as sentenças eram estabelecidas por auditorias militares. Esse procedimento seria natural nos casos em que as ações eram contra quartéis ou patrimônios militares, mas levar para um tribunal militar os assaltos a banco ou até mesmo as expropriações feitas a estes estabelecimentos é, sem dúvida, uma deformação do sistema penal.

²⁷ Cf. site do Senado, op. cit.

A nova LSN era tão “draconiana” que criou condenações absurdas, isso sem considerar a própria pena de morte. Bons exemplos são os casos de Carlos Aberto Soares e Rholine Sonde Cavalcante, presos na ilha de Itamaracá, em Pernambuco. Ambos foram condenados à prisão perpétua em um processo e em outro receberam penas de 53 e 66 anos respectivamente. Logo, para cumprir suas sentenças teriam que morrer e ressuscitar.²⁸ Desta forma, o governo legitimava a afirmação de que não havia presos políticos no Brasil.

Entretanto, o Executivo, através de decretos-lei ou de atos institucionais, continuou a legislar. Antes da nova LSN, já haviam sido sancionados o AI-13, em 15 de dezembro, e imediatamente depois, o Ato Complementar nº 64, ambos estabelecendo o banimento. Aos brasileiros banidos o governo não fornecia passaportes. Com isso tentava transformá-los em apátridas. Entretanto, a Convenção de Genebra não reconhece facilmente essa condição, assim: os “trocados” através dos seqüestros, apesar das intenções da ditadura, mantinham a nacionalidade ante a comunidade signatária da Convenção.²⁹ Seus filhos, nascidos no exterior, porém, não podiam ser registrados nas embaixadas brasileiras e não recebiam a cidadania brasileira. O AI-14, previa a pena de morte em casos de “guerra revolucionária ou subversiva”.

Era importante para um governo não eleito pelo voto popular tentar legitimar suas ações perante os brasileiros e a comunidade internacional. Havia toda uma preocupação em criar uma legislação que “mascarasse” o regime ditatorial aqui instaurado. É nesse contexto que podemos compreender a manutenção de eleições, ainda que indiretas, de um partido político de oposição e do alto número de Atos Institucionais e de decretos-lei. Essa preocupação com a legalidade chegou a um nível tal que, em 11 de setembro de 1971, foi assinado o decreto n.º 69.534 que dava ao presidente o poder de redigir decretos secretos relativos a quaisquer situações nas quais a segurança nacional estivesse ameaçada. Abria-se assim uma brecha na legislação para justificar as prisões sem mandato ou acusação formal. Sobre ele veiculou-se essa matéria:

²⁸ Cf. *Isto É*, 25/10/1978, p. 10.

²⁹ ROLLEMBERG, op. cit., p. 76. Grifos no original. A autora ressalta que o termo banido não foi a princípio aceito pela esquerda. Mais tarde acabou sendo assimilado.

“A partir de agora, o presidente da República poderá classificar como “secreto” ou “reservado” os decretos de conhecimento restrito, que disponham sobre matéria de interesse da Segurança Nacional. Quando assim ocorrer, o decreto terá numeração especial e seu texto não será publicado no Diário Oficial da União, que apenas registrará seu número e ementa, de tal forma que não quebre o sigilo. (...) A disposição é uma das importantes inovações introduzidas mediante decreto firmado pelo Chefe do Governo e por todo o Ministério, que alterou dispositivos do regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (Decreto 60.417, de 11/03/1967). O regulamento ao tratar de matérias de caráter sigiloso, não se referia a “decretos”, mas somente a “assuntos”, sendo essa portanto, a mais profunda alteração que se observa. (...) O novo decreto publicado ontem, sob o n. 69.534, já teve uma consequência imediata: seguindo-se a ele está publicado o “Decreto reservado n. 1, de 11/11/1971” que modifica a organização das Forças Terrestres e dá outras providências. Não há além do número, data e ementa, qualquer dado a mais sobre a matéria.”³⁰

A exceção é a característica principal de qualquer ditadura, entretanto a ditadura brasileira apresenta uma singularidade, a preocupação em criar um aparato legal que conferisse a esses regimes uma aparência democrática. Assim, no Brasil mantiveram-se as eleições presidenciais, embora indiretas. Seguiram-se a legitimação da censura através da Lei de Imprensa, os poderes quase ilimitados que o AI-5 conferiu ao Executivo, o banimento, fruto do AI-13, a LSN-69, trazendo em seu bojo a pena de morte e a negação da existência de opositores ao regime etc. Ou seja, de forma inédita a ditadura foi legislando não como resposta aos atos da esquerda mais sim para garantir interna e externamente uma semelhança com os regimes democráticos existentes em outros países. É fato notório que todos os generais-presidentes se fizeram eleger.

O motivo pelo qual a ditadura optou por manter essa aparente democracia é objeto de controvérsias. Existe uma corrente historiográfica que defende a tese de que o governo ditatorial adotou essa postura apenas para “salvar as aparências”, sobretudo para se preservar da opinião pública internacional. E uma outra, na qual esta Dissertação se baseia, que sustenta que a razão desse comportamento deriva da frente heterogênea que deu o golpe. A ditadura militar brasileira sempre foi devedora, embora tenha se distanciado dessa frente em certos momentos, dessas inspirações. É claro que havia pressão internacional e que isso gerava uma certa dose de preocupação’, mas não

³⁰ Cf. *O Dia*, 18/11/1971, p. 8.

podemos esquecer que o golpe no Brasil foi dado para “salvar a democracia”, uma democracia sem o presidente João Goulart e sem a “baderna”. A frente heterogênea que apoiou o golpe acreditava que os militares ficariam no poder por pouco tempo. Não queriam uma ditadura a longo prazo, apenas o suficiente para que novas eleições se realizassem, ou seja, seria um governo de transição. Entretanto, em nome dessa aparente Democracia houve um endurecimento inédito do regime e atos discricionários foram cometidos.

2.2 - A reforma da LSN

Desde meados da década de 1970, à pressão das ONGs internacionais juntaram-se as dos movimentos brasileiros pela anistia. Primeiro o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), formado em sua maioria, por esposas de militares cassados ou transferidos para a reserva após o golpe. Depois surgiu o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), composto majoritariamente por parentes e amigos de exilados e presos políticos, acompanhando o modelo dos Comitês Brasil pela Anistia criados em diversos países europeus. Foi também no governo Geisel, empossado em 15 de março de 1974, que se iniciou um processo de abertura, “lenta, segura e gradual”, segundo os termos empregados pelo próprio general-presidente.

Os presos políticos já reivindicavam sua saída da Ilha Grande há algum tempo – a única forma de protesto de que dispunham era a greve de fome, e muitas foram feitas para alcançar seus objetivos, a transferência foi uma de suas vitórias. Argumentavam que a localização do presídio dificultava muito o recebimento de visitas e suas idas e vindas dos tribunais, fato que seria solucionado com sua transferência para uma prisão no continente. Além disso, reafirmavam sua condição de presos políticos e ideológicos e a necessidade de ficarem em um local destinado apenas a eles. Em 1975, iniciou-se a mudança, primeiro para uma ala do Esmeraldino Bandeira, em Bangu, zona oeste carioca, enquanto as obras na penitenciária Milton Dias Moreira, no Complexo Penitenciário da Frei Caneca, seu destino final, não terminavam. Em 1976, a transferência terminou, havia afinal um presídio político. Fora dado o primeiro passo para o reconhecimento da

existência de presos políticos. No entanto, este reconhecimento não foi imediato, com os avanços e recuos da abertura idealizada pelo governo, outra greve de fome ainda aconteceria na Frei Caneca, em 1979, as vésperas da anistia.

Em 1978, falava-se abertamente em anistia. A imprensa noticiava, alguns artistas e intelectuais engajavam-se e uma parcela da sociedade manifestava-se a favor. A campanha era feita em prol do retorno à democracia, embora os revolucionários não tivessem aderido à luta armada com este fim. Com efeito, o objetivo das organizações revolucionárias era derrubar o governo ditatorial, programa que já se esboçava mesmo no período anterior a 1964 com o propósito de substituir o sistema capitalista pelo socialismo.

“O CBA, como as demais associações, referia-se à luta contra o regime como uma luta pela democracia. Embora tratasse do combate a um regime de exceção, é bom não perder de vista que os valores democráticos não eram tão evidentes assim na esquerda. Da mesma forma, superdimensionava a “resistência popular” à ditadura”³¹

Resistência à ditadura ou intenção de implantar no país um regime socialista? Esta é uma questão polêmica. Existe uma corrente da qual fazem parte Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg, entre outros, que defende a tese de que o objetivo principal das organizações de esquerda que aderiram à luta armada era a derrubada revolucionária do imperialismo e/ou capitalismo, logo, as ações praticadas contra a ditadura não seriam uma reação às atitudes arbitrárias adotadas por esta. O projeto de tomada revolucionária do poder era, como já mencionado acima, anterior ao golpe de 1964. A defesa da democracia não era uma meta durante a luta contra a ditadura, essa expressão só se tornou corrente na campanha pela anistia, pois, desta forma, as práticas das organizações de vanguarda podiam ser identificadas como um mecanismo de resistência.

Entretanto, há intelectuais especialistas no período e muitos ex-revolucionários cuja tese defendida é a de que a esquerda apenas reagia ao endurecimento do regime, logo, seriam resistentes e/ou defensores da democracia que havia sido suprimida após o golpe de 1964.

³¹ ROLLEMBERG, op. cit., P. 247. Grifos no original.

Em março deste ano a polêmica reacendeu-se em uma das mesas do seminário “40 Anos do Golpe Militar: 1964-2004”, da qual participaram os professores Daniel Aarão, Jacob Gorender, João Quartim e Marcelo Ridenti,³² além de ampla participação do público no debate da questão. O debate intenso realizado nesse evento demonstrou que o assunto precisa ainda de ampla discussão, pois o consenso parece distante já que existe divergência inclusive quanto ao que seria de fato uma democracia.

Outro fator citado pelos que não aceitam a tese de que a esquerda desejava implantar no Brasil um regime socialista é o mau uso que a direita faz dela. Ou seja, a direita utiliza essa teoria, sem fazer uma reflexão mais profunda sobre ela, para legitimar o golpe de 1964. Exemplo disso é o editorial da *Revista do Clube Militar*, celebrando os 40 anos do “movimento revolucionário” de 31 de março de 1964, no qual foram recortados trechos de uma matéria feita pelo jornal *O Globo*, com os professores Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Carlos Fico para justificar o golpe, a censura, o cerceamento da liberdade, as prisões, muitas arbitrarias e ilegais, a tortura, os assassinatos etc.

“(…) É forçoso lembrar que a liberdade da qual, hoje nosso povo desfruta é consequência direta da decisiva ação dos militares, patrioticamente apoiados e estimulados pela esmagadora maioria da Nação Brasileira, que, aos milhares, nas ruas, muitas vezes com terços nas mãos, mas sempre de braços e corações unidos, rogava por dias melhores, longe da ameaça da imposição do jugo comunista.”³³

O fato do uso equivocado da fala de alguns professores citados acima – principalmente os que afirmam que as esquerdas queriam derrubar a ditadura para instaurar no Brasil o socialismo, e não a democracia, que se as esquerdas tomassem o poder e houvesse resistência das direitas poderia haver enfrentamentos e mortes e que a opção das esquerdas por pegar em armas era anterior a 1964 –, reflete o radicalismo vivido no período não só no Brasil, mas em vários países. O cenário que caracterizou a

³² A mesa em questão aconteceu na UFF, Universidade Federal Fluminense, em 22/3/2004. O seminário foi realizado pelo CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, APERJ, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e da UFF, Universidade Federal Fluminense, entre os dias 22 a 26 de março de 2004. Os Papers apresentados durante o seminário estão publicados in REIS FILHO, Daniel, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. EDUSC: São Paulo, 2004.

³³ Cf. *Revista do Clube Militar*, maio/junho 2004, p. 2. Os depoimentos dos professores citados na revista foram publicados em *O Globo* de 29/03/2004.

Guerra Fria foi o de oposição entre imperialismo/capitalismo e comunismo. Na concepção das direitas a democracia era representada e/ou defendida pelos Estados Unidos, enquanto para as esquerdas ela se fazia representar por China e Cuba. Logo, a questão estava no conceito de democracia. Além disso, houve um golpe e não uma revolução, e esse não foi contra um governo socialista, mas contra o governo do presidente João Goulart, legalmente eleito.

Quanto à questão do possível enfrentamento e das mortes que dele poderiam advir, este é um fato provável em qualquer movimento revolucionário e, até mesmo nos movimentos golpistas. E, se em 1964 não houve mortes, como orgulhosamente reafirmam as direitas, foi mais pela ausência de uma reação das esquerdas e do presidente João Goulart do que pela vontade dos militares. Importante lembrar que havia porta-aviões estadunidenses esperando uma ordem para intervir caso houvesse resistência do governo e/ou das esquerdas, operação Brother Sam, e que os militares brasileiros foram para as ruas no dia 1 de abril dispostos a abrir fogo caso fosse necessário.

O editorial da *Revista do Clube Militar* vai além na defesa dessa “revolução democrática”.

“Hoje, nós celebramos a democracia, plena, igualitária, total, sem ódios e rancores, sem distinção de classe, cor, sexo e religião, num grande abraço da confraternização nacional que haveremos de construir. Celebramos, fundamentalmente, a nossa liberdade. (...) Liberdade, - de ir e de vir, de votar, de aplaudir, de vaiar, de criticar ou discordar, de viver sem peias, como a natureza nos fez, de orar ao nosso Deus, de sonhar o sonho nunca esquecido de um Brasil grande, forte, soberano, mais humano e mais justo. (...) liberdade, o mais sagrado relicário de um povo, que tão seriamente se viu ameaçado, é o legado que a Revolução Democrática de 31 de Março de 1964 transferiu às novas gerações.”³⁴

Hoje, certamente, a população brasileira pode celebrar a liberdade, mas, certamente, esta não existiu durante a ditadura. Também não é verdade que a liberdade de que os brasileiros desfrutam hoje seja um legado dos militares, ela vem sendo construída dia a dia pela sociedade.

³⁴ Idem, p. 3.

Os Leis de Segurança³⁵ também falavam em anistia. Evocavam a isonomia legal. Não haviam eles sido julgados em fóruns militares? Não haviam recebido as mesmas penas dos políticos? Não haviam destinado a eles as mesmas prisões e celas dos presos políticos? Era então chegada a hora de receber os mesmos benefícios. Francisco Viriato Correa, o Japonês, após ser indagado sobre sua impressão a respeito da justiça, declarou: “Não existe justiça. Se existisse, teriam me soltado em 1980 [sic], igual a vários outros companheiros”.³⁶ Japonês reclamava do fato dos Leis de Segurança terem sido prejudicados ao serem enquadrados na Lei de Segurança porque estiveram sujeitos a todas restrições impostas aos presos políticos. Inclusive, o isolamento dos Leis de Segurança teria sido maior pois, em 1972, a direção do presídio da Ilha Grande atendeu à reivindicação dos presos políticos que pleiteavam já há algum tempo a sua separação dos Leis de Segurança e construiu um muro dividindo a galeria em que viviam ambos os grupos. Os Leis de Segurança solicitaram sua incorporação ao coletivo dos presos comuns porém, não receberam autorização. O motivo alegado foi o de impossibilidade jurídica. Por cumprirem penas baseadas na Lei de Segurança, não podiam se unir à massa carcerária, e assim, foram afastados dos presos políticos e dos comuns permanecendo completamente isolados em uma galeria da Ilha Grande.

Apesar da liberdade dos presos políticos não ter vindo da Lei de Anistia como desejavam amplas parcelas da sociedade brasileira, além dos próprios pesos políticos e suas famílias, o momento era de abertura política e a diferenciação entre presos políticos e comuns tornou-se necessária, pois a distensão do regime criara expectativas e cresceram as pressões internas e externas para que esses homens e mulheres que ousaram se insurgir contra a ditadura fossem anistiados.

³⁵ Os presos comuns incurso na Lei de Segurança Nacional de 1969 ficaram conhecidos dentro do sistema penitenciário como LSNs ou Leis de Segurança. Os motivos que levaram a ditadura a eleger um fórum militar para julgar os crimes de bandidos comuns será melhor explicado na pg. 52 deste trabalho.

³⁶ A anistia aconteceu em 1979 e não em 1980. Cf. depoimento de Francisco Viriato Correa, o Japonês, a Geraldo Carneiro in: INSTITUTO CARIOCA de CRIMINOLOGIA, *Discursos Sediciosos: crime, direito, sociedade*, n. 1 (jan./jun. 1996). Rio de Janeiro: Relume Dumará. Tb. LIMA, op. cit. No livro William expõe sua opinião sobre o assunto.

“Com relação aos Leis de Segurança, a aberração jurídica já estava em tê-los condenado pela Lei de Segurança. Aquilo foi feito com o intuito político de confundir a opinião pública. Não estou falando isso por preconceito. O erro primário estava lá mas, de qualquer forma, eles colocaram na anistia a condição que o crime fosse por motivação exclusivamente política. Fora isso, a anistia ainda foi perversa porque ela excluía os [revolucionários] condenados por crimes de sangue.”³⁷

O impasse criado com a “isonomia legal” foi resolvido com a Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Ela reformava a LSN-69, alterando penas – eliminava as penas de prisão perpétua e de morte e diminuía as penas as para os crimes de guerra revolucionária (art. 23); assalto, roubo, seqüestro, sabotagem ou terrorismo, “com finalidades atentatórias à Segurança Nacional” (art. 26); e, finalmente, “o preso ou custodiado deverá ser recolhido e mantido em lugar *diverso* do destinado aos presos por crime comum” (art. 52, parágrafo 3).³⁸ Era o reconhecimento tardio da existência de crimes políticos no Brasil. Por outro lado, era o fim das esperanças dos Leis de Segurança, não de serem anistiados, pois, a rigor, na época, nenhum preso político recebeu a anistia, mas, de pelo menos de terem suas penas reduzidas como aconteceu aos políticos.

Com a reforma muitos presos políticos foram libertados porque já haviam cumprido toda a pena ou podiam receber liberdade condicional. Manoel Henrique – ex-presos político, que após participar do movimento estudantil, pertenceu a VPR, VAR-Palmares, VPR e ao MR-8 –, chegou a ser condenado à morte, por ter participado do seqüestro do embaixador alemão entre outras ações, e teve sua pena comutada, foi libertado em regime graças à reforma da Lei de Segurança Nacional.

“Nós que estávamos presos não fomos anistiados. Tanto que quando eu saí, foi pela reforma da Lei de Segurança, na qual as penas foram diminuídas. E após minha saída ainda fiquei dois anos em condicional. Só tempos depois é que todo mundo foi anistiado [pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso]. Quem tinha os julgamentos transitados e julgados não foi anistiado, só o foram aqueles cujos processos ainda não haviam transitado e julgado. No caso, só os exilados é que foram anistiados.”³⁹

³⁷ Cf. entrevista de Paulo Roberto Jabur, realizada por CF, em 30/01/2003. Fita 2 – lado A.

³⁸ Texto integral da lei no site do Senado op. cit. Grifo meu.

³⁹ Cf. Entrevista de Manoel Henrique Ferreira, realizada por CF, em 11/12/2002. Fita Única – Lado A. Um processo só é considerado transitado e julgado quando não couber ao réu mais instâncias jurídicas para recorrer, ou seja, enquanto o réu puder apelar da sentença sua pena não é fixada ou transitada e julgada. Os

Como a revisão das penas foi feita caso a caso, eles foram sendo libertados gradualmente. Colombo⁴⁰, por exemplo, foi um dos primeiros a ser libertado.

“A lei era para o novo momento que se pretendia. Acabou que boa parte dos que estavam presos não foi atingido [pela anistia], foi atingido pela [reforma] da Lei de Segurança Nacional. Saiu no momento da anistia porque aí nego passou o rodo. Tanto é que não saiu todo mundo num mesmo dia, inclusive eu saí em fevereiro de 1979, não saí na anistia, que só aconteceu em agosto. Nós fomos os primeiros, o Rômulo, depois eu e a Jesse, no mesmo dia. No momento da saída dá aquela emoção, todo mundo chorando, gritando, fazendo festa – o pessoal do Comitê Brasileiro pela Anistia, e os jornalistas do *Jornal do Brasil*. Eu fui solto na Frei Caneca e ia para Bangu porque a Jesse ainda seria solta, o mesmo portador que levou o meu alvará de soltura estava indo para Bangu, então dava tempo da gente chegar lá e pegá-la com o mesmo grupo, embora lá já tivesse um outro grupo de pessoas lá esperando porque ela podia sair antes.”⁴¹

Já a saída de Paulo Jabur, ex-quadro do MR-8, foi feita de maneira que parecesse que ele fora anistiado.

“No ocaso do governo do Geisel, em dezembro de 1978, quando ele estava saindo do governo, reformulou a LSN fazendo uma redução considerável das penas, colocando a LSN como era anteriormente, ou seja, mais ou menos equiparando as penas ao que era o Código de Processo Penal. Por exemplo: assalto, que era de doze a trinta anos na Lei de Segurança voltava a ser de dois a dez, igual é no Código Penal; acabava a pena de morte. Eu fui solto por uma jogada política da repressão, eu e alguns outros no mesmo dia, o dia seguinte ao da anistia, como se tivesse sido anistiado, quando na verdade a anistia não anistiou ninguém que estava preso. O que aconteceu comigo foi que eu tinha vinte e dois, vinte e três processos, sei lá, e já tinha sido condenado em alguns, havia outros em tramitação e muitos arquivados por falta de provas. Logo que entrou em vigor a nova Lei de Segurança o meu advogado, que era o Técio Lins e Silva, entrou com um pedido de readequação das penas daqueles processos em que eu já estava condenado com

presos políticos foram anistiados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso através da Lei Nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. O texto integral desta lei encontra-se o site do Senado op. cit.

⁴⁰ Colombo Vieira de Souza Júnior, ex-militante da DI-RJ, Dissidência do estado do Rio de Janeiro, e da ALN, Ação Libertadora Nacional, preso em julho de 1970 por participar de um comando guerrilheiro que seqüestrou um avião – seus companheiros eram Jesse Jane Vieira de Souza, que se tornaria sua esposa e com quem teve uma filha no período em que os dois estavam presos, e os irmãos Fernando Palha Freire e Eiraldo Palha Freire, este foi ferido no momento em que soldados da Aeronáutica invadiram o avião e morto sob tortura no DOI/CODI-RJ. Sobre o seqüestro ver tb. entrevista de Fernando Palha Freire concedida a CF em 11/04/2003, GORENDER, Jacob *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ed. Ática, 1987 & ROLLEMBERG, Denise *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999. Sobre a morte de Eiraldo ver DIAS, Luzimar Nogueira (org.) *Esquerda Armada. Testemunho dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira*. Vitória: Edições do Leitor, 1979, p. 69.

⁴¹ Entrevista de Colombo op. cit. Fita 1 – Lado B e Fita 3 – Lado A.

sentença transitada e julgada. Eu tinha na época cinquenta e dois anos, no final fiquei com duas condenações, uma de dez e uma de doze, se eu não me engano. Uma das penas foi readequada em uma semana, passou de doze para dois. A outra caiu nas mãos de um outro juiz que não reduzia pena de “terrorista”. E aí ficou rolando meses e meses e o juiz não assinava aquilo, não julgava, não fazia nada, até que veio a anistia. Na semana da anistia, esse tal juiz entrou em férias e o Tércio entrou de novo com o pedido, e o juiz substituto deu, o que era o meu direito legal. Resultado, na semana em que ia ser votada a anistia minha pena caiu para quatro anos. Eu só fui anistiado nos processos que estavam em andamento e nos que estavam arquivados, não fui anistiado nos dois processos nos quais estava condenado. Só saí porque após a readequação fiquei com quatro anos de pena e já estava há sete na prisão. Ainda ficaram me devendo três. Fui posto na rua no dia seguinte ao da anistia. A Globo anunciando para todo mundo que eu era anistiado. No dia seguinte eu dei uma entrevista à Glória Maria dizendo que eu não tinha sido anistiado, mas cortaram tudo, claro. Não disseram nada daquilo porque na época a Globo ainda não chamava a ditadura de ditadura. (...) Eu me lembro que os caras conseguiram estragar a minha saída. Eu saí revoltado porque meus companheiros ainda estavam lá dentro. Eu queria que sásse todo mundo junto. Tinha a maior festa na porta no dia em que eu saí, mas eu queria estar com todo mundo. Tanto que no sábado seguinte eu estava lá visitando os companheiros que ficaram e articulando coisas para fazer por eles aqui fora, uma semana depois eu estava em Itamaracá visitando os presos de lá. Na verdade não teve aquela sensação de queda da Bastilha.”⁴²

O caso de André Borges e Godoy era particularmente delicado. Ambos tinham sentenças de tribunais civis anteriores a 1969, o que os tornava presos comuns, e foram sentenciados também pela Justiça Militar por terem aderido à luta armada e praticado ações expropriatórias, pelo MAR, o que também os transformou em presos políticos. Identificavam-se e eram identificados pelos outros presos e dentro do sistema prisional como políticos, mas teriam que cumprir as penas anteriores, de crimes comuns, antes de serem libertados? A dúvida foi angustiante, mas prevaleceu a condenação na auditoria militar e os dois foram beneficiados com a reforma da Lei de Segurança Nacional.

Antes da promulgação da Lei Nº 6.620, assim que o governo começou a falar em reformas, havia muitas expectativas de que os presos políticos fossem anistiados. Em outubro de 1978, o jurista Raymundo Faoro estava certo que isso ocorreria.

⁴² Cf Entrevista de Paulo Jabur op. cit. Fita 2 – Lado A

“Foi reconhecido o anacronismo das penas existentes, e o alcance disso é maior, seguramente, do que pretende a timidez do governo. A anistia se estende, agora, também aos que foram acusados – e condenados – por ações armadas, na medida em que foram reconhecidas como crimes políticos, já que as ações que não sejam atentatórias à segurança nacional estão excluídas do anteprojeto.”⁴³

O governo não pensava desse modo. Dias depois ao da declaração de Faoro, porta-vozes governistas deixavam claro sua posição sobre o assunto.

“Como iremos anistiar assassinos e assaltantes, fanáticos como um que matou um sargento do Exército com um tiro na nuca? (...) Não, este é um território tabu, onde a descompressão não pode penetrar, concluem todos, preferindo acenar, apenas, com a possibilidade da revisão de alguns processos por iniciativa do próprio governo.”⁴⁴

A ditadura fazia ainda questão de lembrar que as tentativas de responsabilização dos torturadores soava como “revanchismo”. E o senador Petrônio Portella, durante uma viagem ao Rio advertia sobre uma possível “fechadura” caso houvesse “abuso” de alguns setores.⁴⁵

Muitos eram os projetos de anistia que estavam sendo discutidos em 1979: ampla, geral e irrestrita ou não, recíproca ou não. Alegando não querer pôr em risco o processo de retorno à democracia, o governo optou por anistiar os torturadores e deixou de fora os presos políticos condenados por crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal. Entretanto, aqueles que haviam praticado o mesmo tipo de crimes, mas não tivessem sido ainda condenados, cerca de oitenta e cinco por cento dos banidos, foram anistiados. Seus processos estavam parados desde que deixaram o país e por isso foram beneficiados.

Como forma de protesto os presos políticos do Rio de Janeiro iniciaram, em 22 de julho de 1979, uma greve de fome que logo teve adesão de presos políticos de outros estados. A greve durou trinta e dois dias, encerrou-se em 22 de agosto, e contou com ampla divulgação da imprensa e apoio de familiares, amigos, membros da classe artística,

⁴³ Cf. *Isto É*, 25/10/1978, p. 13.

⁴⁴ *Isto É*, 08/11/1978, p. 5.

intelectuais, alguns políticos e membros da Igreja. Em 28 de agosto, seis dias após o término da greve de fome foi promulgada a lei n.º 6.683, que não os anistiava.

Ser libertado por ter cumprido a pena, por indulto ou em liberdade condicional é muito diferente de ser anistiado. Em todos esses casos o preso deixa a cadeia, entretanto o anistiado é o único que sai com ficha limpa. A palavra anistia significa esquecimento assim, é como se o anistiado nunca tivesse sido sentenciado em um julgamento ou cumprido pena. Caso ele venha a ser processado por qualquer outro motivo ele é considerado réu primário e tem direito a todos os benefícios que esse *status* lhe confere. Em todos os outros casos, se ele precisar de um nada consta – documento jurídico que informa a ausência de condenações, prisões e/ou passagem pela polícia – não o obterá pois há registros de sua passagem pelo sistema penitenciário.

A ditadura ao elaborar o que se convencionou chamar de Doutrina de Segurança Nacional e, particularmente, as Leis de Segurança Nacionais, criou um problema não só para os presos políticos mas, principalmente, para si mesma, sobretudo por ter igualado no texto da lei assaltos e expropriações, ou seja, politizou ações que não eram praticadas com finalidades políticas. Porém, ao fazer a junção de presos políticos e comuns, a ditadura não estava, a rigor, sendo completamente arbitrária porque a fusão entre bandidos e revolucionários existe, na prática, tanto na História quanto no Brasil. E é isso que passaremos a estudar nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

Bandidos e Revolucionários

“Seja marginal
Seja Herói”

Hélio Oiticica

O convívio de bandidos e revolucionários tem ocorrido com bastante frequência, dentro ou fora das prisões, em diversos países e em épocas diferentes, embora a imprensa brasileira, principalmente a do Rio de Janeiro, possa alegar que se trata de um fenômeno exclusivamente brasileiro que só teria ocorrido com os presos políticos e comuns que estiveram encarcerados na Ilha Grande durante o período da ditadura civil-militar em nosso país.

Este capítulo pretende refletir sobre os motivos pelos quais essas associações são comuns em guerras de libertação nacional e/ou em revoluções socialistas e demonstrar que, além do convívio, houve também trocas e assimilações de ambas as partes sem que se possa afirmar que organizações criminosas tenham sido produto dessas relações.

Os “encontros” entre bandidos e revolucionários podem ser explicados pelo fato de que os segundos normalmente vivem ilegalmente antes de atingirem seus projetados fins, talvez a maioria nunca os atinja. Ou seja, revoluções são feitas com o objetivo de destituir governos considerados injustos, ilegítimos – não eleitos pelos respectivos povos ou impostos a eles de alguma maneira, por exemplo, os poderes coloniais nos casos das guerras de libertação nacional. Assim, enquanto o poder indesejado não é derrubado, ou os insurretos eventualmente derrotados não recebem a anistia, os atos revolucionários são considerados ilegais. Governos discricionários favorecem esse tipo de associação ao negarem a seus opositores canais legais de luta e/ou resistência. Nesses casos resta aos “inimigos do Estado” o caminho da clandestinidade ou da marginalidade.

Além disso, as expropriações – ações com o intuito de arrecadar fundos para promover a revolução e garantir a sobrevivência dos revolucionários durante o período de clandestinidade – embora não visem lucros, não são consideradas ações lícitas. As

autoridades não costumam distinguir entre expropriações e roubos, marginalizando assim os praticantes de ambos. Em outras palavras, quando os revolucionários são colocados à margem da sociedade, tendem a aproximar-se de outros marginais. Inversamente, segundo as circunstâncias, marginais podem também se aproximar das revoluções e dos revolucionários. Talvez por isso a maior incidência de conversões políticas recaia em lugares como a prisão, pois é ali que “os bandidos e os modernos revolucionários se encontram em condições de igualdade e, em certas circunstâncias, de mútua confiança.”⁴⁶

A “mão-de-obra qualificada” é outro fator que motiva essas associações. Os bandidos possuem armas, coragem, ousadia, treinamento para o tipo de ações praticadas durante a luta armada e, para alguns, seus crimes demonstram um alto grau de revolta – a maneira encontrada por eles para se insurgirem contra a exploração de um sistema desigual e injusto é tomar à força o que lhes é negado. Segundo Hobsbawm: “O que existe de fundamental na situação social do bandido é sua ambigüidade. Ele é um marginal e um rebelde”.⁴⁷ Já para Bakunin e para outros anarquistas o bandido é:

“O verdadeiro e único revolucionário – um revolucionário sem frases torneadas, sem retórica erudita, irreconciliável, infatigável e indômito, um revolucionário popular e social, apolítico e desligado de toda propriedade.”⁴⁸

Existem, porém, barreiras a serem transpostas. Mesmo considerando-se o comportamento de um assaltante comum como um sinal freqüente de rebeldia, ele não está sempre, nem necessariamente, consciente disso. Para que ele se torne um “soldado da revolução” deverá receber instrução política adequada. Esta tarefa, além de árdua, porque a maior parte dos bandidos não têm interesse pela política, nem tradição de debates políticos – sustento que não é um problema de instrução, mas de consciência política –, nem sempre alcança resultados positivos. Assim, pode ser infrutífero tentar fazer com que um criminoso não pretenda lucro pessoal ao praticar um roubo ou um seqüestro. Também pode ser bem difícil para um bandido adequar-se às práticas formais, trabalhar e viver exclusivamente do salário, após o término de um processo

⁴⁶ HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos 2* ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1976, p. 104.

⁴⁷ Idem, p. 86.

⁴⁸ Bakunin, apud idem, p. 109.

insurrecional. O apego pela liberdade se, por um lado, transforma os bandidos em “rebeldes naturais”, por outro, os impede de adequarem-se à organização e à rotina rigorosa dos revolucionários. Todas essas dificuldades muitas vezes inviabilizam ou tornam, tendencialmente, pouco duradouras as associações entre bandidos e revolucionários. Porém, não impedem que as tentativas ocorram e/ ou que alianças positivas e construtivas venham a ocorrer.

Antes de entrar no caso brasileiro vamos apresentar alguns processos históricos em que os caminhos de bandidos e revolucionários se entrelaçaram. Uma análise, mesmo sumária, dos processos revolucionários pode trazer evidências nesse sentido.

No caso do processo revolucionário russo ocorreu um fenômeno peculiar: os próprios bolchevistas praticaram expropriações e, mais tarde, as condenaram, trocando acusações mútuas após chegarem ao poder. Lenin foi o primeiro a ser acusado pelos social-democratas por supostas tendências “blanquistas”. Hobsbawm considera injustas as acusações e as rebate afirmando que:

“Os bolchevistas de Lénine só diferiam dos outros social-democratas por não condenarem *a priori* qualquer forma de atividade revolucionária, inclusive as expropriações”; ou, melhor, por carecer do jargão que oficialmente condenava operações que, como hoje sabemos, são praticadas não só por revolucionários clandestinos, mas também por governos de todos os matizes, sempre que as consideram essenciais. Lénine fez o melhor que pôde para distinguir as “expropriações” do crime comum e da pirataria indiscriminada, através de um elaborado sistema de ressalvas: só deveriam ser realizadas sob auspícios do Partido e dentro de um quadro de ideologia e educação socialistas, para que não descambassem para o crime e a “prostituição”; só deveriam ser empreendidas contra propriedade do Estado, etc.”⁴⁹

Adam Ulam, entretanto, afirma que Lenin permitiu a realização de algumas expropriações após o partido já ter declarado sua prática ilegal.⁵⁰

Stalin também teria praticado expropriações com a ajuda de bandidos da Georgia. Hobsbawm acredita que simplesmente acusá-lo de latrocínio não seria correto porque “ele não estava fazendo outra coisa senão aplicar a política partidária, embora sem dúvida

⁴⁹ HOBBSAWM, op. cit., p. 111. Grifos no original.

⁵⁰ ULAM, Adam B. *Os Bolcheviques*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1976, p. 303/316.

se empenhasse em tais atividades com sua costumeira falta de escrúpulo humanitário”.⁵¹ Embora as ações feitas na região da Georgia tenham alcançado importância exatamente por, supostamente, terem sido realizadas com a colaboração de bandidos, o grau exato dessa colaboração segue sendo objeto de controvérsia.

A Revolução Mexicana talvez forneça o melhor exemplo de como um bandido pode tornar-se um revolucionário: Doroteo Arango, o Pancho Villa.

Seu ingresso no banditismo ocorreu quando tentou matar o dono das terras em que vivia depois deste ter violentado sua irmã. Mais tarde, o hábito de dividir os frutos dos roubos com os pobres define o perfil de um bandido social. Além disso, aliou-se a Francisco Madero na luta contra Porfírio Díaz – iniciada em 7 de outubro de 1910 e finda em 6 de novembro de 1911, quando Madero assume a presidência, em San Luis Potosi. Todavia, o novo governo desentende-se com Villa e este é preso, acusado de radicalismo.⁵²

Apesar dos enganos políticos – apoiar quem lhe viraria as costas após eleito – Pancho Villa passou de bandido a guerrilheiro, e depois a general, e neste posto, cometeu pouquíssimos erros em sua campanhas. Homem de uma capacidade de assimilação extraordinária, afinal só aprendeu a ler quando tinha trinta e dois anos, chegou a ser eminente chefe militar.⁵³

Esse caráter ambíguo de Villa o marcou para sempre. Ainda hoje lembrado como o bandido que virou herói – tornando-se um revolucionário – é sempre reproduzido, principalmente por Hollywood, como bêbado e mulherengo. Refletir sobre a dubiedade de sua posição na história da Revolução Mexicana é importante para compreendermos o valor da liberdade para esses bandidos-heróis e sua dificuldade em assimilar e adaptar-se às inúmeras regras e restrições legais impostas pela sociedade.

Segundo Elias, a socialização é um processo histórico iniciado na passagem da Idade Média para a Moderna. Quando as cortes se formaram, manuais de boas maneiras e/ou etiqueta começaram a circular entre os nobres. Além disso, com o fortalecimento da figura do rei que passa, nesse momento, a deter o monopólio da força, os litígios deixam de ser resolvidos entre as pessoas e passam a ser arbitrados pelo Estado. Comportamentos

⁵¹ HOBSBAWM, op. cit., p. 111.

⁵² Cf. ROMANO, Ruggiero *A Revolução Mexicana* São Paulo: Editora Três, 1974.

antes consagrados pelos costumes começam a ser considerados como inadequados ou violentos. Esse “processo civilizatório” não se deu de maneira uniforme. O grau de introjeção desses valores varia de sociedade para sociedade, e mesmo dentro delas, o enraizamento do fenômeno depende da classe social ou do lugar em se vive, zona rural, cidade ou metrópole.⁵⁴

Pancho Villa nasceu camponês, e o fato de ter se tornado um eminente comandante militar não foi suficiente para garantir seu passaporte para a elite mexicana. Será sempre herói aos olhos do povo e bandido para os poderosos. Marco Antônio Villa tenta resgatar a imagem do revolucionário mexicano quando o define como um “herói desfocado”:

“Mas embora haja certa facilidade na transformação de Zapata em herói da “revolução”, o mesmo não ocorre, com a mesma fluidez, no caso de Villa. O líder mais ativo das lutas camponesas do norte se presta mal ao processo de reelaboração. Parece que, mesmo morto, continua a resistir aos “hacendados”, aos poderosos. Esta resistência, dificultando a sua diluição entre os “heróis nacionais”, parece justificar, em seu caso, um outro processo ideológico: a estereotipação. Seu retrato na história dos personagens da Revolução Mexicana fica dúvida, fora de foco. Herói, e mesmo assim, bandido. Brillante militar da Divisão do Norte mas também, assassino, bêbado, analfabeto, oportunista.”⁵⁵

Na contramão de Hollywood, Earl Shorris, em um romance mescla verdade e ficção e desconstrói a imagem dos filmes americanos. Para ele Pancho Villa era:

“Um asceta que raramente bebia, mas que amava de modo grandioso e espetacular, e que se casou com quatro mulheres. Um peão ignorante, que aprendeu a ler com trinta e dois anos, usando como texto o *Dom Quixote*. General brilhante, que comandou a única invasão continental dos Estados Unidos neste século [XX], mas que suplicava ao seu exército que esquecesse a guerra e construísse cidades.”⁵⁶

⁵³ Idem.

⁵⁴ ELIAS, Nobert *O Processo Civilizador*. 2 vol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

⁵⁵ VILLA, Marco Antônio *Pancho Villa, o herói desfocado*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 8/9. Grifos do autor.

⁵⁶ SHORRIS, Earl *Pancho Villa, o revolucionário mexicano*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1983. (apresentação)

O resgate da figura de Villa pelos dois autores sem dúvida nos convida a repensar esse personagem e a própria Revolução Mexicana. Mas ninguém melhor do que as palavras do próprio revolucionário para o definir: “Quando um exército não tem outro trabalho senão guerrear haverá sempre guerra. Deixem que os soldados trabalhem no sistema de água, façam-nos construir escolas. Que será do México se seus filhos não souberem ler?”⁵⁷

Em 1911, a China deixou de ser um império. A proclamação da República, porém, não terminou com a aliança entre chefes militares locais, parte da burguesia nacional e potências estrangeiras: europeus, japoneses e estadunidenses. Além disso, nas áreas rurais, onde vivia a maior parte da população, os latifundiários continuavam oprimindo e explorando os camponeses. Ou seja, o novo regime não acabou com o domínio econômico e político que as potências européias, o Japão e os Estados Unidos exerciam sobre os chineses.

Procurando um novo caminho para o país, um grupo de homens fundou, em 1921, o Partido Comunista Chinês. Este se aliou ao Kuomintang, Partido do Povo Chinês, nacionalista, e principal responsável político pela proclamação da República. Até 1927, nacionalistas e comunistas atuaram juntos contra o imperialismo e os grandes proprietários de terras. Neste ano, o general Chiang Kai-chek, chefe do Kuomintang, assumiu o poder e promoveu um massacre de comunistas em toda a China do Sul, particularmente em Xangai. Como essa perseguição se espalhou por todo país, os comunistas, liderados por Mao Tsé-Tung, refugiaram-se nas montanhas e organizaram uma guerrilha contra as tropas governamentais.

Apresentou-se a situação ideal para que bandidos e revolucionários de associassem, isto é, um grupo de guerrilheiros precisando de voluntários, mas sem condições privilegiadas de escolha, afinal, no alto das montanhas chinesas não havia muitos habitantes e, destes, quantos estariam interessados em aderir à causa? O próprio Mao achava que o caminho para salvar a China era imitar os “heróis de Liang Shan P’o, isto é, os bandidos-guerrilheiros livres do romance da *Margem d’Água*.”⁵⁸

⁵⁷ Idem, ibdem.

⁵⁸ HOBBSAWM, op. cit., p. 105.

A opção de Mao pelos bandidos não se deu apenas pelas dificuldades de recrutamento. Ele acreditava que, sob um bom e justo comando, eles se tornariam uma força revolucionária e que sua rebeldia era um sinal de que possuíam, de certo modo, uma consciência social. Segundo Hobsbawm, o melhor exemplo desse “senso de justiça” seriam os Barbas Vermelhas.

“formidável organização de ladrões de cavalos que ainda florescia na Manchúria na década de 20, proibiam a seus membros atacar mulheres, velhos e crianças, obrigando-os porém, a atacarem todos os funcionários públicos e representantes do governo (...) A organização dispunha ainda que “se um homem gozar de boa reputação, deixar-lhe-emos metade de sua propriedade; se for corrupto, tirar-lhe-emos todas suas propriedades e sua bagagem”.”⁵⁹

O resultado da convicção de Mao na potencial capacidade de engajamento e recuperação dos marginais foi que, segundo certos autores, em 1929, boa parte do Exército Vermelho era composta de soldados, bandidos, ladrões, mendigos e prostitutas.⁶⁰

A conservação e o avanço da consciência nacionalista argelina estão diretamente imbricados aos partidos políticos e à religião muçulmana, praticada pela maioria da população.

Mesmo as reivindicações mais fundamentais dos argelinos, como reformas políticas para permitir uma maior participação no governo, lhes eram negadas. No final da Segunda Guerra Mundial, a população argelina, imbuída de princípios proclamados pelos aliados na luta contra o nazismo, que previam inclusive a auto-determinação dos povos, se insurgiu contra a dominação francesa⁶¹ – a Argélia era colônia da França desde inícios do século XIX. Os Argelinos acreditavam que, terminada a guerra, seria implantada uma república federada. O próprio De Gaulle os levou a crer que assim que a

⁵⁹ Idem. Grifos no original.

⁶⁰ Idem, ibdem.

⁶¹ A Carta do Atlântico firmada, em 1941, por Churchill e Roosevelt garantia a auto-determinação dos povos e apontava para a desagregação dos impérios coloniais europeus, coisa que já tinha sido feita na Primeira Guerra Mundial e descumprida ao final dela. Durante a Segunda Guerra, essa questão voltou a ser formulada com mais ênfase pela Grande Aliança.

França se libertasse do jugo alemão, a independência da Argélia seria negociada. Essa promessa, porém, não foi cumprida.

Frustradas as expectativas, grandes manifestações se realizaram na Argélia e na França – a independência argelina era apoiada por vários segmentos da população francesa. Durante as manifestações da cidade de Sétif, a leste de Argel, as forças francesas abriram fogo contra a multidão provocando muitas mortes. Em represália houve uma seqüência de levantes. A repressão francesa foi dura. Aldeias inteiras foram arrasadas e milhares de camponeses foram mortos.

Em setembro de 1947 foi promulgado o estatuto da Argélia, que não despertou simpatia nos argelinos nem nos comunistas franceses por não tratar da independência política.

Em 10 de outubro de 1954, formou-se no Cairo a Frente de Libertação Nacional (FLN), expressão política do Exército de Libertação Nacional (ELN). A luta armada, desencadeada pouco depois, em 1 de novembro de 1954, contou de imediato com a adesão popular. De fato, pode-se afirmar que o ELN era constituído, em grande parte, do povo argelino porque “a grande população desprovida de recursos ou alternativas que habitava as regiões montanhosas e os campos formava uma fonte inesgotável de guerrilheiros”.⁶²

O despreparo dos revolucionários, cujo treinamento se dava na prática militante, era compensado pela capacidade de evadir-se rapidamente. Contando com o apoio da população tornava-se fácil dissolver-se nela ou obter abrigo durante uma perseguição. Desta forma, foi possível transformar a guerrilha – no início as ações estavam concentradas em atentados a prédios públicos, delegacias de polícia, na execução de agentes do governo colonial e de espões – em uma guerra total de independência.⁶³

A luta argelina era pela emancipação de seu país, pela identidade nacional, pelos valores da religião muçulmana, enfim, pela libertação dos argelinos do jugo do colonizador francês. Esse fato pode servir de explicação do porquê de grande parte da população aderiu à guerrilha e que até alguns bandidos e marginais tenham sido atraídos

⁶² YASBEK, Mustafá *Argélia: a guerra e a independência*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983, p. 33.

⁶³ Idem, *ibidem*.

pela causa revolucionária. Esse quadro propiciou a associação entre revolucionários e bandidos, e a entrada destes na luta armada. O caso mais famoso, amplamente documentado, é o de Ali La Point que foi recrutado na cadeia e quando de lá saiu, levava consigo, anotado em um pedaço de papel, os meios para encontrar os membros da resistência. La Point os encontrou, aderiu à guerra de independência, e se tornou um dos líderes revolucionários, mesmo sendo analfabeto e necessitando da companhia constante de um garoto para ler e escrever por ele. Morreu como herói, em 7 de outubro de 1957, se recusando a render-se e resistindo bravamente ao ataque dos militares e policiais franceses, que, por fim, optaram por dinamitar o prédio em que se encontrava escondido.⁶⁴

Ao longo desse ano, 1957, aconteceu o episódio conhecido como *Batalha de Argel*, uma série de combates entre as forças de repressão e o ELN e de atentados praticados por este na capital argelina. O principal alvo era Casbah, o bairro árabe no qual estava centralizada a base de apoio dos rebeldes. Ao final da Batalha de Argel seu principal líder, Yacef Saadi, estava morto e a guerrilha urbana encerrada.⁶⁵ A luta no campo e nas montanhas, porém se intensificou. O caminho para a liberdade ainda seria longo e árduo e a vitória total, a independência da Argélia, só viria em 1962.

Durante a Revolução Cubana guerrilheiros e bandidos caminharam lado a lado. No ano de 1956, oitenta e dois rebeldes desembarcaram no litoral cubano tentando iniciar uma revolta para derrubar o presidente Fulgêncio Batista. A investida fracassou porque o governo já havia sido avisado do plano e conhecia inclusive o nome do barco em que viajavam os revolucionários, o *Granma*. Do grupo composto por oitenta e dois revoltosos, apenas doze conseguiram escapar, Fidel Castro e Che Guevara estavam entre eles, e embrenharam-se na Sierra Maestra, iniciando-se assim um período de luta armada na clandestinidade no qual a principal tática era a guerrilha, que se utilizava de recursos tais como: ataques-surpresa a guarnições do exército e da polícia, ações para a obtenção de fundos, transmissões radiofônicas exortando a luta contra Batista etc..

⁶⁴ Cf. o filme *Batalha de Argel* (La Bataglia de Algeri). Direção de Gillo Pontecorvo, 1965, Itália/Argélia.

⁶⁵ YASBEK, op. cit., p. 46/47.

Um grupo tão reduzido precisava recrutar combatentes, mas não era fácil consegui-los estando isolados no alto das montanhas. Embora houvesse adesão de voluntários, ela não era numerosa o suficiente para que critérios muito rígidos fossem utilizados em sua seleção. Em Monte Turquino, Che era quem interrogava os recém-chegados e lhes ensinava algumas noções políticas, chegou a recusar inicialmente dois jovens por considerá-los “uma dupla de aventureiros”⁶⁶, entretanto, voltou atrás pois “o *Ejército Rebelde* não se podia dar ao luxo de ser exigente.”⁶⁷ O próprio Fidel “sempre compreendera que uma das chaves do sucesso numa luta pelo poder estava em fazer alianças táticas de curta duração, mesmo com seus inimigos ideológicos.”⁶⁸

Não eram aceitos apenas candidatos cuja convicção política e ideológica fosse duvidosa, muitas vezes a dúvida recaía sobre a legalidade de suas atividades. Ou seja: “Nas fileiras dos rebeldes, havia grande quantidade de sem-vergonhas: antigos vigaristas, assassinos foragidos, delinqüentes juvenis e traficantes de *marijuana*.”⁶⁹

Não é possível afirmar que essa aliança com o banditismo foi positiva ou duradoura, pois, infelizmente, não encontramos registros sobre a atuação desses militantes de “caráter ambíguo” após a vitória dos guerrilheiros, em 1 de janeiro de 1959, com a tomada de Havana e outras cidades importantes. Eles podem ter se tornado “homens de bem” ou permanecido à margem da sociedade.

No Brasil presos políticos e comuns conviveram durante a ditadura Vargas e na ditadura civil-militar instaurada em 1 de abril de 1964. Esse convívio teve características diferenciadas em três momentos. No governo do presidente Getúlio Vargas os opositores do regime foram julgados em fóruns civis e cumpriram suas penas em presídios comuns, não apenas destinados para presos políticos, em contato com a massa carcerária. Apesar disso, eram reconhecidos pelas autoridades carcerárias e governamentais como presos políticos.

No pós-64, houve dois momentos distintos: o primeiro, logo após a deposição de João Goulart, quando o primeiro ditador, Castelo Branco, sobe ao poder e realiza uma

⁶⁶ Cf. ANDERSON, John Lee *Che Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997. p. 306.

⁶⁷ Idem, p. 306.

⁶⁸ Idem, ibidem.

⁶⁹ Idem. p.317.

série de expurgos; o segundo inicia-se em 1969, quando é promulgada uma nova Lei de Segurança Nacional. Cada um desses três momentos – o da ditadura Vargas, o imediatamente seguinte ao golpe de 1964 e o da edição da Lei de Segurança Nacional em 1969 – tornou-se caracterizar o marco fundador de uma geração de presos políticos. Ou seja, trabalharemos sempre com a existência de três gerações de presos políticos.

O conceito de geração utilizado neste trabalho é o desenvolvido por Sirinelli. Segundo ele, o que define uma geração não é apenas a data de nascimento. Um evento comum vivido com igual intensidade por pessoas de idades diferentes pode “fundar” uma geração. Assim, uma revolução, uma guerra, a criação e/ou o ingresso em um partido político etc. podem ser considerados fatores determinantes para criar gerações, diferenciando pessoas da mesma idade ou igualando pessoas de idades diferentes.⁷⁰

Como já dito acima, definimos as gerações dos presos políticos através de três marcos da história brasileira. Durante a ditadura de Getúlio Vargas muitos militares, anarquistas e comunistas foram encarcerados. Alguns presos dessa geração acreditavam ser possível a ressocialização e/ou a conversão dos presos comuns em opositores do regime. Essas pessoas levaram para as celas ideais revolucionários e uma “literatura subversiva”. Muitos presos foram alfabetizados por eles e, depois que aprenderam a ler foram apresentados a autores e idéias que talvez não tivessem acesso fora do sistema prisional. Vários dos livros encontrados na biblioteca da Ilha Grande, no final da década de 1960 e início da de 1970 chegaram lá nas décadas de 1940 e 1950.

A ditadura instaurada em 1964 colocou atrás das grades muitos políticos conhecidos, mas encarcerou também, os sargentos e marinheiros revoltosos que haviam sido expulsos das forças armadas e respondiam a processos nas auditorias militares. Esses homens pertenciam à classe média baixa e, apesar de possuírem preconceitos contra os criminosos e temerem por sua integridade física, viviam, fora da cadeia, nos mesmos bairros e comunidades que os presos comuns. Embora os presos políticos da geração de 1964, preferissem manter-se isolados do contingente de detentos comuns, não encontraram problemas em aproximar-se e fazer amizade com aqueles com algum grau de politização, ou com os que não os ameaçassem. Discordavam das condições

⁷⁰ SIRINELLI, Jean François “A Geração”, in: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

carcerárias. Trabalhando nos setores jurídico e de assistência social conseguiram melhorar a qualidade de vida intramuros. Assim como os presos políticos da geração anterior, a da ditadura Vargas, alfabetizaram presos comuns e partilharam com eles seus livros.

A terceira geração de presos políticos, a de 1969, é composta, na sua maioria, de estudantes e intelectuais encarcerados por terem tomado parte do movimento estudantil que alcançou seu ápice no ano de 1968 e/ou terem feito parte das organizações de vanguarda que lutavam contra o imperialismo e/ou a ditadura. Oriundos das classes média e média alta, vinham de um mundo totalmente oposto ao dos presos comuns. Percebiam os criminosos e eram percebidos por eles com “estranheza”, desconfiança, medo. Não houve identificação de ambas as partes.

“De fato, conversávamos com eles. Muito mais no sentido de educá-los, num sentido assim civilizatório do que uma questão de política. Nós não tínhamos esperança de que eles pudessem realmente virar comunistas. Eventualmente um dos nossos companheiros podia mencionar aquele conceito de Lenin de lumpemproletariado, mas nós nunca concordávamos com o uso do conceito porque a interação com eles, o contato, demonstrava imediatamente que eles eram pessoas diferentes de nós – em função da classe social, do nível de conhecimento das coisas e também da postura, que era individualista e violenta. Para nós, que éramos pessoas de classe média assustava um pouco a grosseria deles. Além disso, nós achávamos que a nossa vida valia mais do que a deles, e sabíamos que eles eram pessoas traiçoeiras, na prisão muitos morrem dormindo. Eles usavam estoques e as pessoas morriam estocadas num lugar que eles chamavam de saboneteira, que é a região da clavícula, que tem a carótida e outras veias importantes. Umas ou duas estocadas na saboneteira eram suficientes para matar alguém. Então nós realmente tínhamos medo.”⁷¹

Os presos de 1969-1979 preocupavam-se em serem reconhecidos publicamente como tendo praticado crimes políticos. Desde o início pleiteavam tratamento diferenciado – separação dos comuns, não usar uniformes – pois acreditavam que se aceitassem se misturar com o restante da massa carcerária autenticariam o discurso do governo de que não havia presos políticos no Brasil. Quando indagado se a separação dos presos políticos

⁷¹ Cf. entrevista de Marcos Medeiros concedida a Michel Misse, em 28/10/1998. Fita 1 – Lado A. Marcos Medeiros foi militante do MR-8, participou da luta armada e esteve na Ilha Grande entre 1970-1973. Estoque é uma arma semelhante a uma faca, fabricada nas cadeias. O preso furta um pedaço de metal, afia

dos comuns foi a primeira luta que os presos políticos travaram, Colombo Vieira de Souza Júnior respondeu:

“Não, existe uma luta anterior a isso, quando nós brigamos para não admitir o uniforme. Nós não vestíamos uniforme em hipótese alguma. Aí têm histórias e mais histórias, nego foi vestido a força e algemado para não tirar, nego ficava de cueca dentro da cela mas não vestia uniforme. Quando tinham que ir para auditoria tinham que estar vestidos, então os guardas vestiam os caras a força mas, quando chegavam na auditoria, eles tiravam a roupa. Quando o camburão era aberto descia aquele monte de homem pelado em pleno centro do Rio de Janeiro. Em 1969, na Ilha das Flores, já se brigava para não vestir uniforme. Foram várias lutas por esse reconhecimento do *status* de preso político. A ditadura sempre se negava, são bandidos, são seqüestradores, são assaltantes comuns. Não tem isso [preso político] aqui. Isso vem desde o início da existência de presos políticos. Então o que no início era não vestir uniforme, mais adiante foi a questão de ter um presídio político próprio.”⁷²

Os presos comuns politizados não aceitavam esse comportamento. Desejavam apoio para suas reivindicações. William da Silva, que teve contato com duas gerações de presos políticos, 1964 e 1969, define bem o sentimento dos presos comuns:

“Éramos testemunhas de que gerações anteriores de ativistas políticos tinham feito questão de conviver com a massa, da qual sentiam-se parte e pela qual desejavam zelar. Dessa vez, as condições eram ainda mais favoráveis: tínhamos a experiência de outros contatos, estávamos organizados, desejávamos ampliar nossa pequena biblioteca, queríamos aprender. Mas eles não perceberam – ou não quiseram perceber – a oportunidade de convivência”.⁷³

O distanciamento não impediu manifestações de solidariedade. Os presos políticos não deixaram de ajudar os outros presos e até funcionários dos estabelecimentos pelos quais passaram. No Tiradentes, presídio paulista, são recorrentes os relatos de denúncias às autoridades das torturas que sofriam os “corrós”, presos correcionais. O próprio William nos mostra que com o passar do tempo os presos comuns perceberam que podiam contar com a solidariedade dos presos políticos. Na Ilha Grande aconteceram

uma das pontas para usá-la como lâmina e na outra, geralmente, enrola um pedaço de pano para proteger as mãos.

⁷² Cf. entrevista de Colombo op. cit. Fita 2, Lado A.

⁷³ LIMA, William da Silva *Quatrocentos Contra Um: uma história do Comando Vermelho*. 2ª edição. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001, p. 48/49.

casos em que os presos políticos dividiram suprimentos trazidos por seus familiares com presos comuns que não recebiam visitas. Também contribuíram com livros para a biblioteca e alfabetizaram presos comuns. Possuíam uma farmácia na qual os medicamentos ficavam disponíveis para os presos comuns e os guardas. Joaquim Aurélio de Oliveira – marinheiro cassado em 1964 e, após um período na clandestinidade foi preso em 1974, foi levado para o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), depois para o presídio Hélio Gomes e, finalmente, para a Ilha Grande – recorda-se da precariedade no atendimento médico, fato que motivou a criação da farmácia pelos presos políticos.

“Os presos políticos tinham uma farmácia que servia tanto aos presos comuns, quanto aos guardas e suas famílias. Isso porque a farmácia do presídio [Ilha Grande] não tinha nada, só tinha um cara lá que diziam que era açougueiro. O chamavam de Dr. Balança porque quando alguém chegava reclamando de alguma dor ou com alguma doença, a primeira coisa que ele fazia era botar a pessoa na balança. O remédio era sempre o mesmo, independente dos sintomas, um comprimido grande que chamavam de chapéu de couro. Os comprimidos serviam para tudo. Até o Dr. Balança pegava remédio lá com a gente.”⁷⁴

Embora manifestações de apoio e solidariedade tenham vindo com o tempo, os presos políticos da geração 1969 sempre mantiveram um certo distanciamento dos comuns. Os laços eram estabelecidos individualmente, por afinidade, e somente com os presos comuns que se adequassem às regras do “coletivo” – denominação usada pelos presos políticos para definir seu grupo. No início, entre 1969 e 1972, quando os políticos eram a maioria na composição do coletivo esse relacionamento foi tranquilo. Entretanto, conforme essa composição mudou – os presos políticos diminuía enquanto, cada vez mais, crescia o número de assaltos a banco e, conseqüentemente, mais presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional chegavam à Ilha Grande –, a convivência tornou-se mais difícil, culminando com o roubo do relógio de um preso político. Os presos políticos utilizaram esse incidente para pressionar a administração penitenciária e conseguiram que um muro fosse construído separando-os dos presos comuns. Alguns fatores contribuíram para essa mudança na composição do coletivo: a) os marinheiros

⁷⁴ Cf. entrevista de Joaquim Aurélio Oliveira concedida a CF e Mirna Aragão em 30/11/2002. Fita 3 – Lado A. Também entrevista concedida a CF, em 06/01/2003 – Fita 1 – Lado A

iam sendo libertados pois suas penas eram menores por não terem sido enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Ou seja, seu “crime” era o de quebra de hierarquia, por terem se rebelado contra oficiais superiores ao ingressarem num movimento por melhores condições de trabalho, de alimentação e acesso ao oficialato que culminou com a manifestação no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro; b) as trocas de presos políticos por diplomatas estrangeiros seqüestrados pela esquerda armada; c) a intensificação da repressão e o grande número de “desaparecimentos”, leia-se assassinatos, durante o governo Médici, 1969/1974.

Apesar dos gestos de solidariedade e da afinidade estabelecida antes da construção do muro, os presos comuns nunca aceitaram a alegação dos presos políticos de que precisavam isolar-se para comprovar sua existência, já que a ditadura não diferenciava os assaltos das expropriações e alegava que só havia bandidos e “terroristas” no Brasil. Os presos comuns queriam o estreitamento dos laços, que fosse estabelecida uma relação de companheirismo e cumplicidade e, quando isso não aconteceu, a expectativa transformou-se em ressentimento, e surgiu a tese de que o motivo real do isolamento era devido aos preconceitos que os presos políticos trouxeram para dentro da cadeia. Certamente consideravam-se diferentes, e, quem sabe superiores, aos presos comuns. André Borges – preso comum que, em 1968 ingressou no MAR, Movimento de Ação Revolucionária, criado por ex-marinheiros e um sargento da Aeronáutica dentro do Complexo Penitenciário da Frei Caneca, fugiu com eles em 1969, e, ao ser preso após uma ação expropriatória mal sucedida, foi levado para a Ilha Grande –, concorda com essa teoria e, mesmo tendo se integrado ao coletivo dos presos políticos e de ter permanecido com eles até 1979, afirma que nunca se sentiu realmente parte do grupo que compunha a geração de 1969. Ele tinha um bom relacionamento com todos e, é claro, fez amizades, mas não se percebia igual a eles.⁷⁵

Colombo tornou-se amigo de Godoy – outro preso comum do Frei Caneca que, assim como André Borges, ingressou na luta armada e tornou-se preso político⁷⁶ –, com quem dividiu a cela quando o Milton Dias Moreira foi transformado em presídio político, em 1975, conta que ele era quem mais se empenhava no desempenho das tarefas

⁷⁵ Cf. entrevista de André Borges op. cit. Fita 2. Lado A.

⁷⁶ André e Godoy serão melhor apresentados no Capítulo 3 desta Dissertação.

rotineiras, nas atividades físicas e nas intelectuais porque “sentia que precisava provar” a si mesmo e aos outros que ele merecia estar ali. Passado tanto tempo ele ainda se via como o “outro”, o desigual. Persistia um sentimento de não pertencimento, de inferioridade.⁷⁷ Godoy certamente tinha outros problemas pois, já em liberdade, cometeu suicídio.

Reafirmar a identidade de presos políticos era essencial para esta geração de presos políticos devido à edição de uma nova Lei de Segurança Nacional, em 1969, que não diferenciava expropriação de assalto. Logo, não importava se a ação tivesse um cunho ideológico ou não, seus executantes eram enquadrados e julgados na mesma lei e deveriam cumprir pena juntos, porém isolados do restante da massa carcerária. Nesse sentido, a Lei de Segurança Nacional além de ser o marco fundador da geração de presos políticos de 1969, também o foi da geração de presos comuns desse mesmo ano. Não é por acaso que dentro do sistema penitenciário esses presos comuns tenham sido rotulados como Leis de Segurança ou LSNs. Ou seja, os próprios funcionários do sistema penitenciário percebiam a diferença entre os presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional e o restante da massa carcerária.⁷⁸

Embora a maior parte dos encontros entre bandidos e revolucionários tenha acontecido em prisões, no Brasil, eles também ocorreram fora delas. Alex Polari, militante da VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, conta em seu livro de memórias que após o racha da VAR-Palmares, Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, do qual ressurgiu a VPR, Ladislav Dowbor, codinome Jamil, um dos teóricos da organização, propôs fazerem um novo tipo de associação: estabelecer contatos com as “classes fundamentais”, ou seja:

⁷⁷ Cf. entrevista de Colombo op. cit., Fita 3 – Lado B

⁷⁸ Os Leis de Segurança tinham outras peculiaridades que serão apresentadas ao longo do trabalho.

“A nossa [da VPR] grande novidade, a grande contribuição das teses do Jamil era a tentativa de estabelecer uma nova análise de classes da sociedade brasileira. Sobre os escombros do etapismo democrático burguês do Partidão (primeiro forjar alianças com setores liberais e a burguesia nacional para fortalecer o capitalismo e depois pensar no socialismo) e do programa socialista da POLOP [Política Operária] (a primeira grande crítica do Reformismo) introduzimos as camadas marginais e o lumpemproletariado como setores sociais potencialmente revolucionários, dadas as condições do processo de urbanização caótico do capitalismo brasileiro e a tendência concentracionista cada vez mais excludente que tendia a gerar um contingente de marginalidade econômica, social e civil cada vez mais explosiva”.⁷⁹

O ineditismo das teses de Jamil no contexto das organizações de esquerda brasileira, propondo uma “revisão” do marxismo ortodoxo norteador da esquerda brasileira advém de sua formação no exterior onde teve contato e foi influenciado pelas idéias de Hebert Marcuse.

“O proletariado industrial havia se integrado ao sistema capitalista e a realidade vinha mostrando que eram os “setores marginais”, ou seja os setores desligados da produção industrial que levantariam as bandeiras revolucionárias. Marcuse argumentava ter havido um “enfraquecimento revolucionário” do proletariado industrial. O movimento de 1968 retratou a nova realidade, quando os estudantes, as mulheres e os negros assumiram a frente da luta. Somente os que não haviam sido “integrados” ao sistema poderiam levantar-se contra o capitalismo, num primeiro momento. A “integração” do proletariado retirava-lhe a capacidade de rebelar-se, o que talvez só ocorresse numa fase posterior. A ascensão revolucionária dos povos camponeses (Frantz Fanon), que se libertavam do imperialismo, apesar do proletariado metropolitano, comprovava a tese. Nos EUA, os estudantes e os negros lideravam a denúncia e a luta contra a Guerra do Vietnã. Aparentemente, os estudantes estavam na dianteira da revolução cultural chinesa. No Maio francês, mais uma vez, eram os estudantes que davam o tom revolucionário ao movimento. Aliás, o próprio Vietnã, centro das lutas da época, não tinha certamente no proletariado sua base revolucionária”.⁸⁰

⁷⁹ POLARI, Alex *Em Busca do Tesouro Perdido*. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1982, p.140. Jamil era o codinome de Ladislav Dowbor. Sobre as teses de Jamil ver tb. REIS FILHO, Aarão e SÁ, Jair F. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985 & ROLLEMBERG, Denise ‘A Vanguarda Popular Revolucionária: os “marginais na revolução brasileira” in MENEZES, Lená M., ROLLEMBERG, Denise, MUNTEAL FILHO, Oswaldo (org.) *Olhares Sobre o Político* Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2002.

⁸⁰ ROLLEMBERG, op. cit., p. 78. Grifos no original.

De fato, eles aproximaram-se de alguns “proletas”⁸¹ com os quais montaram oficinas de armas e explosivos e mantinham uma área de treinamento na serra do Mendanha. Porém, os novos aliados não corresponderam aos anseios da VPR. Polari, em seu livro, queixa-se do “radicalismo de boca” dos lumpens, de seu oportunismo e mercenarismo, mesmo tendo sido beneficiados com uma oficina, carros, casa e ajuda financeira, o entusiasmo deles diminuía na mesma proporção que o dinheiro escasseava. Demonstração clara de que se teoricamente as “massas economicamente marginalizadas eram potencialmente revolucionárias”⁸², a prática deste caso concreto demonstrou que seus ideais não diferiam muito daqueles atribuídos ao proletariado urbano citado no texto acima. Ou seja, se o proletariado industrial não se rebelava por estar “integrado” ao sistema, o principal anseio dos “proletas” era o de “integrar-se” ao sistema capitalista e usufruir de seus “benefícios”.

E os problemas com os “proletas” não pararam por aí. Alex Polari relata que o dinheiro expropriado do cofre de Ademar de Barros estava acabando e foi preciso fazer novas ações. Também neste aspecto os marginais mostraram-se ineficientes. Havia sempre problemas, desencontros, furos de segurança, curiosidade excessiva sobre as coisas da organização. Com o tempo, a confiança neles foi desaparecendo. O desfecho da aliança se deu com os membros da VPR constituindo um tribunal para julgar Russo, um dos “proletas”, por ter armado uma cilada, para Alex – durante uma ação Russo teria ficado com o dinheiro com o qual haviam planejado comprar armas, ligara para a polícia e fornecera a placa do carro de Alex e sua localização. A cilada só não se concretizou por que um outro “proleta” se arrependeu e denunciou tudo à organização. Apesar de ser culpado, Russo foi absolvido e, mais tarde, Alex soube que ele estaria por trás de uma série de “quedas” no PRT, Partido Revolucionário dos Trabalhadores.⁸³

Os exemplos citados até o momento são de bandidos e/ou marginais que durante revoluções e/ou revoltas unem-se aos rebelados políticos e, por breves ou duradouros anos, abandonam as práticas criminosas e dedicam-se apenas às chamadas expropriações.

⁸¹ Denominação de Polari para o lupemproletariado. Idem, p. 140. Na verdade os proletas referidos por Polari eram pessoas que passavam a maior parte do tempo sem empregos formais e que praticavam pequenos delitos sem, entretanto, terem sido presos ou condenados por isso.

⁸² ROLEMBERG, op. cit., p. 84

Entretanto, há casos em que o inverso se verifica: guerrilheiros, após longos períodos de clandestinidade, optam pela criminalidade. Os assaltos deixam de ter como fim a arrecadação de fundos para a causa e/ou a organização e passam a ser praticados apenas para garantir o pagamento do aluguel, a alimentação e outras necessidades básicas. Esse fato é comum quando os rebeldes não conseguem apoio popular e a luta e/ou resistência ao regime é muito prolongada. Normalmente, finda a perseguição governamental, eles procuram seus familiares e amigos, retomam suas vidas e voltam a exercer atividades lícitas. Muitos participantes da luta armada no Brasil, nos anos de perseguição mais intensa tiveram que fazer ações para a própria sobrevivência. Durante esse processo, porém, alguns revolucionários não retornaram à legalidade.

Adilson Ferreira da Silva - membro da VAR-Palmares, da ALN, Ação Libertadora Nacional, e, novamente da VAR-Palmares é um destes casos. Usou os codinomes Ari, Miguel, Oswaldo e Nestor. Em 1963 foi para a União Soviética e ali estudou por dois anos na Universidade Lubumba. Em 1967 estava em Cuba para fazer treinamento de guerrilha. Foi preso em São Paulo, em 1978, numa tentativa de roubo de automóvel. Após a prisão, justificou seus atos dizendo que “passou fome, perdeu todos os contatos com os antigos companheiros e não teve outra saída. Confessou três assaltos e jurou que estava tentando juntar dinheiro para deixar o país”.⁸⁴

Juarez Senna, militante do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), nasceu em Jequié, interior da Bahia, e de lá fugiu por ter sido condenado a três anos por uma expropriação feita pelo PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) da qual não tomou parte. Sozinho no Rio - seu único irmão, Jurandir, que, anos antes, o hospedou, havia retornado a Jequié. Nestas condições, Juarez acabou como assaltante comum. Sobre essa escolha sabemos que:

“Entre 1970 e 1974, Juarez Senna passa as maiores dificuldades no Rio de Janeiro. Sem documentos, fugindo da condenação, não consegue emprego. Passa fome. São os quatro anos mais terríveis da vida desse baiano que sonha com o socialismo. São também os anos de chumbo da esquerda devastada pela repressão. Os amigos estão presos ou exilados”.⁸⁵

⁸³ POLARI, op. cit., p. 195/200.

⁸⁴ AMORIM, OP. CIT., p.197/199.

⁸⁵ Idem, p. 202.

Seu primeiro assalto foi realizado em Belo Horizonte, em 1975. Depois, foi capturado e trazido para julgamento no Rio – apesar do roubo ter sido praticado em Minas Gerais, os outros participantes tinham ligações com quadrilhas cariocas e Juarez, já com o codinome de Souza, tinha uma condenação pelo Tribunal Militar carioca – e, após ter sido sentenciado, foi levado para a Ilha Grande, onde ingressou no Comando Vermelho.⁸⁶

Segundo Wendel Sussuarana Setúbal, ex-integrante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), da Convergência Socialista, e atualmente no PT (Partido dos Trabalhadores), Juarez Senna chegou a ocupar o posto de tesoureiro no Comando Vermelho.⁸⁷

Dália, ex-companheira de um Lei de Segurança apontado como um dos fundadores do Comando Vermelho, conheceu Juarez Senna e se recorda dele como um homem calmo que, entretanto “ficou numa ambição horrível por dinheiro, falando só em comprar. Desbundou.”⁸⁸

Experiências desse tipo também ocorreram no exílio. Reinaldo Guarany, membro da ALN, participou de assaltos no Chile cujo produto serviu apenas para garantir sua sobrevivência, pois recebera ordens da organização para não se empregar ou inserir-se socialmente. Meses depois, o governo chileno desistiu de assisti-los – a ele e a sua companheira, Maria Auxiliadora Barcellos – e acabaram passando necessidade. Outros exilados, tendo ou não recebido este tipo de orientação de suas organizações, adotaram o mesmo comportamento, ou seja, isolaram-se. O exílio trouxe para muitos um sentimento de “não pertencimento”, de anomia.⁸⁹ Tinham dificuldade em aceitar sua condição de apátridas e mantiveram-se marginalizados dentro dos países que os haviam acolhido. Seu principal objetivo era voltar ao Brasil e retomar a guerrilha. Por isso, não se inseriam socialmente, não recebiam ajuda do governo e nem arranjavam um trabalho porque se assim o fizessem, estariam desistindo da causa brasileira. De certa forma, essas ações eram uma continuação do que faziam aqui. Mas as motivações para a prática de roubos nem sempre foi esta. Segundo Reinaldo, quadros de muitas organizações as praticaram e, nem sempre, com fins ideológicos ou para sobreviver.

⁸⁶ Idem, *ibidem*.

⁸⁷ Entrevista de Wendel Sussuarana Setúbal concedida a CF, em 05/12/2002. Fita 1 .

⁸⁸ Entrevista concedida a CF, em 21/06/2003. Fita única. O nome Dália é fictício, pois a entrevistada preferiu manter-se anônima.

“Muitos brasileiros fizeram isso. Foram feitas muitas ações. Eu conheci [um] cara que ficou rico, porque depois de algum tempo ele não fez mais com intuito de fazer uma ação armada para juntar grana para o Brasil, para a organização, fez com objetivo pessoal. Um cara ficou tão rico que comprou uma fábrica, acho que de implemento agrícola, virou empresário. No início os caras faziam [com] traficante de dólar, porque o traficante de dólar não podia dar queixa na polícia (...). [Foi feito] por gente de origem VPR [Vanguarda popular Revolucionária], por ALN [Ação Libertadora Nacional], por gente que montou grupo paralelo com objetivo político ou não, e por gente que resolveu fazer para ganhar grana.”⁹⁰

Como havia acontecido no Brasil, houve quedas, torturas, e muita gente que participou dessas ações fugiu para a Europa com medo de ser preso e/ou repatriado.

Este capítulo teve como objetivo demonstrar que o trânsito bandidos-revolução é mais comum do que se imagina, e que o inverso, revolucionários-crime, também acontece, embora com menos frequência. Importante observar que esse trânsito é comum nos regimes de exceção nos quais todos os canais legais de negociação são interrompidos. A clandestinidade e/ou a ilegalidade em que os revolucionários são colocados possibilita sua aproximação com setores sociais marginalizados e/ou bandidos. Além disso, a crença na aptidão natural para a revolta que teriam esses marginais e/ou bandidos, torna-os “alvo” dos guerrilheiros.

A clandestinidade e/ou ilegalidade aproxima-os ainda quando, muitas vezes, as expropriações deixam de ser feitas para angariar fundos para a revolução e começam a ser praticadas apenas para garantir o sustento dos revolucionários. Há uma linha muito tênue entre a expropriação feita para pagar aluguel e comprar comida, e o assalto feito com os mesmos objetivos. Juarez Senna e o “cara” citado por Reinaldo Guarany atravessaram essa fronteira.

É importante também perceber as várias gerações de presos políticos e diferenciá-las, assim como a geração de presos comuns identificados como Leis de Segurança em função dos mecanismos legais criados por um governo, que não tendo sido eleito, precisava legitimar-se. Refletir sobre as peculiaridades dessas gerações ajuda a

⁸⁹ Esse aspecto psicológico, além de outros, foram muito bem analisados por ROLLEMBERG, op. cit.

⁹⁰ Entrevista concedida a Denise Rollemborg (DR). Fita 2, Lado A.

compreender a complexidade das relações e/ou trocas estabelecidas entre presos políticos e comuns durante a ditadura brasileira.

CAPÍTULO 3

O Navio Vai Passar

“Opção
Numa sociedade de perseguidos e perseguidores
quero antes ser perseguido do que perseguir
Porque o perseguido tem a opção de todos os caminhos
E ao perseguidor só resta
ir atrás
do perseguido”
Lúcio Flávio Villar

Lírio

Ilha Grande/1970

Os sargentos que em 1963 participaram do levante militar de Brasília,⁹¹ assim como os marinheiros cariocas que se rebelaram em 1964⁹², foram acusados de insubordinação e quebra de hierarquia, julgados em IPMs e encarcerados, junto com a massa carcerária – pois também eles não eram reconhecidos pela ditadura como presos políticos –, diferentemente dos presos políticos de 1969 que dividiram celas apenas com presos comuns incursos na Lei de Segurança Nacional. Esses presos políticos cujo destino foi, no Rio de Janeiro, o Complexo Penitenciário da Frei Caneca, merecem um capítulo à parte por terem sido encarcerados antes da criação da Lei de Segurança Nacional de 1969. E também porque após uma fuga do Complexo Penitenciário da Frei Caneca em que estavam envolvidos presos comuns e políticos e da adesão dos primeiros fugitivo à luta armada, parte do grupo retornou à prisão já condenado pela LSN-69. Os

⁹¹ Em 1962, reunidos em convenção, os sargentos decidiram lançar candidatos da categoria para as eleições. Houve sucesso em vários estados, como SP, RS e GB, que elegeram deputados-sargentos. Mas o TSE considerou-os inelegíveis, impedindo-os de tomar posse. Em protesto contra essa decisão, cerca de quinhentos sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica sublevaram-se em Brasília na madrugada do dia 11 de setembro de 1963, ocupando os principais centros administrativos e o prédio da Rádio Nacional.

⁹² Em 26 de março de 1964, contrariando ordens do almirante Sílvio Mota, ministro da Marinha, membros da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos. Um contingente de fuzileiros navais, enviado para prender os marinheiros, ao chegar ao local, resolveu aderir aos revoltosos. Após o golpe do dia 1 de abril de 1964, a solução encontrada pelos oficiais superiores para punir os marinheiros sublevados foi prendê-los, processá-los e expulsá-los da Marinha.

presos políticos do Frei Caneca foram encarcerados a primeira vez junto com todos os presos comuns, ganharam alguns deles para a luta armada, fugiram com eles e ao serem recapturados, foram levados para a Ilha Grande onde dividiram celas apenas com os outros presos políticos e com os Leis de Segurança.

O convívio com os presos comuns no Frei Caneca foi muito mais difícil do que o convívio entre os Leis de Segurança e os presos políticos que em 1969 começaram a chegar na Ilha Grande porque os presos políticos do Frei Caneca, estavam em minoria. Visando sua integridade física eles encaminharam pedidos à administração penitenciária e conseguiram que todos os presos políticos fossem reunidos na Penitenciária Lemos de Brito, que integra o Complexo. Juntos puderam então adotar medidas para garantir sua segurança: dividiam celas, andavam sempre em grupo, valiam-se de sua experiência militar etc.. Apesar dessas dificuldades, estabeleceram laços de amizade com alguns presos comuns cujo modo de pensar e de agir estava em consonância com o seu. E com a colaboração de três desses presos comuns criaram dentro da cadeia o Movimento de Ação Revolucionária, MAR, arquitetaram e executaram uma fuga audaciosa.

Em liberdade montaram um acampamento guerrilheiro na Serra do Mar e após ações expropriativas mal sucedidas, alguns deles voltaram a ser presos. Novamente foi constituído um IPM, porém, desta vez eles foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por tentativa de assalto a banco, e o local destinado para o cumprimento da pena foi a Ilha Grande. Assim o sargento da aeronáutica, os cinco marinheiros e os três presos comuns que criaram o MAR e fugiram da Lemos de Brito são membros tanto da geração de presos políticos de 1964 quanto da de 1969, por terem convivido com toda a massa carcerária no Frei Caneca e somente com os Leis de Segurança, durante sua estada na Ilha Grande.

Este capítulo pretende relatar os fatos ocorridos no Complexo Penitenciário da Frei Caneca e após a fuga deste, e demonstrar que o grupo de presos políticos e comuns da Lemos de Brito que integraram o MAR conservou características das duas gerações: sendo da geração-64 tinham uma maior proximidade social com os presos comuns, fator que facilitou o estabelecimento de laços de amizade e a conversão política destes, e como os da geração-69, optaram pela lua armada. Ou seja, este é um caso exemplar de

intercâmbio e entrelaçamento entre presos políticos e comuns e/ou bandidos e revolucionários na história brasileira.

No final da tarde do dia 26 de maio de 1969, nove presos fugiram da Penitenciária Lemos de Brito. Os policiais do Batalhão da Polícia Militar, que existia logo adiante, demoraram a reagir apesar do alarme de fuga ter sido acionado pela guarda da prisão. Teria havido negligência da PM? Não, foi astúcia dos fugitivos. Para que o plano desse certo a fuga deveria acontecer às 17h30m, hora em que todo dia soava a sirene convocando os presos para o jantar. Assim, os membros do Batalhão ouviram o alarme, o confundiram com o chamado para a janta e continuaram em sua rotina.

Além da fuga ter sido audaciosa, havia ainda uma peculiaridade, qual seja, o grupo evadido era composto por seis presos políticos e três comuns. Os presos comuns eram José André Borges, José Michel Godoy e Roberto Cieto, todos cumprindo pena por furto (artigo 155 do Código Penal). Os políticos eram o sargento Antônio Prestes de Paula, líder do levante militar de Brasília e os marinheiros Antônio José Duarte, Avelino Bioen Capitani, Marco Antônio da Silva Lima, José Adeildo Ramos e Benedito Alves de Campos, todos condenados por sublevação e quebra de hierarquia. Capitani tinha também uma condenação por ter participado da Guerrilha de Caparaó. Nos dias seguintes os jornais cariocas deram destaque ao fato.

“Eram nove homens isolados dos demais, por eles mesmos, na penitenciária, onde todos tinham o mesmo plano: um dia, a fuga. De dentro para fora, o ex-sargento Prestes comandava tudo; de fora para dentro, o mistério do grupo armado que, pela primeira vez no Brasil, ataca uma penitenciária para resgatar presos.”⁹³

“O Sr. João Marcelo [diretor da Lemos de Brito] admitiu que os presos políticos estavam doutrinando os detentos comuns para organizar uma rebelião de grande vulto nas penitenciárias Lemos de Brito e Milton Dias Moreira. (...) Os agentes federais e os guardas das penitenciárias apreenderam farto material subversivo: livros da “linha chinesa” que estavam em poder de alguns detentos. Também panfletos subversivos foram apreendidos pelas autoridades os quais incitavam os detentos comuns a armarem um motim na prisão, quando organizariam uma fuga em massa do Sistema Penitenciário da Guanabara.”⁹⁴

⁹³ *O Globo* de 27/04/1969. “Assalto à Penitenciária: fuga de preso em tiroteio”.

⁹⁴ *JB* de 29/05/1969, p. 20. “Diretor da Lemos de Brito diz que fugitivos tinham célula comunista na prisão”. As penitenciárias Milton Dias Moreira e Lemos de Brito integram o Complexo Penitenciário da Frei Caneca.

“[os presos políticos] formavam uma “célula comunista” e seus membros – o ex-sargento Prestes de Paula e o soldado Avelino Bione [sic] Capitani (que participou da Guerrilha de Caparaó) principalmente – catequizavam outros presos, de preferência aqueles de reconhecida periculosidade.(...) O Sr. Valdo de Souza Temporal, diretor da Penitenciária Milton Dias Moreira, encontrou entre os pertences de um dos detentos que se evadiu, um livro subversivo intitulado *De Fidel Castro a Che Guevara*, com várias páginas sublinhadas”⁹⁵

Nem tudo saiu como o grupo queria. Um sentinela foi morto e um eletricitista, que estava na rua no momento do tiroteio, e dois guardas foram feridos. Do lado dos fugitivos, Antônio Duarte levou um tiro de raspão no dedo.⁹⁶ Além disso, havia a intenção de que um contingente maior de presos fugisse. Todavia, a ameaça de que André Borges fosse retirado da portaria, onde trabalhava na época, fez com que houvesse uma alteração no plano original restringindo o número de participantes a nove.

A cobertura da imprensa terminou sem que detalhes do planejamento e da execução da fuga fossem esclarecidos, provavelmente por que a polícia não recapturou nenhum dos fugitivos e não descobriu de imediato qual organização os resgatou.

Dois anos foram necessários para que o plano fosse arquitetado e posto em prática. Concentrar todos os presos políticos na Lemos de Brito era fundamental para a fuga, mas também para salvaguardar sua integridade física pois estavam em minoria, trinta presos políticos em meio a oitocentos detentos comuns,⁹⁷ e havia estupros e muitas brigas, algumas nas quais eram utilizados estoques, entre os prisioneiros.⁹⁸ O fato da maioria dos presos políticos ser de ex-marinheiros facilitou sua união e possibilitou que eles pusessem em prática uma estratégia de defesa: “fazíamos uma guerra psicológica em toda a penitenciária: aquele que matasse um marinheiro não viveria muito. Funcionou mais do que o esperado.”⁹⁹ Assim, mesmo estando em menor número, levaram os presos comuns a crer que por estarem sempre juntos cada detento político equivalia a trinta.

A solidariedade era outra marca dos presos políticos – relatos sobre a unidade e a organização do coletivo dos presos políticos além de práticas solidárias para com os

⁹⁵ *O Dia* de 29/05/1969. “Diretor disse que funcionava na penitenciária célula extremista. Grifo no original.

⁹⁶ Cf. Capitani, A. B. *A Rebelião dos Marinheiros*. Artes e Ofícios: Porto Alegre, 1997, p. 137.

⁹⁷ *Idem*, p. 124.

⁹⁸ *Idem*, p. 124-126.

prisioneiros comuns são recorrentes em vários depoimentos de detentos comuns e políticos de todos os estabelecimentos prisionais que serão citados no capítulo quatro deste trabalho. Apesar de se manterem afastados da massa carcerária, eles não se recusavam a ajudá-los, desde que o fato não envolvesse drogas ou atos violentos. Esse comportamento os tornou respeitados entre o coletivo dos comuns e também pela administração da penitenciária.

“Nossa força era demonstrada pela ação coletiva, pela coragem, pelo comportamento justo, honesto e sério. (...) Passamos a ser vistos como um grupo fechado, gente de confiança, onde não tinha alcagüete. (...) Éramos sempre solidários em suas necessidades básicas e justas. Toda vez que necessitavam de alguma coisa como fazer um requerimento, saber de seu processo, o fazíamos gratuitamente. Passaram a nos considerar como caras legais e com muita influência.

(...) A administração passou a olhar o grupo dos marinheiros com simpatia.”¹⁰⁰

E, se já tinham a confiança da direção e não eram mais incomodados pelos presos comuns, podiam se concentrar em seu principal objetivo: fugir. Sair pelos muros era um caminho muito óbvio e o mais tentado pelos detentos. Por isso ficou resolvido que a fuga seria pelo portão da frente. A etapa seguinte do plano foi alocar membros do grupo em postos-chaves. Foram selecionados os serviços social, médico, de psiquiatria e jurídico por ficarem fora dos portões das galerias, restando apenas dois portões a serem transpostos.

Havia poucas vagas nesses setores e um grande número de candidatos dispostos inclusive a pagar por elas. Os presos políticos não fugiram a regra, pagaram todas as vezes que foi preciso. Segundo Capitani, eles chegaram a dar dinheiro a presos dos departamentos jurídico e social para que se demitissem. O pagamento não foi suficiente para garantir a vaga aberta no serviço social e, por isso Duarte foi escalado para “cultivar” os sentimentos de uma assistente social que “tinha uma queda por ele” e o conhecia da época em que ele militava na AMFNB.¹⁰¹

⁹⁹ Idem, p. 125.

¹⁰⁰ Idem, p.126.

¹⁰¹ Idem, p. 127.

Os presos políticos se beneficiavam pelo fato de não usarem ou venderem tóxicos, não jogarem e não se meterem em esquemas escusos - além de drogas e bebidas, na cadeia existe um mercado negro onde quase tudo pode ser comercializado – e sua eficiência, “onde tinha marujo trabalhando, o serviço era bem feito”.¹⁰² Realmente, Duarte e Capitani conseguiram ampliar o atendimento do serviço social e do setor jurídico aumentando o número de estagiárias e, com a ajuda de outros prisioneiros, montaram uma farmácia dentro da penitenciária. Além de Capitani e Duarte, no serviço social, foram ocupados os seguintes setores: Marco Antônio e Adeildo Ramos, na assistência jurídica; Prestes de Paula, na psiquiatria; e Benedito Alves, na enfermaria.

Com homens colocados nos postos-chave, aparentemente a fuga já podia ser executada. Entretanto, sabemos que três presos comuns escaparam com os presos políticos. Quem eram eles e por que foram escolhidos entre tantos outros? Qual a sua contribuição para o plano?

José André Borges, condenado a vinte e nove anos, cumpria pena desde 1958. Antes dos sargentos e marinheiros chegarem André já havia iniciado sua politização. Segundo ele, “já havia uma “cultura política” na prisão, herdada dos presos políticos do Estado Novo.”¹⁰³

Desde a década de 1930, comunistas e presos políticos estiveram nas prisões brasileiras e, além de uma biblioteca, eles deixaram nos presídios e penitenciárias brasileiras alguns presos, e até uns poucos guardas, com algum grau de consciência social e política. André afirma ter conhecido três ou quatro agentes penitenciários na Lemos de Brito, que pertenciam ao partido comunista, e traziam para os presos politizados alguma literatura e o jornal *Novos Rumos*.¹⁰⁴

Em 1917, com a eclosão da Revolução Russa, várias manifestações políticas – greves, barricadas, choques entre a cavalaria do Exército e os anarquistas – ocorreram nas maiores cidades brasileiras, principalmente no Rio, em São Paulo e no Recife. Estes acontecimentos levaram muita gente para o cárcere. Entre eles estava Gregório Bezerra – membro do PCB, cuja participação na Intentona Comunista de 1935 e a ida para o exílio

¹⁰² Idem, *Ibidem*.

¹⁰³ Entrevista concedida a Cátia Faria em 08/05/2003. Fita 1, lado A.

em 1969, junto com os presos trocados pelo embaixador americano Charles Elbrick, reservaram-lhe um lugar de destaque na história nacional –, que foi levado para a Casa de Detenção do Recife. Lá ele conviveu com presos comuns e “transformou guardas penitenciários e bandidos em militantes comunistas.”¹⁰⁵ Para Gregório o convívio entre presos políticos e comuns era importante porque:

“[os presos comuns] viviam uma experiência educadora (...). Passavam a entender melhor o mundo e a luta de classes (...) compreendendo as razões que produzem o crime e a violência. (...) A influência dos presos políticos se dava basicamente pela força do exemplo, pelo idealismo e altruísmo, pelo fato de que mesmo encarcerados continuávamos mantendo a organização e a disciplina revolucionárias.”¹⁰⁶

Aparentemente essa reflexão surgiu ainda em sua primeira prisão, pois durante o tempo em que ficou na Casa de Detenção do Recife conviveu com um “cangaceiro politizado” e muito bem informado. Em suas próprias palavras:

“(...) já tinha feito amizade com grande parte dos presos, entre os quais se destacava a figura legendária do cangaceiro Antônio Silvino, por quem tinha grande admiração desde a minha infância, pelo que dele ouvia falar (...). Antônio Silvino foi o bandido mais popular e mais famoso do cangaço. Não só por sua bravura na luta com a polícia, mas também pela tática de combate que adotou ao longo de vinte anos duros e cruentos. Era um homem querido por toda a população pobre do Nordeste brasileiro, pela maneira respeitosa e humana como tratava os habitantes da região. Tornei-me amigo desse caudilho sertanejo e dele recebi muitos conselhos, que serviram para orientar-me no convívio com os demais presos comuns. (...) Gostava de conversar com ele, porque me dava notícias dos acontecimentos na Rússia. Por ele soube que os bolchevistas tinham derrubado o governo. Ele acrescentava: o povo reunido é mais poderoso do que tudo, e a revolução bolchevista vai se espalhar por todo o mundo.”¹⁰⁷

Mas este não é um caso isolado. Revoltosos e bandidos voltaram a se encontrar nas celas do Estado Novo, e o resultado foi que:

¹⁰⁴ Idem, *Ibidem*. Sobre as relações de troca entre presos políticos e comuns durante o Estado Novo cf. RAMOS, Graciliano *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Livraria Martins Editora, 1953.

¹⁰⁵ Cf. AMORIM, Carlos *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 48.

¹⁰⁶ Depoimento de Gregório Bezerra citado em AMORIM, *op. cit.*, p. 50.

“O contato com intelectuais, militares radicais, políticos e sindicalistas fez a cabeça de punguistas e escroques. Gente que descobriu uma explicação para a própria miséria, que aprendeu a ler e a escrever com professores presos.”¹⁰⁸

William da Silva Lima, preso comum apontado como um dos fundadores do Comando Vermelho (CV), confirma o fato, afirmando que:

“Presos comuns têm, no mundo inteiro, certa tradição de adesão a movimentos revolucionários. Aqui no Brasil, por exemplo, a massa carcerária extraiu muitas lições do contato havido na década de 1930 com os membros da Aliança Nacional Libertadora [ANL] encarcerados na Ilha Grande. Quando os presos políticos se beneficiaram da anistia que marcou o fim do Estado Novo, deixaram nas cadeias presos comuns politizados, questionadores das causas da delinquência e conhecedores dos ideais do socialismo. Essas pessoas, por sua vez, de alguma forma permaneceram estudando e passando suas informações adiante. Sua influência não foi desprezível. Na década de 1960 ainda se encontravam presos assim, que passavam de mão em mão, entre si, artigos e livros que falavam de revolução.”¹⁰⁹

Apesar desse fato ser recorrente nos cárceres, as proporções não são bem dimensionadas por William. Os presos políticos, assim como as pessoas comuns, são fruto de uma sociedade que enxerga criminosos como seres perigosos e, por que não dizer, pouco inteligentes – talvez por associarmos inteligência a grau de instrução –, por isso, a maioria dos presos políticos não se dispunham a relacionar-se com presos comuns, além de boa parte daqueles sentirem-se ameaçados fisicamente com a proximidade destes. Por outro lado, se apenas uma pequena parte dos cidadãos brasileiros se interessou ou aderiu aos ideais comunistas, por que esse quadro seria diferente nas celas? O número de presos políticos que se dispuseram a transmitir seus ensinamentos e o de presos comuns dispostos a recebê-los foi pequeno; e menor ainda a quantidade de detentos comuns que continuaram a disseminar e a aceitar essas idéias.

André foi um deles. Entretanto, seu interesse pelos problemas sociais não se originou apenas nas conversas mantidas com os presos mais antigos. Ele era um autodidata e aproveitou o tempo em que trabalhou como encadernador na biblioteca da Lemos de Brito para ler e adquirir novos conhecimentos. Só então percebeu a

¹⁰⁷ ¹⁰⁷ Idem, p. 49.

¹⁰⁸ Idem, p. 51.

importância do que esses presos portadores de uma certa “cultura política” diziam e achegou-se a eles.¹¹⁰ Sua vida começou a mudar a partir desse momento. Fez o primário, participou de um grupo de teatro, da Liga de Esportes da Penitenciária, ajudou a fazer um jornal interno e na alfabetização de outros presos, e em 1968, foi o ganhador do I Festival de Música e Poesia do Sistema Penitenciário do Estado da Guanabara, com o poema *Regresso*, escrito antes, é importante ressaltar, de André saber que havia um plano de fuga em andamento. Ainda assim, o conteúdo do poema demonstra bem o espírito combativo e o anseio por liberdade não só de André, mas de todos os que fugiram do Complexo Penitenciário da Frei Caneca, em 26 de maio de 1969. Por isso, apesar de longo, o poema é aqui reproduzido.

*Regresso*¹¹¹

“Enganam-se
os que me julgam vencido.
No desterro destas grades
forjo as armas do combate
da batalha do oprimido.
Crescem-me na alma
os germens dos proscritos
e irrompe no meu peito
um brado de revanche
em surdos gritos:
Eu não fui vencido!
Repouso no sepulcro sem nunca
ter morrido.
Neste desterro
de grades guarnecido
onde as vezes brilham
luzes estelares,
dos livros sorvo o saber
e as lições de lutas milenares.
Embora da derrota
a lança sangue-me ainda o coração
não temerei novas batalhas
se empunho agora a arma da
razão.

¹⁰⁹ LIMA, William da Silva *Quatrocentos Contra Um. Uma história do Comando Vermelho*. 2^a ed. Labortexto: São Paulo, 2001, p. 36.

¹¹⁰ Cf. BORGES, José André (*Um Repórter da Ilha Grande ao poder*. Lapa Contemporânea: Rio de Janeiro, 1984, p.24 e entrevista concedida a CF em 08/05/2003.

¹¹¹ Cf. BORGES, André *Eterno Amanhã. Poemas da prisão*. Ed. Debret: Rio de Janeiro, 2001.

Regressarei à vida
onde me espera a luta,
no corpo
levo o execrável estigma das
grades,
no coração
uma esperança nova,
na alma
uma paixão que arde
liberdade,
liberdade!”

O Festival foi realizado no Complexo Penitenciário da Frei Caneca, do qual fazem parte a Lemos de Brito e a Milton Dias Moreira, foi transmitido pela TV *Tupi* e recebeu inscrições de todo o estado. Houve mais de cem inscritos, inclusive o sargento Prestes de Paula e William da Silva.

André foi escolhido para participar da fuga por possuir esse “currículo” e porque trabalhava há alguns anos no serviço social, seu posto dava acesso direto ao portão de entrada da penitenciária. Ele impôs uma condição para aderir ao plano: que nele fosse incluído um amigo, José Michel Godoy. Segundo Capitani, a exigência foi logo aceita porque Godoy além de intelectualizado, tinha algum grau de politização e também trabalhava no serviço social.¹¹²

Roberto Cieto não tinha o perfil de André e Godoy: “ele era um prisioneiro perigoso. Como chefe do bolão da penitenciária, fazia as apostas no jogo de cavalos e era conhecido como “durão” e matador.”¹¹³ O fator determinante para o convite foi puramente estratégico, ou seja, ele foi convidado para impedir que outro grupo de presos, do qual ele era o líder, executasse um plano de fuga que tinha poucas chances de êxito. Godoy e mais dois presos planejavam consertar um caminhão, pois os três trabalhavam na oficina mecânica da penitenciária, e atravessar a força os muros internos e o portão da frente. O problema é que se a tentativa falhasse, ou desse certo, a vigilância seria intensificada. Cieto porém, possuía alguma cultura e tinha feito alguns cursos, e após

¹¹² CAPITANI, op. cit., p. 130/131.

¹¹³ Idem, p. 131. Grifo no original.

tomarem a decisão de que ele também fugiria, resolveram explicar e discutir com ele os ideais sociais e políticos dos presos políticos.

E a ajuda externa? Quem eram? Pertenciam a alguma organização política?

As armas utilizadas na fuga, três revólveres 38, entraram na Lemos de Brito através de um homem e de uma mulher, ambos funcionários da penitenciária que colaboravam com o plano de fuga há algum tempo.

José Duarte, Viegas, Celestino e José Lima, este preso comum, já haviam sido legalmente libertados. E, fora das grades, assumiram o compromisso de criarem as condições externas para a fuga. Havia também o desejo de ingressarem na luta armada, por isso, ainda dentro da cadeia, em 1968, surgiu o Movimento de Ação Revolucionária (MAR). Única organização de vanguarda brasileira composta de bandidos e revolucionários. Também havia pessoas fora dos muros da prisão que, embora não pertencessem ao MAR ajudaram no plano – André denomina o grupo de *Canecão*. José Lima, preso comum solto por já ter cumprido sua pena e membro do *Canecão*, estabeleceu contato com os marinheiros já libertos e trabalhou em conjunto com eles fornecendo o local que seria usado como esconderijo após a fuga, em Mangaratiba. O acampamento militar no qual iniciariam a luta contra a ditadura – ficava também em Mangaratiba, mais precisamente em Conceição de Jacareí, uma região montanhosa e de densa vegetação, e foi batizado de *Cabana do Jacú*.

O MAR não ficou restrito apenas aos libertos e presos da Lemos de Brito. Aderiram à organização ex-marinheiros, intelectuais – como o jornalista Flávio Tavares –, estudantes, operários e o líder sindical José Ferreira. Nem todos tiveram participação ativa na fuga ou nas ações, mas cada qual colaborou nas discussões teóricas da organização e na resolução de aderir à luta armada. Realizariam algumas ações nos centros urbanos para “fazer caixa” e depois iniciariam a guerrilha nesse trecho da Serra do Mar. Também pretendiam entrar em contato com a Ação Libertadora Nacional (ALN) e por intermédio de Marighela tentariam ser mandados para fazer treinamento guerrilheiro em Cuba.¹¹⁴

¹¹⁴ Cf. CAPITANI, op. cit., p. 132/137. Tb. depoimento de André Borges a CF., Fita 1 – Lado A.

A primeira ação não foi bem sucedida. No dia 7 de agosto de 1969, o grupo expropriou a agência Vista Alegre do *Banco Nacional de São Paulo*, em Irajá. O banheiro, porém era pequeno para acomodar todos os que estavam na agência bancária e, alguns funcionários, inclusive o gerente, foram levados para a copa. Ali era possível ouvir a conversa e toda a movimentação dos guerrilheiros e, assim que percebeu que eles haviam deixado a agência, o gerente saiu de seu esconderijo, entrou em um carro e iniciou a perseguição aos revolucionários fugitivos, enquanto outro funcionário avisava à polícia. A ação do gerente foi fundamental para a prisão de alguns integrantes do MAR, pois na altura da Avenida Brasil, e por ironia próximo ao Quartel dos Marinheiros, e a um quilômetro da 22^a Delegacia de Polícia (DP), o automóvel em que estava o gerente “cortou o Fusca dirigido pelos guerrilheiros provocando um acidente. Três membros do grupo – que já haviam deixado Angra dos Reis e estavam escondidos em um aparelho localizado na rua Barata Ribeiro, em Copacabana – estavam no Fusca. Dois deles, André e José Duarte, caíram. Viegas conseguiu fugir pulando um muro e embrenhando-se em um matagal. Depois de evadido conseguiu retornar a Angra dos Reis para alertar aos outros sobre a queda dos companheiros.

No dia seguinte o rádio noticiava as prisões. Não tardou para que a Serra do Mar fosse cercada por tropas, as quais Capitani temia serem de Fuzileiros Navais – por usarem pequenos aviões e helicópteros semelhantes aos utilizados no desmonte da Guerrilha de Caparaó. Realmente dois helicópteros e quatro aviões de caça – dois dos quais munidos com bombas de sinalização *very-lights* – fizeram o reconhecimento aéreo da região e orientaram Fuzileiros Navais comandados pelo capitão de mar-e-guerra Miguele. Todavia, o contingente destacado para localizar e prender os integrantes do MAR era muito mais amplo, compunha-se de membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

As três forças, ao unirem-se nessa operação, objetivavam vasculhar toda a área e fechar os acessos para Mangaratiba e Parati-Mirim, Rio Claro e Jacuecanga, além de vigiar o lado da serra banhada pelo mar. Todos os transeuntes precisavam se identificar para circular na região dos bloqueios e todos os veículos eram vistoriadas

minuciosamente.¹¹⁵ Ainda assim, a topografia e a vegetação da região dificultavam as buscas. Cerca de mil fuzileiros navais do Batalhão Humaitá, instalado em março de 1964 na Ilha do Governador, foram designados por terem participado da Operação Anfíbia denominada *Veritas*, realizada em conjunto com fuzileiros estadunidenses, na Ilha de Euques, em Porto Rico e também por sua tropa ter recebido treinamento em “operação de guerra”, ação anti-guerrilha, operações terrestres e anfíbias e karatê.¹¹⁶

No primeiro confronto com homens do Batalhão Humaitá Viegas foi ferido no joelho e ficou quatro dias escondido esperando a hemorragia estancar. Apesar de ter conseguido se afastar do cerco arrastando-se e utilizando a mata espessa como esconderijo acabou sendo preso ao chegar a um povoado. Durante uma ação de reconhecimento Marco Antônio e Godoy depararam-se com um grupo do Exército. Houve tiroteio e Godoy foi capturado enquanto Marco Antônio escapava e retornava para o local no qual estavam os outros.

O grupo era pequeno e, como já dito, a vegetação densa e o terreno acidentado facilitavam sua camuflagem. Além disso, eles já estavam na região há algum tempo, já haviam feito incursões pelo local e, conseqüentemente, conheciam melhor as trilhas do que as tropas. Assim, acreditavam poder chegar a Rio Claro antes de seus perseguidores. A cidade, porém estava ocupada. Devido ao grande contingente destacado para recapturar os guerrilheiros as forças armadas puderam, ao mesmo tempo, ocupar os centros urbanos, colocar barreiras nas estradas e vasculhar a mata palmo a palmo. Mas isso os revolucionários só descobriram quando “deram de frente” com os homens do Exército que ocupavam a cidade.

Embora soubessem ser perigoso deixar a floresta, mesmo onde não houvesse militares a população poderia denunciá-los, precisavam arriscar pois estavam sem suprimentos e famintos. A sorte os favoreceu e avistaram os homens do Exército antes de serem vistos por eles e rapidamente retornaram ao mato. À noite, caminhando por uma trilha não patrulhada encontraram uma residência e, com o chefe da família que ali residia, conseguiram queijo e um pouco de farinha. Novamente estavam sendo imprudentes, entretanto sem comida ficariam fracos e seriam mais facilmente capturados.

¹¹⁵ Id., p. 140/183 e jornal *O Dia* no período de 8 a 14/08/1969. Cf. tb. entrevista de André Borges a CF op. cit. Fita 1 – Lado B.

Além disso, o contato com os moradores foi muito rápido, até porque estes estavam muito assustados, e logo os fugitivos desapareceram ajudados pela escuridão da noite e pela mata.

Precisavam escapar. Logo teriam que conseguir mais comida e cada vez sentiam-se mais acudados com cerco das patrulhas. Tiveram então uma idéia.

“Decidimos usar uma velha tática muito simples e que acabou dando certo. Saímos na direção das montanhas voltando para a Serra do Mar e caminhando pelo meio da estrada onde todos nos viam. (...) Nossa saída foi muito notada. Subimos um pouco para a Serra do Mar, depois voltamos sobre nossos próprios passos pelo meio do mato. Passava caminhão, jipe, polícia, exército, jagunço. Todo mundo ia para a Serra do Mar atrás de nós.”¹¹⁷

Após o êxito do plano o caminho ficou livre. Andaram “tranqüilamente” até a estrada Rio-São Paulo. A fome, a exaustão e o *stress* os levaram a cometer um ato quase insano ao verem duas placas. Uma anunciava haver um restaurante a três quilômetros, que servia galeto assado. A outra informava que a localidade de Iraí ficava a cinco quilômetros. Não pensaram duas vezes:

“Reservamos o suficiente para as passagens até a Guanabara e gastamos o resto do dinheiro no restaurante. Tomamos algumas precauções, como sentar perto da janela e arrancar, discretamente, o fio do telefone público. Um freguês foi telefonar. Estava desesperado tentando a ligação. Nós olhávamos enquanto comíamos galeto, churrasco e tomávamos vinho. Aquele trio [Capitani, Marco Antônio e Adeildo] todo esfarrapado e sujo era uma coisa completamente estranha. O nosso estado físico e psicológico beirava o colapso. Já não havia diferença entre trocar tiros ali no restaurante ou no meio do mato, morrer de fome ou comendo. A vida parecia ter perdido o sentido.”¹¹⁸

Refugiados na Guanabara, na casa da mãe de Marco Antônio, ligaram a televisão e ficaram sabendo que a Rio-São Paulo havia sido interditada. Eles, porém, já estavam longe. Os outros, embora tomando caminhos diversos, também conseguiram escapar.

¹¹⁶ Jornal *O Dia*, 13/08/1969, p. 12.

¹¹⁷ CAPITANI, op. cit., p. 146.

¹¹⁸ Idem, p. 147.

No município do Rio reencontraram Antônio Duarte e resolveram restabelecer o contato com a ALN. A repressão à guerrilha urbana se intensificava em todo o país e com a morte de Marighela sua ligação foi perdida. Tentaram o apoio de Lamarca, através de ex-marinheiros que pertenciam a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), mas o mesmo aconteceu: com a queda de um aparelho da organização houve uma sucessão de prisões e não foi possível estabelecer o contato.

Prestes de Paula os procurou. Estava no PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e precisava da ajuda deles e das armas, que haviam ficado escondidas em um depósito na serra, para realizar um assalto. Os remanescentes do MAR seriam uma espécie de braço armado do PCBR já que este tinha pouca experiência nesse tipo de ação. Eles aceitaram pois estavam sem dinheiro. No banco tudo correu bem, entretanto, durante a fuga, o carro em que estava Capitani cruzou com um camburão e um dos policiais viu as armas no banco de trás. Paranhos, codinome do motorista da PCBR, nervoso, acabou batendo em um ônibus e se entregou. Capitani, com a mão ferida, conseguiu correr e entrar em uma favela próxima ao local do acidente. Escapou ao cerco policial cavando um buraco e escondendo-se nele. Adeildo e Marco Antônio, que estavam em um outro carro, fugiram sem que a polícia percebesse que eles participaram da ação.

À prisão de Paranhos outras logo se seguiram. Marco Antônio, Prestes e Adeildo foram emboscados próximo a seu apartamento. Resistiram e não foram pegos. Marco Antônio morreu baleado com um tiro na cabeça em outro aparelho, também descoberto pela polícia. Cieto havia deixado a Serra do Mar logo no início por problemas de saúde. Foi preso casualmente e morto sob tortura. Embora a polícia nunca tenha admitido a sua prisão e a sua morte, André é testemunha de sua passagem pelo Pelotão de Investigações Criminais (PIC). Segundo ele, Cieto foi o último a ser preso e a polícia queria saber o paradeiro dos outros. Como não tinha o que revelar foi torturado até a morte.

Prestes, tempos depois, deixou o país. Duarte e Capitani conseguiram chegar a Cuiabá, Mato Grosso. Tencionavam entrar na Bolívia por Santa Cruz, mas como as estradas estavam fechadas, dirigiram-se para Porto velho, Rondônia, de lá para Guajará Mirim, onde conseguiram atravessar o rio Madeira e, finalmente, chegar à Bolívia. A repressão à guerrilha intensificava-se, o número de quedas cada dia aumentava e as

organizações de vanguarda estavam se esfacelando. Assim, optaram por deixar o país e tentar reestruturar-se no exterior para então retornarem e reiniciarem a resistência contra a ditadura. O que não sabiam naquele momento é que a volta não seria possível, a maioria dos que ousaram regressar foi morta, e que aquele era apenas o início de uma “longa viagem”.¹¹⁹

Os membros do MAR capturados foram julgados e condenados pela Justiça Militar e, como todos os incursores na Lei de Segurança Nacional de 1969, encaminhados à Ilha Grande para cumprir suas penas. Ali encontraram os marinheiros que haviam ficado no Lemos de Brito. Receando outras fugas a direção do Departamento do Sistema Penitenciário, DESIPE, resolveu transferir o contingente de presos políticos que restou no Frei Caneca. A opção da transferência recaiu sobre a Ilha Grande por sua posição geográfica – ao longo da História presídios situados em ilhas foram construídos em diversos países por tornarem quase impossível uma fuga e, quando isso ocorria, a recaptura dos fugitivos era mais fácil.

Importante frisar que os marinheiros que não participaram da fuga da Lemos de Brito foram, logo em seguida, transferidos para a Ilha Grande e, por não estarem inclusos na Lei de Segurança Nacional de 1969, ao chegar ali foram colocados junto com a massa carcerária. Quando os primeiros presos políticos chegaram na Ilha Grande encontraram os marinheiros misturados com os presos comuns e, se os presos políticos não tivessem reivindicado que eles fossem colocados em sua companhia, provavelmente, permaneceriam junto com os presos comuns até o término de suas sentenças.

Os fatos narrados até aqui – a associação entre bandidos e revolucionários, a fuga do Frei Caneca e a criação do MAR – só se tornaram possíveis porque várias gerações de presos políticos conviveram com presos comuns nos presídios e penitenciárias brasileiras. Porém, é preciso novamente lembrar que tanto os presos comuns quanto os políticos da geração que se seguiu a essa, os de 1969 – embora os membros do MAR façam parte das duas gerações –, não conviveram com a massa carcerária. Foram isolados com os Leis de Segurança em uma galeria da Ilha Grande. A legislação desse período trouxe mudanças

¹¹⁹ Idem, p.140/183. Um dos capítulos do livro de Capitani chama-se *A Longa Viagem*. Sobre a morte de Cieto ver tb. BORGES, (1984) op. cit., p.24/26.

fundamentais tanto para os presos políticos quanto para os presos comuns. Além disso, estes foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional de 1969 por já praticarem assaltos a bancos, logo, estavam constituídos em quadrilhas, fato que requer algum grau de habilidade para trabalhar em grupo e receber ordens de um “chefe”, ou seja, um mínimo de organização.

CAPÍTULO 4

Purgatório

“Aqui é tudo muito frio, ácido, oco,
como uma mortalha”

João Batista da Silva

Presos políticos e comuns não conviveram apenas na Ilha Grande. Logo após o ato da prisão era comum os guerrilheiros serem levados para as dependências do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica. O Centro de Informações do Exército (CIE) os levava tanto para o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) – com sede no quartel da Polícia do Exército (PE), da rua Barão de Mesquita, na Tijuca, bairro carioca – quanto para os quartéis. O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), localizado no prédio do Primeiro Distrito Naval, no arsenal da Marinha, usava os cárceres existentes na Ilha das Cobras e/ou na Ilha das Flores. E o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), cuja prisão era a própria sede, a Base Aérea do Galeão. Quaisquer dessas dependências, não importando se as do DOPS, do DOI/CODI, do CIE, do CENIMAR ou do CISA, funcionavam como centros de tortura e era muito comum a família do detento não ser informada de sua localização, pelo menos enquanto durasse a fase de interrogatório, leia-se tortura. Como citado no capítulo dois desse trabalho, os presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional de 1969, durante as investigações policiais, poderiam ficar incomunicáveis por dez dias e presos trinta dias, sem que fosse feita uma acusação formal, sendo possível prorrogar esse prazo por mais trinta dias. Ora, se as famílias e os advogados não eram informados imediatamente após a prisão, quando os presos políticos eram descobertos nas cadeias tornava-se impossível determinar a quanto tempo eles estavam sob a custódia do Estado.

Passada essa primeira etapa, o preso era transferido para a Ilha Grande ou para outro quartel. A maioria respondia ao IPM, Inquérito Policial Militar, já em estabelecimentos prisionais e não tinha direito a *habeas corpus*.

Duas questões norteiam esse capítulo: a primeira é um mapeamento dos quartéis, das penitenciárias e dos presídios em que presos políticos e comuns dividiram celas. A segunda é demonstrar o desprezo que a ditadura mostrou pela condição de preso político. Se no primeiro capítulo foi feita uma longa reflexão sobre a recusa da ditadura em admitir a existência de presos políticos no Brasil, chegando mesmo a criar uma legislação que legitimasse a ausência deles, aqui o ponto a ser discutido são as condições carcerárias a que os presos políticos foram submetidos e a luta pelo reconhecimento do caráter político de sua prisão.

A transferência para a Ilha Grande, de certa forma, era um alívio tanto para os presos quanto para os familiares. Estando sob a custódia do DESIPE, um órgão civil, os presos políticos passavam a receber visitas regularmente, a censura à literatura era mais branda e, salvo uns poucos casos, cessavam as torturas. Para muitos significava também o fim do isolamento e o reencontro com os companheiros. Não causa surpresa portanto o “contentamento” que alguns sentiam ao perceberem que iriam para a Ilha Grande. A transferência nunca era avisada com antecedência e o local de destino era sempre uma incógnita. De fato, eles descobriam para onde estavam sendo levados ao observarem pelas frestas do camburão o caminho ou quando chegavam ao porto de Mangaratiba.

Sorte semelhante não tinham os levados para a Fortaleza de Santa Cruz. Ali permaneciam nas mãos dos militares o que significava a permanência do *status quo* – tortura física e psicológica, restrições às visitas, censura intensa à leitura etc.

4.1 – Os quartéis e a Fortaleza de Santa Cruz

Nos quartéis os presos políticos podiam ou não ficar acompanhados de presos comuns. César Benjamin apesar de nunca ter sido condenado – por ser menor de idade foi declarado inimputável pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – permaneceu preso mesmo tendo sido expedido um alvará de soltura pelo juiz da Vara de Execuções Criminais do Rio de Janeiro, para quem o STF passara a responsabilidade do caso. Ou seja, a decisão, tomada pela instância mais alta da Justiça brasileira foi desrespeitada. Apesar de excluído

de todos os processos a que respondia, sua prisão preventiva foi decretada pela 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, preventiva esta confirmada pelo Supremo Tribunal Militar (STM), instância máxima durante a ditadura.¹²⁰

César passou a maior parte de sua prisão isolado em quartéis da Vila Militar – ele ficou preso pouco mais de cinco anos, dos quais três anos e meio foram passados em quartéis, um no Moniz Sodré, um reformatório para menores, e o último na Milton Dias Moreira. César não passou esses três anos em apenas um quartel, era transferido com frequência, e como as normas para a visita não eram sempre as mesmas – variavam de acordo com a vontade do comandante do quartel em que ele se encontrava –, os encontros com sua família eram escassos e muitas vezes dificultados pela distância dos quartéis ou pela alteração das regras, o que acontecia a cada mudança de quartel.

No pouco tempo em que ficavam juntos sua mãe, Iramaya Queiroz Benjamin, aproveitando o fato de ser recém formada em Filosofia mantinha com ele conversas filosóficas visando elevar o seu moral. Dona Iramaya acreditava que essas conversas eram importantes para a manutenção da integridade mental de seu filho, que havia sido torturado e cuja prisão não o isolava apenas do mundo exterior – César não tinha companheiro de cela ou de corredor, além disso, os guardas tinham permissão para falar com ele somente o indispensável.

Durante o período de visita permanecia na cela um soldado que prestava atenção na conversa e muitas vezes anotava tudo o que era dito. Aparentemente seus oficiais superiores, a quem certamente o guarda repassava o material colhido, não entendiam ou não se importavam com o conteúdo das conversas, pois ela nunca foi repreendida. O gosto musical de César, porém foi alvo de críticas. “Eu levava muitos discos clássicos para o César, porque ele gostava. No fim de algum tempo, os militares reclamaram: – ‘A sra. só traz música estrangeira, não pode. Tem que trazer música brasileira’.”¹²¹

Apenas em um quartel ele teve a companhia de outro preso. Era um rapaz muito jovem que havia sido detido sem que sua família soubesse. Apesar de não conviverem diretamente, o rapaz estava em outra cela no mesmo corredor, eles conseguiram trocar poucas palavras. Nessa ocasião o preso disse à César que sua família não sabia de sua

¹²⁰ DIAS, op. cit., p. 104.

¹²¹ Cf. Entrevista de Iramaya Queiroz Benjamin, concedida a CF em 10/12/2002. Fita Única – Lado A.

prisão e deu-lhe seu endereço. Dona Iramaya, a pedido do filho, conseguiu avisar a família do preso. Logo depois o rapaz foi solto ou transferido e César voltou a ficar sozinho.

Além da vitrola, na qual escutava os discos trazidos pela família, ele dispunha de um rádio, livros, previamente aprovados, e fazia artesanato em couro. A censura aos livros era rigorosa embora D. Iramaya tenha conseguido burlá-la algumas vezes.

“Logo no início da prisão, quando o preso ainda estava muito abatido pela própria prisão e pelas torturas, eles só deixavam entrar revistinhas de *Tarzan* e coisas assim. Um dia eu levei *O Pequeno Príncipe*, o coronel não deixou entrar. Disse que o César ia ler nas entrelinhas, e que eles estavam querendo quebrar a moral do César logo, ele não podia ler nas entrelinhas. Aos poucos eles foram afrouxando esses critérios. Ele ficou preso três anos e meio sozinho e a cabeça dele precisava de um alento, de um alimento. Um dia eu resolvi levar para o César aquele texto de Mao Tsé-tung *Sobre a Contradição*, que é um texto filosófico sobre a contradição que se pode encontrar nas coisas da vida diária, tudo tem em si o seu oposto. Mas era Mao Tsé-tung, então eu apaguei o nome e botei Gustavo Corção, e passou. Quando a gente chegava lá para as visitas entregava para os militares tudo o que a gente levava, inclusive os livros, e esse texto sobre a contradição com o nome de Gustavo Corção, eu entreguei e não disse nada. E os milicos gostaram muito porque Gustavo Corção era da banda deles, era um direitista. Nós fomos para cela fazer a visita, estávamos na cela quando o material que nós tínhamos entregue para a revista chegou na cela, e o César quando viu Gustavo Corção, ficou muito admirado, mas ele conhecia esse texto do Mao Tsé-tung, passou os olhos no texto e viu que não era Gustavo Corção e ficou muito satisfeito. Outra coisa também que eu pude fazer foi o seguinte: eu tinha em casa um livro de um comunista francês, Althusser, e o título do livro era *Análise Crítica da Teoria Marxista*. Althusser era um comunista muito conhecido, muito importante na época, e esse livro também era bastante conhecido, era uma de suas principais obras, mas eu resolvi tentar. Logo que cheguei no Regimento eu falei para o major responsável pela censura: – ‘O sr. sabe que o César, foi preso com pouca idade, e até agora ele só leu coisas sobre o marxismo, a favor do marxismo. Então eu trouxe uma crítica ao marxismo’. Milico não tem muita instrução. Eu não tirei o nome do autor, apenas dei uma outra interpretação ao título e o major deixou passar. O César ficou contentíssimo quando recebeu.”¹²²

Outro grande problema eram as transferências sem aviso prévio. César foi preso na Bahia e transferido para o Rio sem comunicação à família, fato que a fez procurá-lo naquele estado quando ele já estava aqui. E, na Vila Militar, eram freqüentes as mudanças de quartel sem aviso.

“O César variava muito de quartel na Vila Militar, acho que eles tinham medo que ele bolasse algum plano de fuga, então eles o transferiam de um quartel para outro com muita frequência. Nós éramos três pessoas a visitar o César: meu marido, eu e o meu filho do meio, e o tratamento em um quartel era diferente do outro. Em alguns quartéis a visita era de uma hora, em outros era de meia hora. No quartel de Cavalaria, o comandante era o Euclides Figueiredo, irmão do general Figueiredo, nós três só podíamos entrar na cela onde estava o César um por um, como a visita era de meia hora, dava dez minutos para cada um. E a gente não podia chegar perto do César. Nesse quartel eu me rebelava porque eu não admitia não poder abraçar o meu filho. (...) Eu ia muito carregada, com dois isopores grandes, um de cada lado e sacolas. Um dia eu cheguei, e era um Regimento grande, a cela onde o César ficava era lá no fundo do terreno, eu tinha que andar aquilo tudo carregando aquele peso, ninguém me ajudava, cheguei na sala do sargento que ia me acompanhar até a cela, botei as coisas no chão e ele me perguntou: – ‘Veio visitar o César?’ Eu respondi que sim, aí ele disse assim: – ‘O César já era’. Minhas pernas ficaram completamente bambas e caí sentada na cadeira, pensei: – ‘Mataram o César’. Aí ele falou: – ‘O César foi transferido’. (...) Mesmo quando o César ia sair da Vila Militar, eles não avisaram, transferiram o César para o Moniz Sodré, que era um presídio de adolescentes. Eu só descobria que o César tinha sido transferido quando chegava lá.”¹²³

A solidão do filho, a censura, a distância percorrida para visitá-lo, ela morava na Zona Sul, a frustração ao chegar no quartel e ser informada que ele não estava mais ali, só faziam crescer a sua determinação em ajudá-lo a superar essa fase. Sua luta resultou na transferência de César primeiro para o Moniz Sodré, onde tinha uma cela individual, mas participava da mesma rotina dos garotos infratores que lá estavam, depois para o Milton Dias Moreira, transformado em presídio político em 1975, no qual ele pode se reunir com os outros presos políticos e, finalmente, sua ida para o exterior em setembro de 1976, com a ajuda da Anistia Internacional seção sueca.

Houve ainda um outro caso em que um menor de dezoito anos se tornou preso político, Ivan Seixas. Além de o terem encarcerado mesmo sendo inimputável, as autoridades judiciárias lhe negaram o pedido de transferência para o convívio com os presos políticos de São Paulo. Por essa razão, esse jovem passou vários anos em péssimas condições carcerárias. Preso no Manicômio Judiciário de Taubaté, em São Paulo, ficou totalmente isolado de qualquer contato com o mundo exterior; sem acesso a jornais,

¹²² Idem, *ibidem*.

¹²³ Idem, Lado A e Lado B.

revistas e livros; conviveu com presos comuns e doentes mentais; e era obrigado a fazer trabalhos braçais.¹²⁴

A prisão de Joaquim Aurélio em nada lembra a de César Benjamin. Ex-marinheiro, participou da rebelião de 1964 e, quando as garantias dadas pela Marinha – não punir os revoltosos e estudar suas reivindicações – para encerrar o movimento não foram cumpridas, chegou a ser detido por alguns dias. Libertado, tirou documentos civis e, após o golpe de 1º de abril do mesmo ano, entrou para a clandestinidade, assim permanecendo até janeiro de 1974. Durante esse período continuou sua militância política, iniciada no PCB, e nunca aderiu à luta armada.

Em novembro de 1973 recebeu uma promoção na Cruzeiro, companhia aérea para qual trabalhava, mas, para assumir o novo posto, precisava tirar um atestado de bons antecedentes¹²⁵ e fazer um curso no Departamento de Aviação Civil (DAC). Quando Joaquim Aurélio foi admitido a empresa já havia lhe solicitado o atestado, porém alegando que o documento levava cerca de um mês para ser emitido, Joaquim conseguiu ingressar na Cruzeiro prometendo trazê-lo assim que estivesse pronto. Essa tática, aliás, fora utilizada outras vezes, sempre com sucesso. O estratagema só não era perfeito, pois passado algum tempo, o Departamento Pessoal cobrava o atestado e Joaquim pedia demissão para não ser descoberto. Dessa vez, porém, ele estava satisfeito com o emprego e não queria demitir-se. Aparentemente, a Cruzeiro também, tanto que planejava promovê-lo.

Joaquim cometeu então um erro. Acreditando que passados quase dez anos seu “crime”, o de insurreição, estivesse prescrito, aceitou a promoção e prometeu que traria o documento no primeiro dia após suas férias, iniciadas em 1 de dezembro de 1973. E assim fez. Foi a uma Delegacia próxima à sua residência e iniciou o processo para a obtenção do atestado de bons antecedentes. No dia dois de janeiro de 1974, uma sexta-feira, Joaquim Aurélio foi preso ao retornar à Delegacia para pegar o documento. Ali foi

¹²⁴ Idem. Infelizmente a fonte não cita o nome da organização de Ivan Seixas nem o período em que ficou preso.

¹²⁵ Era comum as empresas solicitarem um atestado de bons antecedentes aos futuros empregados. Para conseguir esse documento a pessoa se dirigia a uma Delegacia de Polícia e fornecia suas digitais. A polícia então puxava sua folha corrida, pesquisava sua vida, e, se não houvesse pedido de prisão para aquela pessoa ou esta nunca tivesse sido presa, recebia o atestado.

colocado em uma cela junto com presos comuns, até que na segunda-feira, foi levado para o CENIMAR.

“Fui para a Delegacia e fiquei lá sexta, sábado e domingo junto com vagabundo, bandido, ladrão, tudo quanto era tipo de má índole. Na segunda-feira me puseram no camburão junto com uns quatro ou cinco ladrões que iam para os presídios. Eu seria o último a ser entregue. Quase morro ali na caçapa do camburão, porque a impressão é de que o gás carbônico estava sendo jogado para dentro do carro. Um sufoco, a gente querendo ar e o camburão só tem umas três frestinhas de cada lado rasgadas, assim na lataria. Eu sei que quando cheguei no CENIMAR estava quase morto, de tanto respirar monóxido de carbono.”¹²⁶

Andar na traseira de um camburão cheio foi uma experiência traumatizante para Joaquim Aurélio. A circulação de ar nesta parte do veículo é realmente precária e, talvez por isso ele tenha achado que a saída do carburador estava voltada para dentro do carro. Isso, porém não ocorreu pois, se assim fosse, ele certamente morreria já que o percurso da Delegacia, da qual foi transferido até o CENIMAR seria de mais de uma hora, se não levarmos em conta que ele foi o último a ser entregue, logo, o tempo da viagem foi bem maior.

No CENIMAR ele foi “interrogado” e depois enviado para o Presídio Naval no qual dividia celas com marinheiros e fuzileiros navais que haviam praticado assaltos sem fins políticos. No convívio com esses presos Leis de Segurança aprendeu estratégias para se proteger na cadeia – não havia garantias de que ele fosse transferido para a Ilha Grande, e em qualquer outro presídio correria risco de morte, de abusos sexuais etc. A aproximação entre os Leis de Segurança e Joaquim Aurélio deu-se quase naturalmente, entretanto, isso só aconteceu porque os presos que ali estavam não eram violentos.

No Hélio Gomes, presídio para onde foi transferido após passar cerca de dois meses no Presídio Naval, foi colocado em uma cela com cerca de vinte presos comuns¹²⁷ e obrigado a usar uniforme. Embora Joaquim Aurélio tivesse plena consciência de que dessa forma a ditadura pretendia descaracterizá-lo como preso político, por estar sozinho, em meio a presos perigosos, teve que escolher entre manter-se vivo ou rebelar-se. Optou por sobreviver, pois morto não teria como recuperar sua identidade política. Assim, deu

¹²⁶ Cf. entrevista de Joaquim Aurélio, op. cit., Fita 2 – Lado A.

¹²⁷ O conceito de Leis de Segurança ou LSNs designa presos que assaltaram bancos sem motivos ideológicos e foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Presos comuns são aqueles que praticaram quaisquer outros crimes.

parte do dinheiro que possuía para o “xerife”¹²⁸ da cela, mesmo sabendo que seu dinheiro seria usado para compra de drogas, até conseguir uma transferência para uma cela só de presos evangélicos, na qual sua integridade física estaria garantida até que uma nova transferência, quem sabe para a Ilha grande, ocorresse.

“Na entrada [do Hélio Gomes] eu tive uma discussão com um guarda, então eles me botaram na galeria D, onde tinha bandidos da mais alta periculosidade, nego com 150 anos, que já tinham não sei quantas mortes, matar mais um não faria diferença. Logo que me jogaram lá dentro, um cara, Birolho, se aproximou de mim e perguntou em qual artigo eu havia sido enquadrado. Respondi que era no 130 e ele me disse que não conhecia esse artigo. Como o lá no Presídio Naval, os caras me avisaram para dizer que havia matado policiais, eu disse ao Birolho que esse era um artigo do código naval e que eu havia matado um tenente e PMs. Eles passaram a me respeitar. Aí o Birolho disse: ‘naval, a turma tá querendo fumar e cheirar cocaína, você tem um dinheirinho?’ A turma já tinha me falado lá [no Presídio Naval] que se você tem dinheiro e faz jogo duro, e eles descobrem, tomam o dinheiro, gastam e depois fazem você de mulher. Eu que eu não gostava nem de cheiro de cigarro, e tinha os meus princípios, dei o dinheiro pois nesse momento se tratava da minha sobrevivência. Um dia foi transferido para nossa cela um negão alto, de seus vinte e dois anos, chamado Carlão. Ele veio com um colchão, e quando o preso traz colchão, geralmente traz um estoque, traz uma faca. Era um cara violento e devia ter um desafeto, porque ele veio para matar. E quando o cara mata, ele pega a faca ou estoque dele e dá na mão de outro para aquele cara assumir o crime. Então quando foi no outro dia, no banho de sol, falei para o dirigente da cela dos crentes que eu era preso político e não devia estar junto com preso comum. Que gostaria de pedir uma transferência de cela, queria ir lá para cela dos crentes. Ele me aceitou com a condição de que eu participasse das cerimônias religiosas deles. Imagina como eu penei: eu que nunca gostei de reza, tinha que ficar em um lugar que tinha reza o dia todo.”¹²⁹

Joaquim Aurélio ficou pouco tempo no Hélio Gomes, cerca de três meses, e durante esse período deixou sua combatividade em segundo plano. Para sobreviver foi obrigado a conviver com práticas que iam contra suas convicções morais e políticas. Para ele, um homem simples que passou a infância na roça e a juventude sob a rigidez das normas da Marinha, contribuir com dinheiro para a compra de tóxicos, assistir os presos se drogando e conviver com eles enquanto estavam drogados foi uma experiência tão marcante que ainda hoje se emociona ao falar dela. Mesmo quando estava em companhia

¹²⁸ Xerife é o líder da cela, o chefe.

¹²⁹ Cf. entrevista op. cit., Fita 2 – Lado B.

dos presos evangélicos, acordava muitas vezes à noite com o barulho de presos praticando sexo e, muitas vezes, orando durante o ato sexual. Por isso, sentiu-se aliviado quando numa madrugada o acordaram e mandaram que pegasse suas coisas. A transferência, mesmo que para local desconhecido, despertou nele a esperança de que fosse para um lugar melhor. Até o retorno para o Presídio Naval seria bem vindo. O alívio foi maior ainda quando depois de muito tempo rodando dentro do camburão sentiu o cheiro do mar. Iria para a Ilha Grande!

Paulo Jabur foi preso em 1972. A primeira fase da prisão, a do “inquérito”, durou cerca de dois meses e se deu nas dependências do DOI/CODI – isolado na “geladeira”, um cubículo todo fechado, preto, com longos períodos de luz intensa ou completamente escuro, e música estridente o tempo todo – e do CISA, onde passou cerca de um mês e meio. Em todos esses locais ficou inteiramente sozinho. Finda essa etapa, foi transferido para o Batalhão de Guarda, em São Cristóvão, onde esteve durante quase dois anos em uma cela dupla – seus companheiros foram Nelson Rodrigues, também do MR-8, José Pereira, da ALN, e Alberi Vieira dos Santos, um sargento da Brigada Gaúcha que tinha participado de um levante com o coronel Jefferson Cardim em 1965, invadindo o Brasil a partir do Rio Grande do Sul.¹³⁰ Estar há mais de um ano em um quartel, porém, não o livrou de uma nova fase de torturas. Após um atrito com um oficial do Batalhão foi levado para o DOPS e, no período em que ali esteve, poucos dias, sua família não obteve informações de seu paradeiro, estava “desaparecido”.

No Batalhão de Guardas o acesso à leitura era restrito, somente livros de ficção e romances, como nos quartéis em que César Benjamin esteve, entretanto, as visitas eram mais frequentes.

¹³⁰ Cf. entrevista de Paulo Jabur op. cit. Fita 1 – Lado A. Essa invasão foi planejada por Brizola durante seu exílio no Uruguai. O objetivo era um levante de quartéis como o que fizeram os tenentes nos anos 1930.

“O Batalhão de Guardas era na verdade um quartel, do ponto de vista da visita e da família privilegiado. Ele era, talvez, o mais próximo quartel onde tinha preso, em relação a Zona Sul – que era, onde eu acho que tinha a origem familiar da grande maioria dos presos [políticos]. Ficava, ainda fica, em São Cristóvão, e todos os outros eram na Vila Militar. Ele dava um certo tratamento mais respeitoso, com as famílias e com a gente mesmo – tínhamos comida do rancho de oficiais e coisas assim. Na verdade, era um certo privilégio. Agora, tinha controle, obviamente, igual a todos os lugares. A gente tinha duas visitas por semana de meia-hora, na presença do oficial do dia – uns eram mais acessíveis, até saíam da sala e deixavam a gente um pouco mais a vontade. Também na questão do horário havia uns que relaxavam um pouco mais, davam um pouco mais de tempo. A visita era restrita a pai, mãe e mulher casada ou filho. Companheira, mesmo antiga, não podia e, obviamente, no nosso caso ninguém era casado oficialmente. Eu tinha uma namorada há muito tempo que não podia me visitar.”¹³¹

Comparado aos outros quartéis, o Batalhão de Guardas realmente oferecia algumas regalias que, segundo Paulo Jabur, aumentaram após a troca de comando no quartel. O novo comandante, permitiu a entrada de jornais e de uma televisão, trazida por sua família, para que os presos pudessem assistir à Copa do Mundo de 1974. Logo após a Copa, porém, ele foi transferido.

Dali a gente foi para a Fortaleza de Santa Cruz. A Fortaleza eu acho, exceto é obviamente a prisão inicial que você passa por um processo de tortura, talvez tenha sido a pior de todas as cadeias. A gente foi para a Fortaleza no início do governo Geisel, diante de um projeto do Ministério da Justiça, cujo ministro era o Armando Falcão. A idéia era realizar um processo classificatório dos presos [políticos]. Então eles, juntaram presos de diversas origens: retiraram alguns presos da Ilha Grande e todos os presos dos quartéis do Rio. Era muito desgaste internacional para o Exército, estar com presos nos seus quartéis. Então para dar um ar de legalidade a coisa, a gente foi para o presídio [a Fortaleza de Santa Cruz], que também era do Exército, mas era um presídio.”¹³²

A pedra fundamental da Fortaleza de Santa Cruz foi posta em 1555, durante a invasão dos franceses, que instalaram ali dois canhões. Em 1567 os portugueses tomaram o lugar e completaram uma bateria de canhões (seis). Em 1632 novas ampliações lhe deram o *status* de fortaleza – quando há mais de uma bateria de canhões. Inicialmente

¹³¹ Idem, *ibidem*.

¹³² Idem. Fita 1 – Lados A e B.

suas masmorras foram ocupadas por presos de batalhas navais que eram submetidos a tratamento cruel e muitos morriam assim; para os que sobreviviam às torturas existia uma forca. Após a morte dos prisioneiros seus corpos eram jogados ao mar. E, talvez por esse passado sombrio ela tenha sido escolhida, logo no início do governo do presidente Geisel, pela 5ª Seção do I Exército, como local apropriado para funcionar “uma espécie de laboratório”,¹³³ no qual seria posta em prática a “operação recuperação”¹³⁴, para implantar um projeto de “recuperação” de presos políticos.

A estrutura da Fortaleza não foi alterada ao longo dos séculos. Assim, as celas A e B, ocupadas pelos presos políticos vindos da Ilha grande e dos quartéis, respectivamente, apesar de muito espaçosas eram encravadas na rocha, e das paredes, cheias de fungos e musgo, minava água o tempo todo. Ao contrário da cela A que tinha janelas, a cela B era muito abafada porque a entrada de ar ficava limitada ao portão de grossas grades que dava acesso ao corredor. Em ambas as celas assim como na solitária, havia ratos.

Para por em prática a “operação recuperação”, um grupo de presos políticos – Jarbas Marques, Rômulo Albuquerque, Otoni Fernandes, Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, André Borges e Alípio de Freitas – foi retirado da Ilha Grande, em 4 de março de 1974, levado para o Presídio Hélio Gomes – que é um presídio de passagem, no qual os presos vindos da Ilha Grande ou do interior do estado são alojados durante as auditorias no fórum do município do Rio e/ou presos que aguardam a definição do local em que cumprirão as penas e/ou para onde serão transferidos, por isso é chamado de PP (presídio de passagem) – e, já no dia seguinte, foi novamente transferido, agora para a Fortaleza de Santa Cruz. A eles juntaram-se, ainda no mesmo ano, todos os presos políticos que estavam nos quartéis – provavelmente a ditadura optou pelo esvaziamento dos quartéis em função de pressões internacionais, já que em 1974 todos esses presos haviam sido sentenciados e, sendo assim, deveriam estar cumprindo penas em presídios ou penitenciárias.

É importante lembrar que o governo Geisel inaugura o projeto de distensão e, nesse contexto, o cumprimento de algumas formalidades legais marca o início dessa

¹³³ O termo é usado por Manoel Henrique na entrevista op. cit., fita única, lado A. para mais informações sobre a fortaleza de Santa Cruz ver tb. entrevista de Paulo Jabur, op. cit, fita 1, lados A e B & FREITAS, Alípio de *Resistir é Preciso: memória do tempo de morte civil no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

¹³⁴ FREITAS, Alípio op. cit., p. 195.

política. Também o cenário mundial era diferente do da época em que se instalou a ditadura. Embora muitos considerem a política de defesa dos Direitos Humanos, implantada nos Estados Unidos durante o governo Jimmy Carter, iniciado em 1977, como o início da pressão contra o governo brasileiro, ela começou antes, na Europa, através de campanhas como as da Anistia Internacional – entre outras, podemos citar as adoções de presos, como a de César Benjamin, que em 1972 foi eleito “preso do ano” pela Seção Sueca da AI – e ações como as do Tribunal Bertrand Russel II, realizado em Bruxelas, em novembro de 1973, para julgar as ditaduras brasileira, chilena e as de outros países da América Latina.¹³⁵

O primeiro grupo, o que veio da Ilha Grande, foi informado ao chegar das normas vigentes na Fortaleza: as visitas, inclusive as dos advogados, estavam suspensas por quarenta dias, um claro desrespeito aos direitos humanos; por medida de segurança, as faixas amarelas pintadas em frente ao portão da cela B, da janela da cela A – ambas do lado de dentro das celas – e da mureta do pátio não poderiam ser ultrapassadas, quem o fizesse corria o risco de ser baleado pelos soldados que ficavam nas guaritas ou, no caso do portão da cela B e da janela da cela A, pelos soldados que ficavam no corredor interno. Ainda dentro da cela, as camas não poderiam ser trocadas de lugar. Os prisioneiros só poderiam ir ao dentista encapuzados, a censura postal e aos livros, existente em maior ou menor grau em todos os estabelecimentos prisionais, foi agravada pelo confisco da correspondência e dos livros. O procedimento usual seria que os livros censurados fossem devolvidos à visita e que as cartas tivessem as partes censuradas riscadas para impedir o destinatário de lê-las, entretanto tantos os livros quanto as cartas simplesmente desapareciam.

“Pior do que a restrição a jornais, revistas, rádio, era a que se fazia aos livros. Em princípio, todos os livros e todos os autores eram suspeitos. Em média, para ser liberado, um livro levava mais de um mês, fosse ele qual fosse, ou o autor. Parecia que a censura nem era dirigida ao tema que o livro tratava, mas à própria leitura de livros. (...) Todo o tempo passado na Fortaleza foi de dura abstinência em relação à leitura e ao estudo.”¹³⁶

¹³⁵ Cf. ROLLEMBERG, op. cit, p. 229-259.

¹³⁶ FREITAS, op. cit, p. 202.

Os embates com a administração não tardaram, apesar de conseguirem alguns benefícios como o recebimento do *Jornal do Brasil*, permissão para ouvir rádios de uma só faixa – o que só lhes possibilitava captar estações cariocas –, e uma TV que por não ser permanente, “mal chegava, logo era retirada”¹³⁷, não entrou para o *rol* das conquistas. Contudo, essas pequenas “vitórias” nunca podiam ser comemoradas pois nada era definitivo.

“Tanto o jornal como os aparelhos de rádio podiam ser retirados a qualquer momento, desde que um leve atrito surgisse entre nós e a administração. Um leve atrito, nada de importante, que podia ser com um de nós apenas, mas o castigo podia ser coletivo. O que geralmente acontecia.”¹³⁸

A desagregação do que os presos políticos chamavam de coletivo fazia parte da estratégia utilizada na “recuperação” destes. Ela foi tentada primeiro apenas com os presos políticos da cela B, a punição em grupo para faltas individuais tinha esse objetivo e, com a chegada dos presos políticos que estavam nos quartéis a estratégia passou a ser a de tentar jogar os primeiros contra os recém-chegados. A nova tática consistiu em tentar indispor não só os ocupantes da cela A, mas também criar desavença entre os membros das duas celas. Usavam a máxima do “dividir para conquistar”. Enquanto os presos oriundos da Ilha Grande estavam sós na Fortaleza, os militares os consideravam exigentes, impacientes e intolerantes embora, vez ou outra premiassem uns e castigassem outros argumentando que o grupo não era homogêneo, e que havia entre eles alguns mais tolerantes ao processo de recuperação. A estratégia não deu certo pois o grupo tomava todas as decisões em conjunto e sabia que ninguém agia unilateralmente. Assim, permaneceu coeso. Com a chegada dos presos políticos dos quartéis, os militares aproveitaram a dificuldade de comunicação entre as celas e tentaram manipular as informações de forma que parecesse que os dois grupos de presos tinham comportamentos diferentes. Os presos da cela B, mais antigos, passaram a ser considerados mais “calmos”, quando comparados aos da cela A, transferidos dos quartéis, estes sim verdadeiros “arruaceiros”. Novamente a tática não funcionou pois os ocupantes

¹³⁷ Idem, p. 200.

¹³⁸ Idem, ibidem

da cela B já conheciam os métodos de desagregação utilizados pelos militares e seguiram apoiando o comportamento dos presos da cela A.

“Reagindo ao tratamento que lhes foi dispensado e, sobretudo, às arbitrariedades de que foram objeto à chegada, os companheiros [da cela A] resolveram entrar em greve de fome contra tais arbitrariedades e medidas discriminatórias. Soubemos disso através dos soldados que traziam a comida. O que nos deixou surpresos foi que tomaram a decisão sem tentar qualquer contato conosco, o que criou uma situação muito difícil, tanto para nós quanto para eles. (...) A administração preparou-se até para tirar proveito disso, só não o conseguindo porque nos recusamos a dar qualquer tipo de guarida às suas insinuações. De repente nós, os presos da cela B, passamos a ser os presos inteligentes, os presos que fomos capazes de compreender a situação inicial e tínhamos sabido esperar, os presos que tínhamos mantido o diálogo etc. etc., e outras sandices mais.”¹³⁹

Os presos da cela A tiveram, além de todas as restrições impostas aos da cela B, que conviver com um preso mentalmente perturbado, devido às torturas sofridas, que não só contrariava todas as decisões tomadas em comum por seus companheiros de cela – muitas vezes colaborando com a administração –, como também se tornou agressivo, ameaçando a todos de morte, o que os mantinha em estado constante de alerta.

“Todo o tempo que a gente teve lá sofreu um processo de pressão permanente, no sentido de avaliar a reação de cada um diante de uma pressão contínua. Todos os gêneros que as famílias levavam não podiam entrar diretamente, tinham que ser examinados, e aí ficava lá. O que se levava no sábado ou no domingo só era entregue na segunda-feira à tarde, quando uma boa parte já estava podre. (...) Tinha um companheiro chamado Bajara que tinha tido uma grande perturbação mental em função de um processo violentíssimo de tortura que ele tinha passado (...) e começou a ter um comportamento, desagregador diante do grupo. Por exemplo, chegava lá o oficial do dia para fazer qualquer comunicação, um de nós se apresentava e falava em nome do grupo. Ao término da conversa, Bajara dizia que discordava de tudo o que fora dito, sempre fazia todo o jogo dos caras. Até que ele, um dia, tentou agredir com uma vassoura o Manoel Henrique. Antes desse dia, que ele agrediu fisicamente o Manoel, ele já estava ameaçando pessoas, então a gente tinha que ter um acordado o tempo todo, com medo de que ele acordasse e matasse alguém. Os militares o retiraram da cela e levaram para o HCE, Hospital Central do Exército. Um dia trouxeram ele de volta. A gente falou que não queria, mas acabaram deixando ele lá. À noite nós agarramos ele e amarramos. E aí a repressão desceu com uma tropa de soldados e botaram todos nós, oito, em uma solitária e jogaram um monte de bombas de gás lacrimogêneo

¹³⁹ Idem, p. 207.

dentro. A gente ficou a noite inteira inspirando aquele ar. No dia seguinte eles vieram, abriram e botaram o Cláudio Torres e o Zé Rezende na “cela do passado” – lugar para onde iam os condenados a morte. Eram celas em que entrava água quando a maré subia.”¹⁴⁰

Importante observar que após uma punição coletiva – punição, diga-se de passagem, desumana –, dois membros do grupo foram isolados e novamente castigados. Por que punir individualmente se a ação foi coletiva? Provavelmente uma tentativa de quebrar o moral do grupo. A “recuperação” deles dependia disso, ou seja, o grupo estaria “recuperado” quando não esboçasse mais nenhum tipo de resistência física ou moral. A Fortaleza era um “laboratório”, e dependendo do resultado dessa “experiência”, ela poderia ser estendida ou não aos outros presos políticos.

“Estava bem claro para todos nós que jamais poderíamos chegar a uma convivência tranqüila com nossos carcereiros, a menos que eles e a 5ª Seção do I Exército nos julgasse recuperados. (...) Nós teríamos de ser triturados, liquidada toda a nossa resistência, para que pudéssemos ser considerados socialmente recuperados pelos critérios estabelecidos pelos Órgãos de Segurança. Nós éramos cobaias e da nossa reação positiva ou negativa iria depender o tratamento aos demais presos políticos de outros presídios.”¹⁴¹

Os presos da cela A entraram em greve de fome, e logo foram seguidos pelos da cela B. Embora curta, a greve durou cinco dias para os ocupantes da cela A e quatro para os da cela B, a família dos presos conseguiu divulgá-la. Os presos foram transferidos para a Ilha Grande, no segundo semestre de 1974, – com exceção de Paulo Jabur, Jarbas Marques, Jefferson Nascimento e Zé Sérgio Vaz. Eles venceram, mas a vitória não foi plena, restou o gosto amargo de deixar para trás quatro companheiros. Entretanto, os militares da Fortaleza de Santa Cruz também não puderam comemorar, além do término de seu projeto, a ditadura tomou “algumas medidas administrativas”. Em outras palavras, o “processo recuperador” falhou e os presos políticos que passaram pela Fortaleza orgulham-se em dizer que foram considerados irrecuperáveis.

¹⁴⁰ Cf. Entrevista de Paulo Jabur, op. cit., fita 1 lados A e B. Tb entrevistas de Manoel Henrique concedidas a CF e DR.

4.2 – O DOPS-RJ

O DOPS funcionava tanto para “interrogatórios” e/ou para cumprimento parcial ou total da pena, algumas vezes era também usado como local de passagem, os presos ali permaneciam até que lhes fosse determinado o estabelecimento penal no qual cumpririam suas penas. A maioria dos presos políticos passava apenas breves períodos no DOPS. Entretanto, pelo menos um preso político, Paulinho Branco¹⁴² cuja sentença era pequena, se comparada às impostas pela Lei de Segurança Nacional de 1969, permaneceu no DOPS até o término de sua pena – dois anos por ter sido capturado durante uma *blitz* por estar em um táxi portando uma arma. Também os Leis de Segurança eram “interrogados” e podiam ficar ou não alguns dias ou meses nas dependências desse órgão de repressão. Logo, presos políticos e Leis de Segurança conviveram no DOPS, mesmo que por pouco tempo.

No DOPS não aconteceram lutas significativas pela preservação da identidade dos presos políticos, apesar do uso de uniforme ser obrigatório – um macacão amarelo com a palavra preso estampada.¹⁴³ Sendo aquele um local de repressão a maior preocupação era manter a integridade mental, pois com as torturas constantes manter a integridade física era impossível. O fato relevante que ali aconteceu foi o encontro de William da Silva e Paulinho Branco, possibilitando que o segundo abandonasse a revolução e se tornasse um bandido.

William da Silva foi preso a primeira vez aos dezessete anos por uma acusação de furto. A esse delito outros se seguiram e, desde então, entrou e saiu da cadeia, algumas vezes por ter cumprido a pena, outras por evasão. No início dos anos setenta, depois de ter passado um ano e oito meses em São Paulo, foi posto em liberdade, voltou para o Rio de Janeiro e decidiu praticar outro tipo de crime:

¹⁴¹ FREITAS, op. cit., p. 198.

¹⁴² Como a família pediu que o anonimato desse preso político fosse mantido, ele será identificado ao longo desse trabalho por Paulinho Branco, nome que adotou ao ingressar na Falange Vermelha.

¹⁴³ FREITAS, op. cit., p. 57.

“Embora já tivesse consciência da situação política do país, não pensava em me ligar a nenhuma organização revolucionária. Tampouco me interessava acumular propriedades: o negócio era viver melhor, enquanto fosse possível. Bater carteiras na rua, fazer pequenos furtos, assaltar transeuntes – isso nunca mais. Saí da prisão resolvido a buscar nos bancos, a mão armada, os recursos que não tinha e que não obteria por meio de trabalho comum, meramente escravizante. Havia riscos, é claro, mas me dispunha a enfrentá-los. A prisão me profissionalizara no crime. Com quase trinta anos de vida e mais de dez na cadeia, não via como voltar atrás.”¹⁴⁴

Importante ressaltar que até tomar a decisão de assaltar bancos William era preso comum e o único contato ele que havia tido com presos políticos foi durante o governo Vargas e, apesar de considerar esse convívio importante para despertar nele uma certa consciência social e política, sua opção pelos assaltos nada tem de idealista, ela é meramente oportunista. Analisou as vantagens e as desvantagens, o custo e os benefícios, que poderia auferir praticando esse tipo de crime, e decidiu que valia a pena correr os riscos.¹⁴⁵ William esteve na Ilha Grande em 1971, mas não conviveu com os presos políticos ou com os Leis de Segurança nessa ocasião, cumpriu sua pena junto com a massa carcerária. Ou seja, estar preso na Ilha Grande não bastava para conviver com presos políticos, para isso era necessário ter praticado crimes previstos na Lei de Segurança Nacional de 1969.

Foi novamente preso em 1973, após um assalto mal sucedido, e levado para o DOI/CODI. Passou pelo “interrogatório” rotineiro para que confessasse a que organização política pertencia e ao final de quatro dias seus torturadores finalmente se convenceram que ele não era um guerrilheiro. Definida sua condição de Lei de Segurança foi transferido para o DOPS. Ali conheceu Paulinho Branco, o preso político mencionado anteriormente, e que, anos mais tarde, ingressaria na criminalidade.

Paulinho Branco nasceu em uma família de classe média e altamente religiosa – um de seus tios era padre e seu irmão mais velho já fazia curso para padre em Roma. Ele e um outro irmão, Marco Antônio, mais moço dois anos, fizeram o primário no Colégio Salesiano e depois entraram para o Seminário Arquidiocesano São José, objetivando seguir carreira religiosa a exemplo de seu tio e de seu irmão mais velho. Ao iniciarem o

¹⁴⁴ LIMA, op. cit. p. 47.

ensino médio, porém mudaram de idéia. Abandonaram o Seminário e começaram a militar na Juventude Estudantil Católica (JEC). Nos anos 1967/1968, estiveram engajados no movimento estudantil. No ano seguinte, 1969, com o recuo desse movimento, os dois ingressam na Ala Vermelha do PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Foi nesse ano também que Paulinho Branco “rachou” com a Ala Vermelha, entrou para a VAR-Palmares e foi preso – foi torturado no DOI/CODI e depois cumpriu dois meses em um quartel do Exército na Vila Militar.

Em meados de 1970, ainda na VAR-Palmeres, reaproximou-se da Igreja ao participar do Grupo de Jovens de Oswaldo Cruz (GRUJOC), desenvolvendo um trabalho de base na região desse subúrbio carioca. A essa altura, seu irmão Marco Antônio e uma irmã, Fátima, também haviam ingressado na VAR-Palmares e atuavam no GRUJOC. No final de 1971, Fátima foi presa quando agentes do DOPS invadiram a igreja em que os três irmãos militavam. Paulinho Branco e Marco Antônio escaparam.

Marco Antônio foi morto em 29 de março de 1972 durante uma batida em seu “aparelho” e, em 26 de abril do mesmo ano, Fátima foi novamente presa e duramente torturada. Segundo Fátima e alguns amigos de Paulinho Branco, após a prisão dela e da morte de Marco Antônio o “estado emocional dele se alterou completamente”.¹⁴⁶ Ainda assim ele conseguiu permanecer na clandestinidade até fevereiro de 1973, enquanto sua organização se esfacelava. Preso, foi levado para o DOPS. Ali conheceu William e tornaram-se amigos.

A amizade ultrapassou os muros do DOPS. William foi transferido para o Hélio Gomes, depois para Ilha Grande e, no início de 1975, Paulinho foi solto. Porém, não perderam contato. O elo de ligação entre os dois era Dália, amiga de William que Paulinho conheceu durante suas visitas no DOPS. Em liberdade ele a procurou e acabou estabelecendo com ela fortes laços de amizade – foi ela quem lhe apresentou Zélia, com quem casou e teve duas filhas.

Em liberdade Paulinho tentou por em prática um projeto: realizar um trabalho de base semelhante ao do GRUJOC. Sua intenção era “ganhar” para a luta armada marginais

¹⁴⁵ Agradeço ao Prof. Michel Misse a concepção de que todo bandido faz uma avaliação de custo e benefício antes de praticar qualquer crime.

e bandidos. Sua primeira tentativa foi no bairro do Irajá, onde Dália residia, depois no Morro do Adeus, onde tinha contato com outro preso político que entrou para a criminalidade, ao qual já nos referimos no capítulo um, Juarez Senna, o Souza. As duas tentativas falharam.

“Olha, esse era o sonho do Paulinho quando ele saiu [da cadeia], criar um grupo de estudos. E criou. Só que aquilo não evoluiu. Ele chegou para mim se queixou que o pessoal tinha dissolvido, tinha desbundado. Reclamou muito porque não conseguiu. Ficaram pouquíssimas pessoas. Eu, a Zélia e tinha mais alguém que eu não consigo me lembrar. Então o sonho dele era esse, era ganhar todo, politizar esse pessoal, mas ele não conseguiu. Ele não teve apoio. E ele foi se decepcionando.”¹⁴⁷

O que Paulinho Branco não entendia é que essas pessoas não estavam interessadas em resolver os problemas sociais brasileiros. Absorviam de seus ensinamentos apenas o que lhes era vantajoso, aquilo que os ajudasse a “resolver seus problemas”.

Durante um certo tempo Paulinho Branco manteve sua militância política. Em 1978, participou da campanha de José Eudes, na época candidato a deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). E em 1979, fez parte da Associação de Moradores de um conjunto popular em Senador Camará, onde residia com a esposa e a filha mais velha. Também alternou os assaltos com atividades legais – foi subgerente de uma distribuidora de cosméticos, trocador de ônibus. Com o passar do tempo foi se enredando cada vez mais com o crime. Os assaltos – praticados em companhia de William da Silva, que estava foragido, José Jorge Saldanha, o Zé do Bigode, Apolinário de Souza, o Nanai, Juarez Senna, o Souza, Francisco Viriato de Oliveira, o Japonês, Sérgio Mendonça, o Sérgio Ratazana etc. – deixaram de ser esporádicos e passaram a ser seu meio de sustento. Nessa fase, bebia muito. A família e os amigos dizem que ele estava “cada vez mais fechado”.¹⁴⁸ Certamente tinha consciência de que seu objetivo inicial tinha se perdido. Ao invés de “ganhar” bandidos para a luta armada, tinha sido “ganho” por eles para o crime. Amigos, entre eles Wendel, ofereceram meios para que

¹⁴⁶ Acervo pessoal composto por um “Dossiê” elaborado por Fátima e a transcrição de três fitas nas quais Paulinho relata sua participação política. Estes documentos foram cedidos à autora por Wendel Sussuarana. Cf. também entrevistas op. cit. de Wendel, Zélia e Dália. & SILVA, op. cit., p. 48/49.

¹⁴⁷ Entrevista de Dália e Zélia, op. cit.

¹⁴⁸ Acervo pessoal op. cit. Tb. entrevistas de Wendel, Dália e Zélia, op. cit.

ele abandonasse “aquela vida”. Paulinho recusou, achava que o caminho que escolhera não tinha volta.

Em julho de 1981, foi preso em um carro roubado, e condenado a três anos e quatro meses de prisão. Como a condenação foi por delito comum, Paulinho não foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, nem foi considerado preso político. Encaminhado para o presídio Ary Franco, em Água Santa, retomou seu lado político e redigiu um documento denunciando a forma desumana com que eram tratados os presos comuns e as péssimas condições das instalações internas do presídio, citando nominalmente os responsáveis pela administração do Ary Franco e os guardas que mais torturavam.¹⁴⁹ Preocupada com seu estado físico, a família conseguiu a transferência dele para o Instituto Romeiro Neto, em Niterói, cujo regime era semi-aberto – de quinze em quinze dias tinha o direito de passar o fim de semana em casa. Em outubro de 1982, por razões desconhecidas, sabia que tinha grande chance de conseguir livramento condicional em breve, não retornou ao Instituto na data prevista.

“O motivo real desta sua atitude é desconhecida. Paulinho apenas revelou a alguns de seus familiares que estava em “barra pesada” e que sua volta ao Romeiro Neto, mesmo diante da liberdade condicional iminente, poderia representar o retorno à Água Santa, onde ficaria sujeito a todo tipo de maus tratos e até a torturas, em vista de seus envolvimento.”¹⁵⁰

Aparentemente o que Paulinho temia era que seu envolvimento com o Comando Vermelho fosse descoberto. Se isso acontecesse ele realmente perderia direito ao regime semi-aberto de que gozava e poderiam ser instaurados outros processos sobre ele.

Paulinho “desapareceu” em 10 de fevereiro de 1983 após trocar tiros com a polícia em frente a um bar em Alcântara. Dias depois a família descobriu que ele havia sido morto e enterrado como indigente. Seu corpo foi então exumado e enterrado dignamente. Ao morrer Paulinho deixou Zélia grávida e com uma filha de seis anos. Deixou também um romance inacabado cujo título é *C.V. À Margem da Vida*.

A tentativa de “ganhar” a bandidagem para a luta armada feita por Paulinho Branco, em muito se assemelha a que Jamil pregou na VPR e a que os marinheiros e

¹⁴⁹ Idem. Parte do documento está reproduzido em LIMA, op. cit., p. 49/50.

¹⁵⁰ Depoimento de Fátima in: “Dossiê” op. cit., p. 4.

sargentos realizaram ao criarem o MAR, embora não se possa afirmar com certeza que ele tenha tomado conhecimento de qualquer umas dessas duas experiências. Assim como a VPR ele não conseguiu obter êxito. E mais, buscando realizar seu sonho perdeu a identidade de rapaz de classe média, católico e militante político, e tornou-se um criminoso comum. O MAR foi o único a conseguir executar com sucesso o trânsito bandido-guerrilheiro. Diferente de Paulinho Branco, Cieto, Godoy e André trocaram suas identidades de bandidos comuns pela de revolucionários.

4.3 – A Ilha Grande

Os primeiros guerrilheiros presos chegaram na Ilha Grande em 1969. Ali encontraram os marinheiros, transferidos do Complexo Penitenciário da Frei Caneca após a fuga do MAR, integrados à massa carcerária. Os “crimes” cometidos pela marujada não estavam previstos na Lei de Segurança Nacional e, como o discurso oficial negava a existência de presos políticos no Brasil, a ditadura concluiu que esses ex-militares que ousaram se insurgir contra seus superiores deveriam dividir celas com criminosos comuns.

Interessante é que o fato do MAR, formado essencialmente de marinheiros e presos comuns, ter surgido dentro de uma penitenciária, não preocupou a repressão. Com exceção da geografia, que tornava a fuga quase impossível, as condições para a formação de uma organização política na Ilha Grande eram as mesmas do Frei Caneca. Ou seja, o que impediria que os marinheiros “politizassem” os presos comuns da Ilha Grande assim como já haviam feito no Frei Caneca? O quadro encontrado pelos primeiros revolucionários na Ilha Grande explica isso: os marinheiros estavam apavorados com a possibilidade de serem punidos pelas ações armadas praticadas pelas esquerdas, independente do fato dessas ações ocorrerem fora das prisões. A administração penitenciária adotou a repressão como estratégia para evitar que a marujada se organizasse e organizasse os presos comuns. No Frei Caneca os marinheiros alfabetizaram presos e trabalhavam em setores que prestavam assistência à massa

carcerária, assim, ganharam a confiança dos presos comuns e da administração da penitenciária. Na Ilha Grande eles não tinham qualquer regalia, eram realmente tratados como presos comuns. Logo, não conquistaram a simpatia e/ou a confiança da administração nem dos outros presos. Sendo assim, sua maior preocupação era com a própria integridade física e moral em um ambiente completamente hostil.

A chegada dos guerrilheiros mudou esse quadro. Eles conseguiram que os marinheiros fossem transferidos para a galeria que dividiam com os Leis de Segurança e formaram o coletivo. O coletivo não era só um agrupamento de presos políticos e de Leis de Segurança. Nele discutia-se tudo: desde estratégias de resistência e de melhoria de suas condições carcerárias até a escala de faxina e do encarregado em “recortar a bóia”.¹⁵¹ Havia regras de convivência – não era permitido jogos de azar, estupros, ou o uso de tóxicos na galeria e uma representação eleita democraticamente, inclusive com os votos dos Leis de Segurança, para negociar com a administração penitenciária as resoluções tomadas pelo coletivo.

“Nós tínhamos um coletivo organizado, com práticas coletivas de discussão, de decisão, não era nada imposto, era uma maioria democrática, da qual eles participavam, votavam, não tinha discriminação em termos de vida carcerária. Não tinha uma reunião para os políticos e uma norma para os comuns, era uma reunião geral, votava todo mundo com igualdade, não havia distinção. Nunca houve esse tipo de discriminação, o que perpassava era cultura e valor, tanto que houve presos comuns que se integraram completamente à disciplina, à norma, ao pensamento, à maneira de agir. A nossa estratégia de prisão era uma estratégia de sobrevivência e integridade, então a gente estudava, lia, fazia exercício, mantinha uma perspectiva de liberdade, de superação daquilo, que era uma coisa conjuntural.”¹⁵²

Essa integração só foi possível enquanto o número de presos políticos foi superior ao dos Leis de Segurança porque alguns destes só se submeteram por estarem em minoria. Desistir de determinadas práticas proibidas pelos presos políticos podia significar perda de receita. Muitos presos auferem lucro através de comércio ilícito –

¹⁵¹ O termo significa melhorar a refeição. A comida servida na cadeia é de péssima qualidade. Por isso, é comum os presos escaldarem a carne e retemperarem não só esta como toda a comida.

¹⁵² Cf. Entrevista de Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, concedida a CF, em 03/04/2003. Fita 1 – Lado A. Paulo Henrique chama os Leis de Segurança de presos comuns.

desde material de higiene pessoal e limpeza até cigarro e tóxico – e com apostas, atividades vetadas dentro do coletivo.

“No início tinham uma ou duas quadrilhas, eu não me lembro o nome de todos, mas eram uns quinze, vinte presos comuns que estavam no convívio conosco. Tinha a quadrilha de um camarada chamado Ferruço, cujos companheiros, que eu me recordo, eram o João Branquinho e o Mauro Peregrino. E uma outra quadrilha, a do Baianinho. Na época já houve um pequeno entrevero com os presos comuns por questão comportamental. Dentro das nossas tradições carcerárias havia normas: não fumar maconha, não ter roubo entre presos. Algumas práticas comuns dentro da vida carcerária normal, mas que a gente abolia como norma de vida coletiva. Teve um entrevero lá, justamente com a quadrilha do Ferruço, e ele levou um chega pra lá, tomou umas porradas, essa é a expressão certa, e depois eles ficaram calmos e se adequaram ao modo de agir e de pensar do coletivo. Se adaptaram e nunca mais tivemos nenhum problema.”¹⁵³

Entre 1971 e 1972 os marinheiros começaram a ser libertados – por não serem inclusos na Lei de Segurança Nacional suas penas eram menores – e diminuiu o volume de presos políticos levados para a Ilha Grande – alguns estavam nos quartéis ou na Fortaleza de Santa Cruz, outros saíram através dos seqüestros e muitos foram mortos ou “desaparecidos” pela repressão. A chegada de novas “quadrilhas” ameaçava a liderança dos presos políticos e as regras existentes no coletivo. Além disso, por mais que o discurso dos presos políticos fosse o de afinidade e integração total com os Leis de Segurança, os primeiros queriam ver reconhecida sua identidade política e sabiam que para obtê-la teriam que se separar dos Leis de Segurança.

A hegemonia do coletivo foi abalada em 1972. Um Lei de Segurança violento, Ricardo Duran, aproveitando que seu grupo tornara-se majoritário, roubou o relógio de Cláudio Câmara, um preso político. Estes viram nesse incidente a possibilidade de conseguir a separação. Perceberam também que era necessário dar “uma lição” em Ricardo Duran para não perderem autoridade. Embora alguns achassem que deveriam matar Ricardo Duran, a maioria optou por dar-lhe uma surra exemplar, expulsá-lo da galeria e pedir sua separação dos Leis de Segurança, alegando risco de morte. O plano foi executado em 3 de março de 1972, e logo depois a administração da Ilha Grande mandou construir um muro no meio do corredor separando a galeria em duas partes. Aos Leis de

¹⁵³ Idem, *ibidem*.

Segurança foi destinado o fundo da galeria e por isso, receberam a alcunha de “os presos do fundão”. O muro não impedia que eles fossem reunidos nos camburões e nos porões da barca durante as viagens feitas ao continente, e nesses momentos os presos políticos temiam sofrer um atentado em represália à surra dada em Ricardo Duran. Afinal, este jurou de morte Cláudio Câmara e Paulo Henrique da Rocha Lins. Havia ainda uma peculiaridade sobre esse muro, a medida que chegavam mais Leis de Segurança e os presos políticos saíam, construía um novo muro mais à frente e o anterior era derrubado. O muro andava.

“Houve o roubo do relógio do Cláudio Câmara, esse é o fenômeno que deu origem a tal briga que impôs a separação. Já havia um fermento, uma contradição, que estava se evidenciando. Houve esse roubo e a gente foi investigar. Os presos [Leis de Segurança] disseram que tinha sido trocado por maconha por um determinado preso. Fui em cima desse preso e ele me disse que quem tinha roubado foi o Ricardo Duran e que quem tinha passado para ele para fazer a transação foi o João Branquinho. O que se faz diante disso? Nunca tinha tido roubo. A gente deixava dinheiro, dentro da cadeia tinha uma honestidade invejável. O Ricardo Duran soube que eu tinha desvendado [o crime] e começou a fazer uma faca para me matar. Aí entra a regra da sobrevivência. Ele era matador mesmo, tinha assassinado a noiva, tinha uns dois ou três homicídios, era um cara meio esquisito. O que eu vou fazer? Comecei a me preparar para matar ele, mas os caras [os presos políticos] disseram não, e resolvemos forçar a separação. Damos uma boa coça nele, trancamos todos os presos e tomamos a galeria – tipo um motim mas não contra a prisão, um motim interno. Os caras fizeram o muro que nos separou. (...) Essa era uma questão desde o início da prisão. A ditadura dizia que não havia presos políticos no Brasil. Então nós éramos o que? Essa questão não dizia respeito a uma diferenciação com os presos comuns, mas uma diferenciação em relação a uma postura diante de um regime que negava a existência da gente. Diziam que no Brasil não tinha preso político era só bandido e terrorista.”¹⁵⁴

A construção do muro foi percebida pelos presos políticos como o primeiro passo para o reconhecimento de sua existência pela ditadura. Os Leis de Segurança, porém se ressentiram com a separação.

¹⁵⁴ Idem, ibidem. O incidente também é mencionado nas entrevistas, op. cit., de Colombo, Fernando Palha Freire, Manoel Henrique e Paulo Jabur.

“Para esvaziar a luta pela anistia, a ditadura negava a existência de presos políticos no país. Nesse contexto, interessados em garantir sua visibilidade para a opinião pública nacional e internacional, os membros das organizações armadas dos anos 70 [sic] lutavam para isolar-se da massa, comportamento considerado elitista por nós. Seu discurso era coerente, mas frágil: a existência ou não de presos políticos no Brasil não seria uma questão decidida pelo fato deles estarem isolados, mas pela força do movimento de oposição à ditadura. (...) Nelson [Nogueira dos Santos], Ricardo Duran de Araújo, Apolinário de Souza (Nanai), Paulo Nunes Filho (Flávio), Sérgio Túlio Aché, Carmelindo Lima Rodrigues (Baianinho) e outros companheiros pediram que eu fizesse nova tentativa de aproximação, mas não tive êxito. Terminara o período de cooperação entre os dois coletivos. “Existem trinta presos políticos na Ilha Grande”, escreviam em seus documentos. “Somos noventa presos proletários”, respondíamos, com uma ponta de mágoa e provocação”¹⁵⁵

A condição carcerária dos Leis de Segurança piorou depois da separação. Eles acreditavam que findo o convívio com os presos políticos seriam integrados à massa carcerária. O DESIPE não permitiu e, assim eles ficaram totalmente isolados no “fundão” da galeria. Os Leis de Segurança resolveram então criar seu próprio coletivo e elegeram representantes para negociar melhores condições carcerárias com a administração do presídio. Em 1974, começou no Instituto Penal Cândido Mendes a luta dos Leis de Segurança para saírem do isolamento, intensificado a partir de 1976, depois da transferência dos presos políticos para o Instituto Penitenciário Milton Dias Moreira. Pleiteavam novamente sua integração aos presos comuns.

“Depois de muitas denúncias na Justiça Militar, conseguimos que as portas dos cubículos permanecessem abertas durante o dia, de modo que todos pudessem transitar pela galeria. (...) Recebemos depois a visita do secretário estadual de Justiça, Laudo de Almeida Camargo, e do diretor geral do Departamento do Sistema Penal, DESIPE, Augusto Frederico Thompson. Diante de nossa comissão, este último afirmou que não poderíamos mais viver como um grupo “estanque e problemático”; éramos presos comuns e seríamos distribuídos no convívio de forma gradativa, de acordo com o nosso comportamento, de modo a evitar choques com a massa. (...) Explicamos ao Dr. Thompson que não haveria nenhum choque com a massa, pois nos sentíamos parte dela. (...) Além disso, nossa transferência para o convívio não seria operação complicada: bastava abrir um portão para nos livrar do isolamento, que configurava uma situação de castigo permanente e injustificado.”¹⁵⁶

¹⁵⁵ LIMA, op. cit., p. 58/59.

¹⁵⁶ Idem, p. 67/68.

Entre meados dos anos 1970 e início de 1980, muitas transformações ocorreram no comportamento do coletivo da Ilha Grande, e em suas condições carcerárias. Os presos organizados criaram um clube de futebol, o Chora na Cruz, uma caixinha para financiar fugas, uma cooperativa - que adotava presos sem visitas e/ou sem renda -, o Clube Cultural e Recreativo do Interno (CCIR) - do qual William da Silva era o presidente -, uma farmácia e o jornal *O Colonial* - referência ao antigo nome do Instituto Penal Cândido Mendes, *Colônia Dois Rios*. Conquistas importantes foram o direito à visita íntima – luta iniciada pelos presos políticos que contou com o apoio e a adesão dos Leis de Segurança – e atendimento jurídico, prestado por três estagiárias de direito. Através delas houve atualização dos prontuários, penas foram revistas e/ou recalculadas, e, alguns indivíduos que já haviam cumprido suas penas ou já estavam aptos a receber o livramento condicional foram soltos. O respeito às normas de convivência, antes partilhadas apenas entre os Leis de Segurança, foram estendidas a todos os presos comuns dispostos a viver sob elas. Como os interesses dos Leis de Segurança estavam dentro dos muros, não podemos esquecer que sobreviviam do comércio ilegal com os outros presos, tornou-se necessário e vantajoso reprimir os abusos das *gangs* rivais. E, realmente, a massa carcerária vivia num clima de tensão constante como nos demonstra William da Silva:

“Os presos ainda formavam uma massa amorfa, dividida por quadrilhas rivais. Matava-se com frequência, por rivalidades internas, por diferenças trazidas da rua ou por encomenda da própria polícia, que explorava de forma escravagista o trabalho obrigatório e gratuito.”¹⁵⁷

William da Silva afirma que os Leis de Segurança desejavam apenas organizar a massa carcerária e acabar com práticas como estupro, delação, roubo etc., e realmente o fizeram. Entretanto, a disputa também se deu pelo controle das atividades lucrativas dentro da cadeia – jogos de azar, venda de tóxicos e cigarros, e de mercadorias que o Estado deveria fornecer como material de limpeza e higiene pessoal etc. A “massa amorfa” estava dividida em vários grupos ou “falanges”. Delas, a maior e mais influente era a Falange Jacaré, que dominava o tráfico, o jogo e o comércio ilícito dentro da Ilha

¹⁵⁷ Idem, p. 36/37.

Grande, ou seja, detinha o mando sobre os “negócios” que William e seu grupo desejavam para si. O choque de interesses entre os Leis de Segurança e a Falange Jacaré desencadeou uma verdadeira guerra dentro da penitenciária.

“A sangrenta luta popularizada pela imprensa como o conflito entre “Falange Vermelha” e o “Grupo do Jacaré” passou a canalizar todas as energias da administração, tanto mais que a opinião pública, escandalizada com as estatísticas de mortes e fugas, cobrava ação enérgica.”¹⁵⁸

A guerra pelo poder assustou a direção da penitenciária da Ilha Grande que resolveu transferir os líderes desse movimento para diferentes presídios do continente. A idéia era que essas lideranças fossem engolidas pela população carcerária que não havia convivido com os presos políticos e que continuava desorganizada. O efeito, porém, foi inverso.

“Toda essa matança sistemática leva o comandante Nelson Salmon a redigir um documento ao Comando Geral da PM. (...) Uma cópia do relatório vai para o DESIPE, com minuciosa descrição da luta interna no presídio e suas prováveis conseqüências. (...) A incredulidade das autoridades estaduais tem um preço: a experiência do "fundão" vai ser levada a todas as instituições penais. O braço da organização vai se estender ao redor dos quatorze mil presidiários do estado do Rio de Janeiro, especialmente porque a direção do sistema penal comete um erro muito grave, transferindo para outras unidades carcerárias alguns dos líderes do Comando Vermelho e muitos dos seus inimigos. Momentaneamente a população da Ilha Grande se reduz – mas a repercussão da matança aumenta. As novas e mais radicais palavras de ordem do Comando Vermelho são ouvidas em todas as cadeias: morte para quem assaltar ou estuprar companheiros; incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua, porque a rivalidade entre quadrilhas não pode perturbar a vida na cadeia; violência apenas para tentar fugir; luta permanente contra a repressão e os abusos.”¹⁵⁹

A idéia era que essa liderança, tornando-se minoria nos outros presídios, fosse *engolida* pelos presos que continuavam desorganizados. O efeito, porém, foi inverso, ou

¹⁵⁸ COELHO, Edmundo Campos. A Oficina do Diabo. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987. p. 112. Grifos no original. Estando a população de presos comuns fracionada em falanges, os Leis de Segurança logo receberam os seguintes nomes: Falange LSN, Falange Vermelha e posteriormente, Comando Vermelho.

¹⁵⁹ AMORIM, op. cit. p. 103/104.

seja, apesar de estarem em menor número os Leis de Segurança tinham *parceiros* nas outras prisões. Pessoas oriundas dos mesmos locais nos quais os Leis de Segurança haviam sido criados, e que estavam cumprindo pena em outras penitenciárias. Além disso, dentro dos outros estabelecimentos penais também havia rivalidade entre um ou mais grupos e quando os estes líderes chegavam estabeleciam alianças com determinados grupos para derrubar seus rivais. Logo, eles tiveram apoio para disseminar a sua forma de agir e de pensar.

Em 1974 o coletivo político tornou a crescer. Os presos políticos que estavam na fortaleza de Santa Cruz foram transferidos para a Ilha Grande. Para esses presos, boa parte vinda de quartéis, ir para a Ilha Grande era realização de um sonho.

“A coisa é engraçada. O meu sonho enquanto preso não era a liberdade, porque sabia que isso era impossível, mas vir para o coletivo da Ilha Grande. Você sonha com o que é possível de acontecer. Aí fomos para a Ilha Grande. Em janeiro de setenta e um eu estava chegando na Ilha Grande. Assim que se chega é um encanto. Encontrar os companheiros, tomar banho de sol e jogar uma bola, um monte de livros para ler etc. Depois vem a realidade: você está muito preso, muito afastado, longe pra danar. Sacrifica a família toda vida com uma visita dessa. E vem a luta pela sobrevivência lá dentro.”¹⁶⁰

No coletivo os presos políticos reviam companheiros, dividiam tarefas e responsabilidades, estudavam e ensinavam, faziam artesanato e traçavam estratégias de luta para adquirir direitos e manter os já ganhos. Biblioteca, jornais, televisão, farmácia, dispensa, visita íntima, conquistas possíveis porque estavam juntos. Unidos e organizados tornaram-se fortes. Para quem estava fora do coletivo – nos quartéis, na Fortaleza de Santa Cruz, no DOI/CODI, ou no DOPS – ir para a Ilha Grande representava o “paraíso” possível. Ao chegarem lá, entretanto, percebiam que o “paraíso” também tinha problemas, a viagem até a Ilha era penosa para as famílias e a luta pelo reconhecimento por sua condição de presos políticos continuava, aquele não era um presídio político.

Essa alegria ao receber a notícia da ida para um coletivo não aconteceu só no Rio de Janeiro. Os presos políticos paulistas também experimentavam essa sensação ao serem transferidos para o Tiradentes. Este, assim como o Instituto Penal Cândido Mendes, na

Ilha Grande, era um presídio civil, o que normalmente significava o fim das torturas e/ou do isolamento. É claro que sempre havia a possibilidade de uma nova transferência para os órgãos de repressão, mas essa não era a regra.

Foi com surpresa que Manoel Henrique, Paulo Jabur, Nelsinho Rodrigues e Joaquim Aurélio entre outros, presos políticos que nunca haviam estado na Ilha Grande, receberam a notícia de que seus companheiros estavam planejando uma greve de fome para sair dali. Passados uns poucos dias, porém não só compreendiam como apoiavam o movimento.

As famílias moravam distante de Mangaratiba, porto do qual partiam as lanchas para a Ilha Grande, mas essa não era a única dificuldade. O horário das barcas nem sempre era compatível com o da visitação, logo, as vezes os familiares chegavam muito cedo e tinham que esperar várias horas para encontrar seus entes queridos e outras vezes, ao terminar o horário de visita a última barca já havia deixado o porto, os obrigando a pernoitar na Ilha. O que tornava a viagem não só penosa, mas também dispendiosa para as famílias com menos recursos. O caso da família de Joaquim Aurélio é exemplar. Com sua prisão, sua esposa, Glória, grávida, ficou responsável pelo sustento da família, composta de sua mãe e mais três filhos, sem contar o que estava a caminho. Nos dias de visita ela saía de casa, no município de Magé, às duas horas da manhã para chegar na Ilha Grande por volta das onze horas.

Para ajudar na despesa das famílias e para comprar os mantimentos de que necessitavam, os presos políticos faziam artesanato, que era vendido por suas famílias. Os presos políticos de outros estados ou de cidades distantes cujas visitas não eram frequentes recebiam a solidariedade dos companheiros através da venda do artesanato daqueles pela família destes e na divisão dos mantimentos – tudo o que era trazido pelas famílias, com algumas exceções, era guardado em uma despensa comum ao coletivo.

A transferência para o continente resolveria parte desses problemas. Mas havia outros motivos para os presos políticos desejarem a saída da Ilha Grande: 1°) A ida para um presídio político. Esse passo era considerado essencial para a continuidade de sua luta – reconhecimento público de sua identidade política e saída da prisão. 2°) No continente o contato com advogados era mais fácil. 3°) O governo do presidente Geisel, iniciado em

¹⁶⁰ Cf. entrevista de Fernando Palha Freire concedida a CF, em 11/04/2003. Fita 1 – Lado A.

1974, ao propor a distensão política, acenava com mudanças na política brasileira. 4°) Se as expectativas anteriores não se efetivassem, fugir de uma prisão no continente seria muito mais fácil. Desta forma, almejando conseguir a mudança para um estabelecimento penal, mesmo que este não estivesse localizado no município do Rio, trinta e três presos políticos entraram em greve de fome em 5 de maio de 1975, e só paralisaram o movimento dezessete dias depois, 22 de maio, com a vitória.

“Essa greve de fome da transferência, da saída da Ilha Grande, foi uma das mais importantes porque ela ensejou um editorial no *Estado de São Paulo*, famoso, chamado “Os Porões da Ditadura”. E na própria televisão, pela primeira vez a *Globo* noticiou uma greve de fome dos presos políticos.”¹⁶¹

Havia ainda algumas questões burocráticas a serem resolvidas. Já naquela época o sistema carcerário estava em crise, havia mais detentos do que locais para abrigá-los. A direção do DESIPE resolveu reformar uma ala da penitenciária Milton Dias Moreira e transformá-la em presídio político. Os presos políticos tinham pressa e, depois de muitas negociações, ficou acertado que eles aguardariam no Esmeraldino Bandeira, em Bangu, o término das obras no Frei Caneca. Houve, porém uma precipitação e os primeiros presos transferidos da Ilha Grande foram levados para uma ala do Talavera Bruce – presídio feminino no qual estavam as presas políticas, também em Bangu – e ali permaneceram algumas semanas, antes de serem levados para o Esmeraldino Bandeira e depois para a Milton Dias Moreira.

A Ilha Grande foi o grande palco de lutas e conquistas dos presos políticos cariocas. Foi também a prisão em que presos comuns e políticos estiveram juntos por mais tempo. Entre eles laços de solidariedade foram formados, e rompidos, após a construção do muro. O coletivo ali se formou e graças à união e à organização necessárias para sua existência as lutas e as vitórias tornaram-se possíveis. Mas, nem tudo eram flores no coletivo.

Uma das atitudes citadas como fator de desagregação foi o fato de alguns marinheiros recusarem-se a dividir suas bolsas de mantimentos com os outros companheiros, como mandavam as normas de boa convivência e solidariedade. A outra

¹⁶¹ Cf. entrevista de Paulo Henrique da Rocha Lins, op. cit., Fita 1 – Lado A.

era a postura política diante de determinadas questões postas em discussão. Todas as decisões eram discutidas e votadas por todos os membros do coletivo, entretanto, até que fosse tirada uma resolução para ser encaminhada às autoridades e/ou aos órgãos competentes, havia muito “bate-boca”. Segundo Paulo Jabur existiam muitas correntes dentro do coletivo e um trânsito grande entre essas correntes. A medida que a discussão ia evoluindo, formavam-se, em geral, três grupos com posição distinta:

“A grosso modo, para ser esquemático, tinham três linhas de comportamento. Por exemplo, a repressão mandou um panelão de comida podre para a gente. Uma das linhas sugeria: “Vamos ver se não tem um pedacinho legal ali e a gente come. Não vamos brigar com os caras não, a gente tá fraco, vamos comer essa comida podre mesmo”. A outra falava: “Essa porra tá podre, vamos devolver, chamar alguém e tentar discutir”. E tinha a terceira que dizia assim: “Não, porra, vamos tocar fogo na cadeia, que aí os caras param de mandar comida podre”. No mínimo tinham sempre essas três posições em relação a qualquer assunto. Nas negociações com a repressão sempre tinha o cara que propunha ficar quieto, os que queriam enfrentar aquilo mais realisticamente e outros que propunham coisas irrealistas.”¹⁶²

Essas divergências aconteciam muitas vezes entre presos oriundos da mesma organização política. Por isso muitos presos políticos afirmam que a afinidade entre eles surgia independentemente das organizações às quais pertenciam quando estavam em liberdade, e que a composição das celas era baseada nessas novas afinidades. Muitos dizem, inclusive, que preferiam dividir a cela com determinados Leis de Segurança do que com alguns presos políticos. Em São Paulo, no Tiradentes também havia problemas de relacionamento entre os presos políticos, mas lá eles eram motivados por rachas partidários e por posicionamentos políticos adotados ainda em suas organizações de origem, ou seja, discórdias anteriores à prisão – a adesão ou não à luta armada era uma delas.

As divergências dentro do coletivo carioca cresceram à medida que os objetivos se complexificaram. Enquanto a decisão era apenas a de resistir e permanecer vivo, chegava-se a um denominador comum muito mais rápido do que quando a escolha envolvia questões como aceitar a transferência para o continente, mesmo que para instalações piores do que as da Ilha Grande. Aparecem nesse caso nuanças entre o que de

pior se pode aceitar – não ter banheiro na cela é inaceitável para uns e não para outros; assim como ter um local apropriado para a visita íntima ou uma cozinha própria era essencial para uns e não para outros. Um presídio arranjado em tão pouco tempo certamente não corresponderia às expectativas de todos. Logo, quanto mais o leque das opções aumentava, crescia a intolerância e desgastavam-se as relações interpessoais.

4.4 – O Esmeraldino Bandeira e o Milton Dias Moreira

Durante as negociações a administração do sistema carcerário já havia lhes informado que o espaço disponível para alojá-los até a mudança definitiva, para o Frei Caneca, era de dois galpões, cada um com um banheiro coletivo, no Esmeraldino Bandeira. O grupo majoritário dentro do coletivo defendia a tese de que os benefícios com a transferência para um presídio no continente superariam a perda de regalias proporcionadas pela estrutura do Instituto Cândido Mendes – dois presos por cela e banheiro interno. O grupo cuja proposta foi derrotada, o que só aceitava ir para um presídio com instalações semelhantes ao da Ilha Grande, acusou os companheiros vitoriosos de aceitar o “jogo da repressão”. O correto seria fazer uma nova mobilização e “forçar” a ditadura a uma remoção para um presídio que satisfizesse suas aspirações – as de que fosse um presídio político, no continente e com instalações iguais ou melhores que as que dispunham na Ilha Grande. Foi nesse clima tenso que os presos políticos se instalaram no Esmeraldino Bandeira. Ali a crise, que havia começado Na Ilha Grande, se agravou e provocou um racha no coletivo.

O estopim para o racha foi o parlatório, local para a visita íntima. Essa era uma vitória conquistada a duras penas pelos presos políticos – o benefício foi estendido aos Leis de Segurança e aos presos comuns – e a perda desse direito representava um retrocesso, uma derrota. Havia um parlatório no Esmeraldino Bandeira, mas para chegar até ele era necessário passar diante das celas dos presos comuns. Os presos políticos e suas companheiras consideravam a situação vexatória. Uma parte do coletivo resolveu

¹⁶² Cf. entrevista de Paulo Jabur, op. cit. Fita 1 – Lado B.

construir biombos de madeira, tecido e papel, dentro dos galpões, para serem utilizados nos dias da visita íntima. Entretanto, houve presos que não concordaram com essa solução. Argumentavam que seus filhos e os filhos dos outros presos políticos brincavam na área dos biombos e que alguma criança poderia entrar num deles e presenciar o casal durante o ato sexual, ou seja, consideravam promiscua a prática de sexo nos biombos. Alegavam que ia contra sua formação moral e religiosa. Esse grupo, embora pequeno – Joaquim Aurélio, Amadeu Rocha, Alípio de Freitas, o padre Alípio, que deixou a batina quando entrou para a luta armada, e uns poucos marinheiros –, se ligou aos presos que já vieram descontentes, por outros motivos, da Ilha Grande e formaram um novo coletivo. As questões mais importantes ainda eram votadas por todos, mas cada coletivo tinha representantes próprios que encaminhavam em separado as decisões tomadas em conjunto.¹⁶³

A estada no Esmeraldino Bandeira, apesar do racha, foi tranqüila. Os dois coletivos empenharam-se em pressionar a administração penitenciária para que essa agilizasse a ida para o presídio político. Temiam que, finda a mobilização, sua transferência não acontecesse. Houve também muita mobilização em torno da anistia. Como haviam previsto, estar no continente facilitou o contato e a articulação com organizações dispostas a ajudar na defesa de seus direitos. Além disso, a distensão proposta por Geisel estava em curso, em passos lentos, mas sem grandes retrocessos, e essas mudanças na política interna brasileira ampliaram o campo de luta e atuação dos presos políticos.

No exterior, também os exilados perceberam que era possível enfrentar a ditadura denunciando suas práticas e engajando-se na luta pela anistia – durante algum tempo os exilados acreditaram que sua condição seria passageira. Preparavam-se fisicamente participando de treinamentos guerrilheiros em Cuba e na Coréia, e mantinham as discussões teóricas sobre a revolução. Emblemático é o caso de Maria Augusta Carneiro Ribeiro, a Guta, que se submeteu a uma cirurgia dentária para alterar os traços de seu rosto, dificultando sua identificação pelos órgãos de repressão da ditadura. Alguns não se inseriam social e profissionalmente nos novos países para terem liberdade de partir

¹⁶³ Cf. entrevista de Joaquim Aurélio, op. cit., Fita 3 – Lado B e Fita 4 – Lado A. & entrevista de Paulo Jabur op. cit., Fita 1 – Lado B.

quando o momento certo chegasse. Retornariam ao Brasil e retomariam a luta, alguns tentaram e perderam a vida tentando cruzar a fronteira ou já em solo brasileiro.¹⁶⁴

Um exemplo dessa mudança de atitude é o Comitê Brasil pela Anistia (CBA), fundado em 1975, em Paris. Comitês como esse repercutiram no Brasil. Nos anos seguintes, começaram a atuar no país o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Este último, tendo à sua frente Iramaya Benjamin, foi fundamental na luta pela volta dos exilados e pela libertação dos presos políticos.¹⁶⁵

O movimento pela anistia iniciado no Esmeraldino Bandeira se consolidou no Milton Dias Moreira. Em 1977, começou a transferência dos presos políticos de Bangu para a Frei Caneca. A mudança para um presídio político representava uma vitória importante, a ditadura admitia haver presos políticos no Brasil.

Passado o período natural de adaptação ao novo *status*, o de presos políticos de fato, e à nova prisão, voltaram à luta. Dessa vez, em solidariedade às presas políticas que entraram em greve de fome, ainda em 1977, reivindicando sair do Talavera Bruce, um presídio feminino, e ir para o Milton Dias Moreira, os presos políticos deste presídio aderiram ao movimento grevista e, logo depois, parte do coletivo masculino que ainda estava no Esmeraldino Bandeira aguardando transferência, também entraram em greve de fome. E esses não foram os únicos: os presos políticos do Lemos de Brito, em Salvador, Bahia, se solidarizaram com os coletivos feminino e masculino do Rio de Janeiro, e entraram em greve de fome.¹⁶⁶ Apesar de toda essa mobilização o pedido das presas cariocas foi negado.

No final de 1977, começaram a surgir rumores de que haveria mudanças na Lei de Segurança Nacional. Paulo Jabur e Paulo Henrique da Rocha Lins perceberam que essa reforma na lei poderia representar o caminho da liberdade.

¹⁶⁴ Cf. ROLLEMBERG, (1969) op. cit., p. 54/55. & ROLLEMBERG, Denise *O Apoio de Cuba á luta Armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad,2001.

¹⁶⁵ Cf. ROLLEMBERG, 1999,op. cit.

¹⁶⁶ Cf. DIAS, op. cit., p. 38.

“Eu e Jabur entendemos que eles iam fazer uma reforma na Lei de Segurança Nacional, e que essa ia ser a maneira que eles encontraram para nos libertar. Isso foi mais ou menos uma ano antes da reforma. Tanto que nós éramos muito sacaneados, tínhamos um gato na prisão e botaram um apelido nele de reforma. Alguns achavam que sairíamos numa anistia, mas numa análise fria do que estava acontecendo chegamos a conclusão que sairíamos mesmo numa reforma, o que veio a acontecer. A luta da anistia contribuiu muito para isso.”¹⁶⁷

A campanha pela anistia não se encerrou com a reforma da Lei de Segurança Nacional, realizada em dezembro de 1978, ao contrário, em 1979, recebeu apoio de estudantes, artistas, políticos, setores da igreja católica, e de uma parcela significativa da opinião pública. O CBA não estava mais sozinho, entidades importantes como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), aderiram à luta. Os presos políticos não esmoreceram, acostumados a travar longas batalhas para que seus mínimos direitos fossem respeitados, engajaram-se para que um projeto de anistia ampla, geral e irrestrita fosse vitorioso.

“A 3 de julho de 1979, nos dirigimos à Comissão Mista do Congresso Nacional que examinaria o projeto de Anistia enviado pelo Executivo, especialmente ao Senador Teotônio Vilella (presidente) e ao Deputado Emany Satyro (relator), convidando-os a nos visitar na Divisão de Segurança Especial, à Rua Frei Caneca, 457, Rio, onde estávamos recolhidos. (...) Este convite não era apenas uma questão de tática. Tratava-se de uma atitude franca da nossa parte no sentido de se fazer ver aos senadores e deputados a gravidade da questão Anistia, que para nós envolvia todo o processo de prisões arbitrárias, torturas, processos e julgamentos viciados, entraves políticos da parte da Justiça Militar para nossa soltura, os longos anos de cárcere em condições muitas vezes degradantes e desrespeitosas aos direitos humanos e de cidadãos, e especialmente de presos políticos, os casos dos companheiros assassinados nas câmaras de tortura e a responsabilidade das autoridades do regime sobre tudo isso.”¹⁶⁸

A Comissão não ignorou a solicitação dos presos políticos e, no dia 10 de julho de 1979, o Senador Teotônio Vilela os visitou. Os presos políticos aproveitaram as duas ocasiões para expor seus argumentos. A iniciativa do convite à Comissão foi muito importante para a luta pela a anistia, pois a partir dessa visita, o Senador Teotônio Vilela iniciou uma série de visitas aos presos políticos de todo país. E, em 20 de julho, um dia

¹⁶⁷ Cf. entrevista de Paulo Henrique, op. cit., Fita 1 – Lado A.

¹⁶⁸ CIPRIANO, Perly, VIANA, Gilney A. *Fome de liberdade*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992, p. 54.

após ter estado na Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador, ele declarou ao *Jornal do Brasil*: “Posso afirmar à nação que não encontrei nenhum terrorista.”¹⁶⁹ Essa afirmação era dirigida às direitas cujo argumento para não incluir no projeto de anistia os presos políticos que haviam praticado os chamados crimes de sangue era o da impossibilidade de se anistiar terroristas.

Esse argumento, como bem observou o Senador, não se sustentava, pois o terror não esteve na pauta de discussões das esquerdas. Os revolucionários brasileiros sempre se preocuparam em manter a integridade física dos civis quando planejavam suas ações. A população nunca foi alvo de atentados, ao contrário dos grupos de direita que a partir de 1968 desfecharam verdadeiros ataques terroristas contra órgãos públicos e privados.¹⁷⁰

Logo após a visita de Teotônio Vilela começaram a surgir boatos de que os presos políticos do Rio de Janeiro estariam em greve de fome – o ápice da boataria foi a manchete da revista *Veja* intitulada “Sinal de Alerta: Presos do Rio Articulam uma Greve de Fome”¹⁷¹. Realmente estavam discutindo a possibilidade de iniciar uma greve de fome e, diante da precipitação da notícia, foi deflagrada a última e mais longa greve de fome dos presos políticos – iniciada em 22 de julho e finda em 22 de agosto de 1979. Os presos políticos de todo o país aderiram à greve e o movimento tornou-se nacional: 30/07, Penitenciária Barreto Campelo, Itamaracá, Pernambuco; 06/08, Maurício Anísio de Araújo, único preso político da Colônia João Chaves, Natal, Rio Grande do Norte; 06/08,

¹⁶⁹ Idem, p. 57.

¹⁷⁰ Três explosões de bombas marcaram o mês de agosto de 1968: uma no dia 5 na porta do Teatro Gláucio Gil, onde estava em cartaz a peça *Juventude em Crise*, apresentada pela Companhia de Tônia Carrero, e duas outras nas Embaixada Polonesa e Missão Comercial Soviética, ambas no dia 21. Em setembro vale a pena destacar os atentados, também a bomba, contra instituições de ensino, como o Colégio Brasil, no dia 07, no qual, há pouco tempo, havia sido ministrado o curso *Materialismo Dialético e Existência*, de Hebert Marcuse, e o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no dia 26. Na madrugada do dia 2 de dezembro, após a última apresentação da peça-show *Pra não dizer que não falei das flores*, em cujo elenco estava Geraldo Vandré, entre outros artistas, uma bomba explodiu próximo à bilheteria do Teatro Opinião. Os atos terroristas de direita não ficaram restritos ao ano de 1968, interessados em deter o processo de abertura, patrocinado pelo próprio governo brasileiro, o terrorismo de direita voltou a manifestar-se nas décadas de 1970/1980. São desse período os atentados à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 19/08/1976, ao Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAPE), em 04/09/1976, à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 27/08/1980 e ao Riocentro, em 30/04/1981. Importante lembrar que a explosão do Riocentro aconteceu durante um show comemorativo ao Dia do Trabalho e que o alvo eram as milhares de pessoas que ali estavam. O incidente só não atingiu maiores proporções porque uma bomba explodiu fora da hora e do local programados e a outra, a da casa de força, não foi detonada. Para maiores detalhes desses e de outros atentados, cf. ARGOLLO José A., RIBEIRO, Kátia, FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A Direita Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

Instituto Penal Paulo Salazarte, Fortaleza, Ceará; 08/08, Presídio do Barro Branco, São Paulo, São Paulo; 19/08, Haroldo Lima, único preso político da Penitenciária Lemos de Brito, Salvador, Bahia. O movimento contou também com a solidariedade dos exilados: 06/08, greve de fome simbólica em Genebra, Suíça; 15 e 16/08, greve de fome em Paris, França; 17/08, manifestações em Lisboa, Portugal.¹⁷²

A greve de fome dos presos políticos durou exatamente um mês, e foi muito bem articulada, e várias atividades que aconteceram durante a greve foram programadas com antecedência – o show pela anistia, em 06/08, no Circo Renascente, na Gávea, Rio de Janeiro, contou com a presença de Gilberto Gil, Luís Melodia, Jorge Mautner e o Brilho da Cidade. Artistas, intelectuais, políticos, representantes da igreja católica e da OAB estiveram no Milton Dias Moreira para apoiar a campanha pela a anistia, com isso a imprensa deu ampla cobertura ao movimento. Entretanto, a Lei de Anistia aprovada em 28/08/1979, não beneficiou os presos políticos, que só puderam ser anistiados dos processos que ainda estavam em tramitação. Restou a eles a liberdade através da readequação das penas proporcionada pela reforma da Lei de Segurança Nacional como haviam previsto Paulo Jabur e Paulo Henrique da Rocha Lins.

Foram cerca de dez anos de luta nos cárceres. Durante este tempo sobreviveram às torturas enquanto eram interrogados no DOPS, no DOI/CODI, nos quartéis, na Fortaleza de Santa Cruz, no CENIMAR, no CISA e no CIE. Conviveram com os Leis de Segurança e estabeleceram com eles laços de camaradagem e respeito, separaram-se deles para reafirmar sua condição de presos políticos. Conseguiram que a ditadura admitisse sua existência e criasse um presídio político. Conquistas importantes. O preço pago por essas vitórias foi alto: muitos companheiros ficaram pelo caminho e, os que permaneceram na estrada até o final, deixaram nas cadeias sua juventude.

Os Leis de Segurança também lutaram por seus direitos. Formaram seu próprio coletivo, se integraram à massa carcerária e conseguiram melhorias nas condições carcerárias. Despertaram o interesse de entidades nacionais e internacionais – em 1975 a representação dos Leis de Segurança conseguiu divulgar no exterior a morte de dois

¹⁷¹ Cf. Revista *Veja* de 18/07/1979.

¹⁷² Cf. CIPRIANO, op. cit. toda a 2ª Parte.

presos comuns espancados por guardas penitenciários.¹⁷³ Ficava, assim exposta no exterior a dura realidade das prisões brasileiras também para os presos comuns.

Presos políticos, presos comuns e Leis de Segurança conviveram não só na Ilha Grande, mas também nos quartéis, no Hélio Gomes e no DOPS. Foi nesse último em que William da Silva Lima e Paulinho Branco se conheceram e tornaram possível o trânsito revolucionário-bandido. Justamente o contrário do que anos antes havia acontecido no Frei Caneca.

¹⁷³ AMORIM, op. cit., p. 84.

CAPÍTULO 5

O Mito

“(...) na ordem da cultura política, é a lenda que é a realidade, pois é ela que é mobilizadora e determina a ação política concreta, à luz da representação que ela propõe.”

Serge Berstein

No início dos anos 1980, a imprensa, principalmente a carioca, vinculou a organização criminosa Comando Vermelho às organizações de vanguarda que lutaram contra o governo no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Aparentemente, o que levou a imprensa a adotar, e a sociedade brasileira a aceitar, essa abordagem dos fatos, foi a semelhança entre o tipo de crimes e a ousadia com que eles eram praticados pelo Comando Vermelho e as ações praticadas pelos guerrilheiros dos anos 1960/1970. Os assaltos e seqüestros realizados pelo Comando Vermelho, sempre bem planejados e normalmente bem sucedidos, surpreenderam nossa polícia que na época, início dos anos 1980, não tinha preparo técnico para combatê-los.

Algumas interpretações surgiram sobre a origem dessa organização criminosa: uma delas supunha que estivesse ligada aos grupos terroristas de direita que, interessados em deter o processo de abertura, vinham praticando vários atentados a órgãos públicos e privados como os da ABI, do CEBRAPE, da OAB, e o do Riocentro, todos já citados anteriormente. Outra hipótese era a de que a esquerda recém anistiada estivesse recrutando mão-de-obra entre criminosos para enfrentar o governo militar. Essas duas hipóteses foram logo descartadas, porque quando alguém era capturado e interrogado, ficava clara a ausência de conexões com os grupos de direita ou os de esquerda.

Uma terceira hipótese nasceu após uma longa observação do modo como essas quadrilhas operavam, qual seja, a de que havia uma grande semelhança das táticas usadas na guerrilha urbana com as utilizadas pelo Comando Vermelho e, que isso poderia advir da *imitação* das práticas guerrilheiras publicadas nos jornais no final dos anos 60 e início de 70. Coube ao jornalista Olavo de Carvalho¹⁷⁴ a formulação da idéia de que as ações

¹⁷⁴ Cf. Site www.olavodecarvalho.org/textos/neesquerdas.html

guerrilheiras, ao serem divulgadas pela mídia, inspirariam os criminosos e os teriam levado a repeti-las. Realmente, o número de assaltos a bancos, até então estatisticamente pequeno, começou uma escalada que só será detida nos anos 1990. Porém, esta afirmação leva-nos a alguns questionamentos.

A existência de um número ínfimo de assaltos a banco não significa que eles não fossem praticados. Faz-se necessário ressaltar a reflexão de Michel Misse de que apesar de esporádicos, esses assaltos já indicavam uma tendência que se consolidou com a reforma do sistema bancário, ocorrida em 1966, na qual houve uma multiplicação do número de agências bancárias, em virtude da aceleração da economia.

Durante o ano de 1958, houve três assaltos a banco no Rio de Janeiro. Jorge da Donga, citado na década de 1980 como um dos fundadores da Falange Vermelha, comandou um deles.¹⁷⁵ Apesar do pioneirismo, Jorge da Donga não transformou o assalto a banco numa prática constante até os guerrilheiros começarem a expropriar agências bancárias.

“Bacharel em malandragem, formado pela escola do crime da antiga Favela do Esqueleto, que freqüentou, menino ainda, foi lá que o assaltante, agora preso com seu lugar-tenente, Jair Teixeira Guimarães, o Jair Branco, na 34ª DP, conheceu os heróis de sua infância agitada: Cara de Cavalo, Rei dos Bodes, Marujo, Zé Macedo, Francisquinho, Bruto [sic] e outros nomes famosos do submundo do crime. (...) Jorge da Donga, em sua filosofia de bandido, revelou ter-se inspirado no cinema e buscado exemplo nos últimos assaltos a bancos, em São Paulo, para formar, na Guanabara, uma quadrilha especializada somente em tais assaltos, pois disse – “tendo por norma não ferir ninguém, nem roubar trabalhador, percebi, de repente, que a pena é a mesma para quem rouba uma quitanda, uma padaria, um operário ou um grande banco. E sendo assim, preferi só me arriscar em troca de muito dinheiro, e este só podia estar nos bancos que escolhíamos para operar”.”¹⁷⁶

Jorge da Donga afirma ter sido influenciado pelas ações das esquerdas¹⁷⁷, entretanto, o assalto praticado por ele em 1958, demonstra que sua opção por esse tipo de

¹⁷⁵ MISSE, Michel *Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do IUPERJ, 1999, p. 264. Tb. jornal *O Dia* de 06/12/1958.

¹⁷⁶ *O Dia*, 26/09/1968, p. 8. O codinome do bandido é Broto.

¹⁷⁷ Idem.

crime se deu muito antes das expropriações feitas pelas organizações de esquerda ganhassem as notícias dos jornais, embora tenha se intensificado nessa época, e manteve-se muito depois da extinção das ações armadas das esquerdas. Jorge da Donga já assaltava bancos em 1958 e permaneceu acreditando na viabilidade dessa modalidade de crime ao fundar, cerca de vinte anos depois a Flange Vermelha, primeiro nome do Comando Vermelho. O motivo pelo qual ele não assume que já sabia das vantagens do assalto a banco sobre outras modalidades de crime desde 1958, porém não fica claro.

Além da imprensa, o cinema pode ter sido um agente importante para despertar interesse pelo assalto a banco nos bandidos. Estavam disponíveis nas telas brasileiras filmes americanos retratando a vida de mafiosos como Scarface e Al Capone e a criminalidade nas cidades de Chicago e New York, nas décadas anteriores.¹⁷⁸ Em 1961, estreou *O Assalto ao Trem Pagador*, de Roberto Farias, filme que narra o assalto ao trem pagador da Central do Brasil, realizado em 1960, por indivíduos mascarados que fizeram a composição descarrilar, dinamitando os trilhos. Detido o trem, os assaltantes invadiram o vagão pagador, disparando armas automáticas de 9mm, matando Francelino Paulino e ferindo outros três funcionários da Central do Brasil. O roubo rendeu vinte e sete milhões e seiscentos mil cruzeiros. Pela primeira vez um trem pagador era assaltado no Brasil, e talvez no mundo, já que o assalto ao trem pagador inglês é posterior ao brasileiro. O pioneirismo, a ousadia do crime e seu primoroso planejamento levaram a polícia a acreditar, por algum tempo, que se tratava de uma quadrilha internacional. No ano seguinte, o mesmo em que o filme entrou em cartaz, o detetive Perpétuo de Freitas desvendou o crime. O assalto havia sido planejado em uma “tendinha” no morro da Mangueira por Sebastião de Souza, Zeferino dos Santos, Manuel da Silva, Heitor Fernandes, Nilo Magno de Melo, Adilson de Carvalho e Edwar Gomes.

Seguindo a linha de raciocínio de que a mídia e o cinema podem motivar um grupo de pessoas a optar por determinados tipos de crimes, poderíamos inferir que a cobertura da imprensa ao assalto ao trem pagador e a transformação do evento em filme motivaram as esquerdas em 1968. Essa reflexão é reforçada pela própria imprensa no corpo do texto da seguinte notícia:

“Numa reedição do assalto ao trem pagador, no Rio de Janeiro, cinco homens armados com metralhadoras roubaram ontem em seqüência cinematográfica o trem pagador da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. (...) Os ladrões fugiram em dois Volkswagen que os esperavam ao lado da ferrovia.”¹⁷⁹

Esta notícia, além de estabelecer uma conexão entre os dois assaltos, remete o leitor ao cinema. Essa, porém não foi a primeira vez. Muitas vezes as expropriações das esquerdas e os assaltos eram comparados a filmes sobre a máfia americana e/ou a “bang-bangs”, sem mencionar os adjetivos como audacioso, espetacular, entre outros, utilizados para atrair e prender a atenção do leitor.

“No rastro do bando há longo tempo, o detetive Hugo Collier e seus “intocáveis”, obtiveram o fio da meada com a captura do marginal Mariozinho, um dos assaltantes ao depósito da Coca-Cola, que forneceu as pistas necessárias para a pronta detenção de todos os integrantes do “grupo maldito”, como já começava a ser conhecida a “gang”. (...) Os métodos de operação dos quadrilheiros obedeciam aos grandes figurinos cinematográficos, com todos os detalhes minuciosamente estudados, para que não houvesse falha no momento da prática dos crimes.”¹⁸⁰

“Como num filme cinematográfico, um autêntico “western” do tempo das diligências, bandidos armados praticaram, ontem à tarde, espetacular assalto a uma agência bancária, no subúrbio de Campo Grande.”¹⁸¹

“Agindo à moda dos “gangsters” americanos, dois elementos, armados de revólveres, assaltaram, às 18 horas de ontem, a agência Barro Preto, localizada na Avenida Augusto de Lima [Belo Horizonte]”¹⁸²

Os assaltos a banco deixaram de ser esporádicos e ganharam as manchetes dos jornais brasileiros a partir da metade dos anos 60. A maior parte deles foi praticada por guerrilheiros e essas ações demonstraram a viabilidade/lucratividade desse tipo de crime. Entretanto, é muito simplista afirmar que os bandidos fizeram a transição de outras modalidades de crime para os assaltos a banco apenas por imitação aos revolucionários ou aos filmes americanos. Como já visto, pelo menos desde 1958, bandidos haviam feito incursões em agências bancárias, demonstrando uma tendência por essa prática. Além

¹⁷⁹ Cf. *Jornal do Brasil*, 11/08/1968, primeira página.

¹⁸⁰ Cf. *O Dia* 29/04/1966, p. 5. Grifos no original.

¹⁸¹ *O Dia*, 15/01/1967, p. 7. Grifos no original.

¹⁸² *O Dia*, 02/06/1967, p. 9. Grifos no original.

disso, é preciso levar em conta o papel desempenhado pela reforma do sistema bancário, que ao espalhar agências em vários bairros atraiu a cobiça dos criminosos locais, oferecendo oportunidade para que eles observassem a precariedade da segurança desses estabelecimentos, somado ao despreparo da polícia para prevenir/combater os roubos a banco.

“Embora os assaltos a bancos chamassem mais a atenção, na época, por serem ocorrências policiais praticamente raras e por envolverem ações destemidas por parte dos assaltantes, o número de crimes, furtos e roubos também aumentava, em consequência, principalmente, da descentralização da polícia dos vários distritos e delegacias, que persistem até hoje.”¹⁸³

A criminalidade não é estanque e já havia uma mudança em curso. A diferença é que sem as expropriações realizadas pela guerrilha, provavelmente, essa mudança seria mais lenta. Não significa dizer que as expropriações praticadas por guerrilheiros nos anos 1960/1970 e sua divulgação pela mídia não tenham influenciado os criminosos, mas é preciso uma reflexão mais profunda sobre todos os aspectos e fatores para (re)construir o conhecimento em bases mais sólidas.

A quarta, e última hipótese, baseava-se no contato entre presos políticos e comuns ocorrido nas celas do presídio da Ilha Grande. O que se formou no imaginário popular a partir do que expunha a imprensa foi que durante esse convívio teria havido assimilação por parte dos presos comuns das táticas, normas de comportamento e formas de organização utilizadas pelas organizações de vanguarda.

Essa hipótese vem sendo desconstruída ao longo deste trabalho. A edição de uma nova Lei de Segurança Nacional em 1969, limitou o convívio dos presos políticos a apenas um tipo de preso comum, aqueles cujos crimes eram semelhantes aos praticados pelos revolucionários. Logo, esses bandidos já sabiam assaltar bancos antes de serem presos, antes de conviverem com os presos políticos e, antes do surgimento do Comando Vermelho. Broto, bandido conhecido no final dos anos cinquenta e que foi preso comum na Ilha Grande entre 1962 e 1979, é um bom exemplo da falta de contato entre presos comuns e presos políticos.

“Na Ilha Grande trabalha como colono e, depois, como pescador, ganhando pontos por bom comportamento. Mantém contato apenas social com outros presos, sem maiores envolvimento em planos de fuga ou atividades criminais nas galerias. Sabe dos presos políticos, mas não os conhece pessoalmente. São mundos diferentes, uniformizados pela lei.”¹⁸⁴

“Conheceu de Gregório Fortunato a Mineirinho, de Mauro Guerra a Lúcio Flávio, de Perpétuo e Le Cocq aos PMs do BOPE [Batalhão de Operações Especiais] que invadiram o Borel, boca que ele abandonou para Chicão e Isaías. (...) Broto também conheceu os Leis de Segurança, Mariel Mariscot e muitos outros, só não conheceu os presos políticos, via-os a distância, apenas ouviu falar deles.”¹⁸⁵

A politização dos Leis de Segurança que Carlos Amorim atribui em seu livro aos presos políticos também pode ser relativizada se analisarmos o perfil de alguns fundadores do Comando Vermelho. William da Silva é um preso bem diferente da maioria. Autodidata, soube sorver das conversas com os presos comuns politizados pelos presos políticos da ditadura Vargas e dos muitos livros lidos – de Euclides da Cunha a Karl Marx – um discurso político que impressionava seus companheiros, e sem dúvida impressiona o leitor de suas memórias, a ponto de surgirem mitos como o de que ele teria pertencido ao PCBR.¹⁸⁶ Entretanto, ter uma consciência política e social não bastou para que abandonasse o crime. Quando perguntei a Dália, com quem ele conviveu durante muito tempo, o porquê ela me respondeu: “O William, falava em 1965, em mudar o sistema, e assaltava transeunte! Eu não entendo isso. Porque ele foi preso, em 1965, e pegou essa pena pequenininha, por assaltar um transeunte, e ele já falava em mudança. Eu acho que era oportunismo.”¹⁸⁷

Francisco Viriato Correa, o Japonês, veio de uma família de classe média baixa, tinha o primeiro grau incompleto, cursou até o segundo ano do antigo ginásio, e curso de torneiro mecânico e eletricista pelo SENAI. Quando questionado sobre possíveis influências políticas recebidas dos presos políticos respondeu:

¹⁸³ ¹⁸³ *Jornal do Brasil*, 11/08/1968, p. 19.

¹⁸⁴ Cf. MISSE, op. cit., p. 272.

¹⁸⁵ Idem, p. 282.

¹⁸⁶ Entrevista com Colombo, op. cit.

¹⁸⁷ Entrevista com Dália op. cit.

“Não, isso não chegou a me influenciar politicamente, porque eu já vinha influenciado de infância: meu pai adotivo chegou a ser presidente do sindicato dos ferroviários lá em Fortaleza, onde eu e minha família morávamos. Já na infância eu lia o jornal *Novos Rumos*, e freqüentava com meu pai adotivo as reuniões do sindicato. Ele era marxista-leninista, membro do Partido Comunista. Em 64, quando estourou a chamada Revolução, cheguei a ir com ele ao sindicato, onde queimamos vários papéis. Aliás, meu pai acabou sendo cassado e perdendo por dez anos o direito de receber a aposentadoria. Eu que há tinha uma noção de política, claro que melhorei o meu estágio nesse convívio da Ilha grande. (...) Olha, rapaz, esse negócio do Comando Vermelho se tronou um mito. Na época, nós vivíamos num regime de opressão muito grande. Na Ilha Grande, quando houve a separação entre quem tinha vínculos políticos e quem não tinha, nós passamos a ser muito mais perseguidos do que qualquer outro tipo de preso.(...) Nós ficamos discriminados por todas as camadas. E teríamos ficado assim, se não fosse a nossa luta. (...) Era uma luta pela sobrevivência. Ali nós tínhamos que nos unir de qualquer forma.”¹⁸⁸

O depoimento de Japonês corrobora a hipótese defendida neste trabalho de que houve trocas entre presos políticos e Leis de Segurança, mas esse entrelaçamento não resultou no Comando Vermelho.

Sobre Nelson Nogueira dos Santos, outro Lei de Segurança, temos o testemunho do próprio William:

“Logo descobri que Nelson Nogueira dos Santos era um preso singular: tinha cerca de trinta anos de idade, lia muito, falava mais, gostava de música clássica. Exercia uma clara liderança intelectual sobre os outros. Era ele quem redigia os documentos, incentivava os grupos de estudo, fazia um acirrado trabalho de conscientização. No primeiro banho de sol pudemos conversar longamente. Ele discorreu sobre as dificuldades do Fundão e a necessidade de organizar os companheiros, superando diferenças trazidas da rua, estabelecendo um modo de vida que permitisse liberar nossas energias para o confronto com a repressão e a luta pela liberdade.”¹⁸⁹

William chegou na Ilha Grande, provavelmente, em 1975, dois anos após a construção do muro que separou os presos políticos dos Leis de Segurança, e Nelson se aproximou dele por acreditar que William seria a pessoa indicada para restabelecer o

¹⁸⁸ Cf. entrevista de Francisco Viriato concedida a Geraldo Carneiro in: INSTITUTO CARIOCA DE CRIMINOLOGIA *Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade*. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 13/14 e 16.

¹⁸⁹ LIMA, op. cit. p. 57.

contato com os presos políticos, fato que não ocorreu. Mas é interessante perceber que alguns Leis de Segurança mantiveram os grupos de estudo e o trabalho de conscientização mesmo quando não contavam mais com o apoio dos presos políticos.

A relevância de Nelson não para aí. Como punição para um assassinato praticado pelos Leis de Segurança – William alega ter sido um justicamento porque o preso havia assaltado um companheiro – a administração da Ilha Grande mandou raspar as cabeças de três presos. Os Leis de Segurança revidaram raspando suas próprias cabeças. Como resposta os guardas invadiram as celas e os espancaram. Decidiram, então iniciar uma greve de fome, mesmo sem apoio externo. O resultado foi a transferência dos grevistas e a morte de Nelson, apesar do apelo dos companheiros para que encerrasse o movimento, no quadragésimo terceiro dia da greve.¹⁹⁰

José Jorge Saldanha, o Zé do Bigode, era ex-policia. Segundo Mateus, filho de um Lei de Segurança, “ele tinha curso de guerrilha e tudo... Era outro também que você não falava que era bandido.”¹⁹¹ Apolinário de Souza, o Nanai, que para Carlos Pimenta, um Lei de Segurança, era “o maior cérebro do sistema penitenciário”¹⁹², tinha curso universitário incompleto e tornou-se evangélico, como seu pai, ainda na Ilha Grande.

O perfil desses homens todos apontados pela imprensa como fundadores e/ou líderes do Comando Vermelho demonstra que sua preocupação era minimizar os conflitos dentro da cadeia, pois além de melhorar a condição de vida dos presos intramuros, teriam tranqüilidade para tramar planos de fuga. O número de guardas penitenciários está sempre aquém do ideal e, assim é muito mais fácil controlar uma prisão onde haja delação e, presos em constante desavença não lutam contra as mazelas existentes no sistema penitenciário brasileiro, para isso é necessário consenso e não rivalidades. Ou seja, os Leis de Segurança perceberam que a administração penitenciária usava a tática de “dividir para conquistar” e resolveram se unir para enfrentar as injustiças e desrespeito aos seus direitos.

¹⁹⁰ Idem, p. 67/85.

¹⁹¹ MISSE, p. 359. Mateus é um nome fictício escolhido pelo autor para proteger a identidade de seu entrevistado.

¹⁹² PIMENTA, Carlos *Ilha Grande. Sucursal do Inferno*. Rio de Janeiro: Almeida Artes Gráficas e Editora, 1998, p. 25.

A tese da imprensa nasce sem uma pesquisa ou sem argumentos que a justifiquem. Mesmo o jornalista Carlos Amorim, que em seu livro afirma ter feito uma extensa pesquisa, não cita suas fontes e, em um determinado momento, conclui:

“Os revolucionários nunca pretenderam ensinar criminosos a fazer guerrilhas. Em mais de uma década de pesquisas, nunca encontrei o menor indício de que houvesse uma intenção – menos ainda uma estratégia – para envolver o crime na luta de classes. Mesmo assim, a experiência do confronto armado contra o regime militar e do método de construção dos grupos militantes – transferida pelo convívio nas cadeias – foi o ensinamento que faltava para o salto de qualidade rumo ao crime organizado”¹⁹³

A impressão que se tem é de que apesar de reconhecer a falta de indícios que corroborem sua hipótese, o autor desconsidera todos os fatos e permanece convicto da “verdade” dela. Interessante é que a tese foi absorvida pela por boa parte da sociedade brasileira sem maiores questionamentos. Talvez pela dificuldade em crer que bandidos possam praticar assaltos “espetaculares” sem que ninguém os tenha ensinado. É muito comum a associação entre inteligência e escolaridade, associação desmentida pelo comportamento dos Leis de Segurança, que, exceto Nanai, só tinham o primário completo.

É preciso também refletir sobre o papel das direitas na construção desse mito. Impingir mais uma derrota às esquerdas seria o primeiro objetivo. Não bastavam as prisões arbitrárias, o banimento, as torturas, os “desaparecimentos” e as mortes, a culpa do aumento da criminalidade seria delas. Outra questão é que com o fim da ditadura havia um aparato militar que de uma hora para outra ficou sem utilidade. William da Silva refletindo sobre a alcunha de Comando Vermelho, que ele afirma ter sido inventada pela imprensa e rapidamente assimilada pela polícia, diz:

¹⁹³ AMORIM, op. cit., p. 197.

“Estava aberta a temporada de caça contra nós, completamente demonizados. As palavras não são inocentes: éramos um comando, o que em linguagem militar denomina o centro ativo, cuja destruição paralisa o inimigo; como se isso não bastasse, éramos também ‘vermelho’, adjetivo que desperta velhos e mortais reflexos em policiais e militares. Coincidência ou não, vivia-se o ocaso da guerrilha urbana, fenômeno que deixara na orfandade um aparato repressivo ainda cheio de vigor, desejoso de exibições de força e utilidade.”¹⁹⁴

O fato do Comando Vermelho ter se dedicado a assaltos a banco e seqüestros por pouco tempo nunca é questionado. Rapidamente ele “mudou de ramo”, quer dizer, optou pelo tráfico de entorpecentes, muito mais lucrativo. Segundo Mateus:

“(…) chegou uma hora que assaltar um banco tava ruim e o tóxico começou a dar bem mais dinheiro, começou a dar muito dinheiro, e antigamente não tinha essa prisão grande de traficante, tinha uma prisão grande de assalto a banco. A maioria do pessoal de assalto a banco ia preso, e o traficante mesmo, quase não ia. Então onde começou todo mundo a correr pro tráfico. Antigamente o cara era dono de boca de fumo... hoje em dia, o cara tem que plantar ali, é dele, e ele tem que ficar. Antigamente não, botava uma boca de fumo aí, como o Escadinha botava, bancava geral aí e só ia recolher o dinheiro. Então tinha muita gente aí, traficante ficando rico e os assaltantes de banco indo tudo preso. Então começou essa violência toda, que todo mundo começou a querer boca de fumo, aí onde os assaltantes parou de roubar banco pra fazer boca de fumo, que tava dando dinheiro grande. O tóxico começou a valer mais do que assaltar banco. (...) O Comando começou na Ilha. Devido não ter uma organização direito, o Comando cresceu para organizar os presos e ter um respeito. Então esse foi crescendo, se organizando, organizando. Muito dinheiro, eles comprava tudo. Começou uma organização que eles bancavam geral. Você saía da cadeia assim, já com carro, documento, com tudo. Você já saía com uma casa pra você ir, arma pra você, eles fortalecia. O cara tá achando que eu vou botar um movimento no morro desse, você entrava em contato com o Comando e o Comando bancava tudo.”¹⁹⁵

Concordamos com a tese de Michel Misse de que o produto dos assaltos a banco possibilitou uma acumulação primitiva de capital, então transferido para o mercado de drogas a varejo.

¹⁹⁴ LIMA, op. cit., p.83.

¹⁹⁵ Cf. Entrevista de Mateus realizada por Michel Misse, em 13/06/1995.

“É bastante plausível a hipótese de que houve uma mudança de investimento criminal, muitas vezes entre os mesmos agentes criminais, que levou dos assaltos a bancos e residências ao tráfico de drogas, num período de dez anos, e a um reforço posterior dos assaltos em associação ou não com o tráfico. Do ponto de vista econômico, a opção entre a transação dessas diferentes mercadorias criminalizadas (bens roubados e drogas) oscilou provavelmente, seguindo uma avaliação de custo benefício, em função das relações com segmentos das bases policiais envolvidos nas políticas de repressão adotadas em diferentes conjunturas desse período.”¹⁹⁶

O próprio Carlos Amorim fornece elementos que certificam a afirmação feita acima quando analisa uma troca da “direção” do Comando Vermelho na Ilha Grande.

“O Comando Vermelho elege uma nova comissão dirigente. Nela está agora o segundo escalão, convocado para suprir as baixas. (...) Um dos pontos de divergência é a definição da atividade principal da “companhia”. Antes eram os assaltos com fins corporativistas. Nesses primeiros meses de 1982, ganha força entre eles a idéia de que o tráfico de drogas é mais seguro e lucrativo. (...) Basta lembrar que, na nova direção, há vários traficantes. A opinião deles pesa cada vez mais, especialmente porque o dinheiro que sobrou dos assaltos está investida no tráfico. No Morro do Juramento e no Jacarezinho os negócios prosperam. (...) A velha maconha é gradualmente substituída pela cocaína dos cartéis colombianos e bolivianos. Um processo tão rápido que fez com que a maconha virasse coisa de pobre, enquanto crescia o *glamour* em torno da cocaína. Pouco a pouco, o Comando vai se adaptando às “novas exigências do mercado”. (...) O ano agora é 1984. (...) Durante o ano anterior, a comissão dirigente da organização finalmente se inclinou para o negócio das drogas, muito mais seguro e rentável. Como atividades paralelas, o tráfico de armas de guerra e o roubo de carros. Fuzis e metralhadoras protegem os pontos de venda. Carros roubados são moeda na negociação com os atacadistas da maconha e da cocaína. Os veteranos do roubo armado, como William da Silva e Calos Aberto Mesquita, perderam terreno nos assuntos internos – apesar de continuarem respeitadíssimos no mundo do crime. Na cabeça do grupo estão agora Rogério Lengruber, o Bagulhão, Francisco Viriato, o Japonês, e os irmãos dos Reis Encina, Escadinha e Paulo Maluco. Paulo César, o PC, e Gregório, o Gordo, também são peças importantes do esquema. A mudança de curso já ocorreu.”¹⁹⁷

Esse aspecto seria suficiente para por abaixo a hipótese da imprensa, ou seja, o negócio, o lucro, do Comando Vermelho, num primeiro momento advindo dos assaltos, passou a vir do tráfico, inicialmente o de drogas e, depois, também o de armas. Ora, se a imprensa associa o Comando Vermelho aos presos políticos pela semelhança de suas

¹⁹⁶ MISSE, op. cit., p. 309.

¹⁹⁷ AMORIM, op. cit., p. 142/159.

ações, quem os ensinou a traficar? Certamente não as organizações de vanguarda ou os presos políticos, pois como afirmou João Quartim de Moraes, filósofo e ex-guerrilheiro, “a gente fazia uma coisinha aqui, outra ali, mas tráfico nós nunca fizemos”.¹⁹⁸

5.1 – Metamorfose

“Isso não é mais a gente, mas ainda é a gente”
(velho melanésio)

Gilberto Velho estuda o processo pelo qual se efetuam as mudanças em indivíduos “dentro e a partir de um quadro sociocultural”¹⁹⁹ ao qual ele denomina *metamorfose*. O interessante é que no processo de *metamorfose* pelo qual passa o indivíduo, nele permanece algum resquício da identidade anterior.

A mudança ocorrida na capacidade de organização adquirida pelos Leis de Segurança, da *descoberta* que eles fizeram de noções básicas de cidadania, ocorreu num quadro de permanência dos valores e referências do mundo do qual se originaram.

Segundo o sociólogo: “(...) mesmo nas mudanças aparentemente mais incisivas de identidade individual, permanecem as experiências e vivências anteriores, embora reinterpretadas com outros significados.”²⁰⁰

Logo, o legado que os presos políticos deixaram para os leis de Segurança, se é que deixaram algum, foi o da capacidade de se organizar dentro dos presídios, com o objetivo de melhorar suas condições carcerárias, e não fora deles. A organização herdada dos presos políticos não os ajudou a assaltar bancos porque isso eles já faziam quando foram detidos e enquadrados na nova Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1969. O que eles aprenderam foi que suas reivindicações dentro da cadeia poderiam ser ouvidas

¹⁹⁸ A frase foi dita em 22/04/2004, na Universidade Federal Fluminense (UFF), durante um debate realizado no Seminário “40 Anos do Golpe Militar: 1964-2004”.

¹⁹⁹ VELHO, Gilberto *Projeto e metamorfose – Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 9

²⁰⁰ Idem, p.9.

e atendidas se fossem feitas por todos, como um grupo coeso, e que sua desunião só favorecia seus carcereiros e a administração do presídio.

FONTES ESCRITAS

Amnesty International:

- *Rapport sur des accusations de torture au Brésil*. 1972
- *Campagne pour l'abolition de la torture*, Bulletin mensuel, Paris, maio de 1976-março de 1981(BDIC).

Arquivo do Estado do Rio de Janeiro:

Fundo Polícias Políticas - Setores:

- Comunismo
- DOPS
- Terrorismo

Acervo Pessoal

Documentos sobre Paulinho Branco

- Dossiê
- Entrevista transcrita

Periódicos:

- *Jornal do Brasil* - 02/08/1968 a 15/09/1968 e 22/03/1969.
- *O Dia* - 28/01/1965 a 27/05/1969 e 18/11/1971.
- *O Globo* – 27/05/1969 e 10/06/2001.
- *Isto É* – 25/10/1978, 08/11/1978 e 06/06/1979.
- *Revista do Clube Militar*, Ano LXXVII, n.º 408, mai./jun. 2004.

FONTES ORAIS

1) Acervo pessoal

Entrevistas concedidas a Cátia Faria (CF):

- Wendel Sussuarana Setúbal, 05/12/2002.
- Iramaia Queiroz, 10/12/2002.
- Manuel Henrique Ferreira, 11/12/2002.
- Joaquim Aurélio Oliveira, 06/01/2003.
- Paulo Jabur, 30/01/2003.
- Colombo Vieira de Souza, 22/03/2003.
- Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, 03/04/2003.
- Fernando Palha Freire, 11/04/2003.
- José André Borges, 08/05/2003.
- Avelino Bioen Capitani, 17/06/2003. Como Capitani reside no Rio Grande do Sul, enviei-lhe, por e-mail, um roteiro que serviu como guia para suas respostas, recebidas também através de e-mail.
- Dália e Zélia, 21/06/2003. A entrevista foi realizada com a condição de que suas identidades fossem mantidas em sigilo, pois ambas têm medo de sofrer represálias de traficantes. Por isso os nomes usados no trabalho são fictícios.

2) Acervo do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Entrevistas concedidas a Denise Rollemberg

- Manuel Henrique Ferreira, 23/11/1994.
- Reinaldo Guarany, 31/08/1995.
- Iramaya Queiroz Benjamin, 13/09/1995.

3) Acervo do Núcleo de Estudos Contemporâneo (NEC) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Entrevista concedida a CF e Mirna Aragão

- Joaquim Aurélio Oliveira, 30/11/2002, 21/12/2002.

4) Acervo do Núcleo de Estudos de Violência Urbana (NECVU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Entrevistas concedidas a Michel Misse.

- Mateus, 13/06/1995. Nome fictício escolhido pelo entrevistador.
- Marcos Medeiros, 21/10/1998.

FONTES ELETRÔNICAS

- Site www.senado.org.br
- Site www.olavodecarvalho.org/textos/neesquerdas.html

BIBLIOGRAFIA

- ALVITO, Marcos *As Cores de Acari*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- AMORIM, Carlos *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- ARAUJO, Maria P. N. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- ARGOLO, José A., RIBEIRO, Kátia, FORTUNATO, Luiz A. *A Direita Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO *Perfil dos Atingidos*. Projeto “Brasil: Nunca Mais”, tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. *Brasil Nunca Mais*. 3 edição. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BETTO, Frei *Cartas da Prisão*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- CAPITANI, Avelino *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1987.
- CIPRIANO, Perly, VIANA, Gilney A. *Fome de liberdade*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.
- COELHO, Edmundo C. *A Oficina do Diabo*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo e IUPERJ, 1987.
- _____. “Da Falange Vermelha a Escadinha: o poder nas prisões”. In: *Presença – Revista de Política e Cultura*. nº11. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Difusão Cultural, 1988.
- COELHO, Marco A T. *Herança de um Sonho: memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COIMBRA, Cecília *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.
- COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ *Tribunal Tiradentes: o julgamento da Lei de Segurança Nacional*. São Paulo: Marco Zero, 1983.

COMITÊ PRÓ-ANISTIA GERAL DOS PRESOS POLÍTICOS NO BRASIL *Dos Presos Políticos Brasileiros Acerca da Repressão Fascista no Brasil*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1976.

D'ARAÚJO, Maria C. (org.) et alli *A Volta aos Quartéis: a memória dos militares sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DIAS, Luzimar M. (org.) *Esquerda Armada: Testemunho dos Presos Políticos do Presídio Milton Dias Moreira*. Vitória: Edições do Leitor, 1979.

DOSSE, François *A História*. Bauru: EDUSP, 2003.

DREIFUSS, René A. "1964" *A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____, et alli *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ELIAS, Nobert *O Processo Civilizador* 2 vol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FERREIRA, Jorge *o Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____, *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular – 1930-45*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Marieta M., AMADO, Janaína *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos *Como Eles Agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel *Vigiar e Punir*. 23ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

FREIRE, Alípio et alli (org.) *Tiradentes, um Presídio da Ditadura*. São Paulo: Scipione, 1987.

FREITAS, Alípio *Resistir é Preciso*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

GABEIRA, Fernando *O que é isso, companheiro?* 2ª edição. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GIRARDET, Raoul *Mitos e Mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GORENDER, Jacob *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à Luta Armada*. São Paulo: Ática, 1987.

HOSBAWM, Eric J. *Bandidos* 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

- INSTITUTO CARIOCA DE CRIMINOLOGIA *Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade*. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- KUSHNIR, Beatriz *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UNICAMP, 2001.
- LIMA, William da S. *Quatrocentos Contra Um: uma história do Comando Vermelho*. Petrópolis: Vozes & ISER, 1991.
- _____, *Quatrocentos Contra Um: uma história do Comando Vermelho*. 2ª edição São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.
- MIRANDA, Oldack, JOSÉ, Emiliano *Lamarca o Capitão da Guerrilha*. 12ª edição. São Paulo: Global, 1989.
- MISSE, Michel *Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do IUPERJ, 1999.
- MORAES, Dênis A *Esquerda e o Golpe de 64*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, 1989.
- MOURA, Clóvis (apresentação) *Diário da Guerrilha do Araguaia* 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- NORA, Pierre “Entre memória e História: a problemática dos lugares” in: *Projeto n.º 10*. São Paulo: PUC de São Paulo, 1993.
- PADRÓS, Enrique Serra, MARÇAL, Fábio A. “Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional: os ‘anos de chumbo’ no Brasil e na América Latina” in: *Ciências e Letras* n.º 28 (jul./dez.) Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000.
- PERRONE, Fernando *’68 Relato de Guerras: Praga, São Paulo, Paris*. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- PIMENTA, Carlos *Ilha Grande. Sucursal do Inferno*. Rio de Janeiro: Almeida Artes Gráficas e Editora, 1998.
- POLARI, Alex *Em Busca do Tesouro Perdido*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- POLLAK, Michael “Memória, Esquecimento, Silêncio” in: *Estudos Históricos*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

- POLLAK, Michael “Memória e Identidade Social” in: *Estudos Históricos*. Vol. 5, n.º 10. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- PORTELLI, Alessandro “A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais” in: *Tempo*. Vol. 1, n.º 2. Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, 1996.
- RAMOS, Graciliano *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Livraria Martins Editora, 1953.
- REBELLO, Gilson *A Guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- REIS FILHO, Daniel A. *A Revolução Falta ao Encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____, *Uma Revolução Perdida. A história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- _____, *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Editor, 2000.
- _____, SÁ, Jair F. de (org.) *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- _____, et alli *Versões e Ficções: o seqüestro da História*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- _____, MORAES, Pedro de “68” *A Paixão de uma Utopia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs) *O Golpe e a Ditadura Militar 40 Anos Depois (1964-2004)*. EDUSC: São Paulo, 2004.
- REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIDENTI, Marcelo *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise (org.) *Que História é essa?* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____, *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____, *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- _____, “A Vanguarda Popular Revolucionária: os ‘marginais’ na revolução brasileira” in: *Olhares sobre o Político: novos ângulos, novas perspectivas*. _____, MEDEIROS, Lená & MUNTEAL, Oswaldo (org.) Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

- SANTOS, Ana Maria dos “América Latina: dependência, ditaduras e guerrilhas” in: *O Século XX. O tempo das crises. Do declínio das utopias às globalizações*. 2ª ed., vol. III.
- REIS FILHO, Daniel, FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, Boaventura de S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SIRKIS, Alfredo *Os Carbonários*. 8ª ed. São Paulo: Global, 1983.
- TORRES, André *Exílio na Ilha Grande*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VASCONCELOS, José G. *Memórias do Silêncio: militantes de esquerda no Brasil autoritário*. Fortaleza: UFC Edições, 1998.
- VELHO, Gilberto *Projeto e Metamorfose _ Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- _____, “Memória, Identidade e Projeto” in: *Revista TB*. n.º 95, (out./dez.) Rio de Janeiro, 1988.
- _____, ALVITO, Marcos (orgs.) *Cidadania e Violência*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ & Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- VENTURA, Zuenir “1968” *O Ano que não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VIZENTINI, Paulo G. F. “O Brasil Contemporâneo: autoritarismo e desenvolvimento (1961-1990)” in: *Ciências & Letras*. n.º 28 (jul./dez.) PortoAlegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, 2000.
- ZALUAR, Alba *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan & Ed. UFRJ, 1994.